

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**ASSERTIVIDADE: ESCALA MULTIMODAL E CARACTERIZAÇÃO DO
REPERTÓRIO DE MULHERES INSERIDAS NO MERCADO DE TRABALHO**

Catarina Malcher Teixeira

São Carlos – SP

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**ASSERTIVIDADE: ESCALA MULTIMODAL E CARACTERIZAÇÃO DO
REPERTÓRIO DE MULHERES INSERIDAS NO MERCADO DE TRABALHO**

Catarina Malcher Teixeira

Tese de doutorado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos, como um dos requisitos para o título de Doutor em Psicologia.

Orientador(a): Prof^ª. Dr^ª. Zilda Aparecida Pereira Del Prette.

São Carlos – SP

2015

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

T266ae

Teixeira, Catarina Malcher.

Assertividade : escala multimodal e caracterização do repertório de mulheres inseridas no mercado de trabalho / Catarina Malcher Teixeira. -- São Carlos : UFSCar, 2015. 175 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2015.

1. Relações humanas. 2. Assertividade (Psicologia). 3. Instrumentos de avaliação. 4. Mulheres. 5. Mercado de trabalho. I. Título.

CDD: 158.2 (20^a)



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

COMISSÃO JULGADORA DA TESE DE DOUTORADO
Catarina Malcher Teixeira
São Carlos, 26/06/2015

Prof.^a Dr.^a Zilda Aparecida Del Prette (Orientadora e Presidente)
Universidade Federal de São Carlos /UFSCar

Prof. Dr. Romariz da Silva Barros
Universidade Federal do Pará

Prof.^a Dr.^a Sílvia Canaan de Oliveira Stein
Universidade Federal do Pará

Prof.^a Dr.^a Maria de Jesus Dutra dos Reis
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof.^a Dr.^a Ana Carolina Braz
Universidade Federal de São Carlos /UFSCar

Submetida à defesa em sessão pública
realizada às 14:00h no dia 26/06/2015.

Comissão Julgadora:

Prof.^a Dr.^a Zilda Aparecida Del Prette
Prof. Dr. Romariz da Silva Barros
Prof.^a Dr.^a Sílvia Canaan de Oliveira Stein
Prof.^a Dr.^a Maria de Jesus Dutra dos Reis
Prof.^a Dr.^a Ana Carolina Braz

Homologada pela CPG-PPGpsi na
_____ª Reunião no dia ____/____/____

Prof.^a Dr.^a Camila Domeniconi
Coordenadora do PPGpsi

Apoio Financeiro: Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e
Tecnológico do Maranhão (FAPEMA)

Por te falar eu te assustarei e te perderei? Mas se eu não falar, eu me perderei, e por me perder eu te perderia. O que não sei dizer é mais importante do que o que eu digo.

Clarice Lispector

AGRADECIMENTO

A elaboração de uma tese se faz em uma longa e árdua caminhada, que se constrói com muitos apoios. Esta não foi diferente. Muitas pessoas tiveram participação direta e indireta. No entanto, há aquelas que não poderia deixar de nominá-las. Em especial...

À minha orientadora Prof^a. Dr^a. Zilda Del Prette, pela orientação do trabalho, pelo cuidado com cada parte do texto, por ter me apresentado outros lados da Psicologia, além da Análise do Comportamento, e por todas as oportunidades proporcionadas durante o doutorado. Se hoje sou uma pesquisadora melhor, devo muito a você. Muitíssimo obrigada!

Ao meu co-orientador Prof. Dr. Almir Del Prette, você está dentro de uma categoria cada vez mais rara de docentes dentro das universidades. Seus conhecimentos, literalmente, extrapolam a Psicologia, estão presentes na Literatura, Arte, Sociologia, Antropologia... Foi uma honra trabalhar com você.

À minha grande amiga Solange (Sol), a quem fiquei pensando, por horas, de que maneira encontrar as palavras capazes de traduzir meu agradecimento. Não encontrei! Elas ainda não foram encontradas pelo Aurélio! Como agradecer pela hospedagem em São Carlos, o auxílio na infraestrutura, o apoio acadêmico, os jantares, os vinhos, os filmes e o ombro amigo sempre disponível?

Para a professora Rosana Éleres, minha Rô, minha mentora na carreira docente e uma das maiores incentivadoras de tudo que idealizo. Seu apoio e força são as ferramentas que auxiliam a concretizar tudo que planejo.

Aos colegas do grupo RIHS, por todas as leituras críticas e sugestões ao projeto durante os seminários, que foram de grande auxílio para o amadurecimento do texto. Em especial aos amigos: Josiane, nas leituras e sugestões de artigos, assim como o suporte durante a gravidez nas minhas idas e vindas para São Carlos via Ribeirão. Ao meu amigo Lucas, hoje meu colega de Departamento, pela enorme ajuda na análise dos dados, saiba que aprender estatística com você foi muito reforçador. À minha amiga Fabiane, juntas compartilhamos as alegrias e os conflitos dessa jornada e juntas ainda vamos produzir muito.

Para a Família Tatmatsu por tudo o que chamamos de “suporte” nesses três anos em São Carlos. Foi tudo mais alegre e colorido do lado de vocês.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFSCar, principalmente às professoras Jesus Dutra e Lúcia Willians, cujas aulas foram uma injeção de ânimo e *overdose* de conhecimento, e à querida Marinéia, pela resolução em tempo sempre muito hábil de todas as questões burocráticas da minha vida acadêmica.

Aos professores da banca de qualificação, Romariz, Jesus e Carol, pelas riquíssimas sugestões que me permitiram avançar nos estudos.

Ao professor Romariz Barros, a personificação do livro *Tecnologia de Ensino*. Obrigada pelas contribuições nos momentos mais importantes da minha vida acadêmica.

Há alguns anos atrás, quando era aluna da graduação do curso de Psicologia da UFPA, participei de uma ABPMC em Campinas. Assisti a uma palestra sobre assertividade, era um estudo de caso de uma cliente adolescente. Fiquei encantada com a temática e mais ainda com a palestrante. Nos congressos seguintes passei a acompanhar todas as suas apresentações. O interesse pelo tema e o encanto pela professora só aumentaram com o passar dos anos. Assim, meu agradecimento à professora Maria Júlia Xavier que me apresentou todo esse universo da assertividade.

Aos colegas do Departamento de Psicologia, pela confiança depositada no meu trabalho, pelo respeito e convívio nesses anos todos de UFMA, em especial aos professores Ricardo Franklin, Nádia Caruzzo e Denise Bessa Léda, que se mostraram tão disponíveis a todas as minhas solicitações. Na certeza de que a parceria está fortalecida na construção de uma Psicologia comprometida com a ciência, a ética e a profissão.

Às minhas queridas, Ana, Cris, Juliana, Márcia, Nazaré, Nil e Yanne, pelo convívio harmonioso, respeito e carinho. Mas, principalmente, pelos esforços na consolidação da Análise do Comportamento no Maranhão.

Para meus pais, Hermógenes e Lúcia, que não entendem muito bem o que é um doutorado, apenas falam que é algo muito difícil, complexo e demorado, mas se orgulham demais ao dizerem que têm uma filha que chegou até lá. O apoio contínuo e incondicional a todas as minhas escolhas é que me faz continuar. Muito obrigada!

Sou grata também aos meus irmãos, tios, cunhados, cunhadas, sobrinhos, meu enteado Ernesto e minha amada avó Maria Malcher, pelo torcida fervorosa em todos os momentos importantes da minha trajetória profissional e pessoal.

Aos meus *meninos guerreiros*, João do Vale, Maria Malcher e José Paulo, meu enorme agradecimento por terem, mesmo sem muita escolha, embarcado nesse projeto. É na “bagunça” da nossa casa que repousa meus momentos de maior alegria.

Por fim, mas não menos importante, meu agradecimento ao professor exemplar, ao líder sindical, ao militante comunista, ao marido que reforça meus comportamentos assertivos, ao filho do Seu Manoel Pedro e pai dos meus filhos, Welbson Madeira. Você sabe que jamais teria conseguido sem seu apoio, *amore mio*.

Para José Paulo

SUMÁRIO

Índice de Tabelas	xi
Índice de Figuras	xii
Resumo	xiii
Abstract	xiv
Prefácio	xv
Apresentação	01
Assertividade, mulher e mundo do trabalho	04
Habilidades Sociais, assertividade e níveis de seleção	04
Assertividade, gênero e mundo do trabalho	12
Mulher, mercado de trabalho e demandas para Habilidades Sociais	18
Problemas de pesquisa e objetivos	20
Manuscrito 1. Assertividade: uma análise da produção acadêmica nacional	23
Método	31
Base documental e Procedimentos de coleta	31
Análise de dados	32
Resultados e Discussão	34
Considerações finais	42
Referências	44
Manuscrito 2. Contribuições da análise do comportamento para compreender a assertividade feminina no mundo do trabalho	50
Controle coercitivo e passividade feminina no mundo do trabalho	52
O que a Ciência do Comportamento tem a dizer sobre os efeitos da coerção para as relações sociais?	58
Considerações finais	69
Referências	71
Manuscrito 3. Elaboração e propriedades psicométricas preliminares do Inventário de Habilidades Assertivas (IHA) para mulheres	78
Etapas preliminares na construção do IHA	83
Avaliação das propriedades psicométricas do IHA	86
Participantes	86
Instrumento	87
Procedimento	88
Tratamento de dados	89
Resultados	89

Discussão	96
Referências	101
Manuscrito 4. Caracterização do repertório assertivo de mulheres inseridas no mercado de trabalho	106
Método	113
Delineamento	114
Participantes	114
Local	116
Instrumento	116
Procedimento	117
Tratamento de dados	118
Resultados	119
Discussão	126
Referências	130
Discussão geral e encaminhamentos de pesquisas	134
Referências	142
Apêndices	151
Anexos	170

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Categorias de síntese de conteúdo de estudos sobre assertividade e suas definições	33
Tabela 2. Descritivo das instituições, ano, autores, modalidade e quantidade de estudos sobre a temática da assertividade em teses e dissertações	35
Tabela 3. Quantidade de estudos por categorias de análise e por quantidade de autores de cada estudo	37
Tabela 4. Subcategorias de contexto na análise para os estudos <i>Aplicados</i>	39
Tabela 5. Subcategorias de análise dos estudos de <i>Caracterização e/ou correlações</i> e de <i>intervenção</i>	40
Tabela 6. Dados sociodemográficos da amostra	86
Tabela 7. Peso fatorial dos itens do IHA	93
Tabela 8. Fidedignidade medida pelo <i>Alfa de Cronbach</i> , para cada indicador do IHA	96
Tabela 9. Dados sociodemográficos da amostra	114
Tabela 10. Pontuação mínima, máxima e a média (DP) de todos os indicadores do IHA	119
Tabela 11. Média de frequência e desvio padrão (DP) dos indicadores do IHA	120
Tabela 12. Correlações dos escores totais de todos os indicadores do IHA	122
Tabela 13. Correlações entre frequência de relato de HA com os demais indicadores para cada um dos itens do instrumento	123
Tabela 14. Correlações entre o escore total do indicador de frequência (ETIF) e variáveis sociodemográficas	125
Tabela 15. Itens selecionados do IHS-Del-Prette para comporem o IHA	167

INDICE DE FIGURAS

Figura 1. Gráfico de sedimentação para o indicador de frequência	92
Figura 2. Gráfico de sedimentação para o indicador de desconforto	94
Figura 3. Gráfico de sedimentação para o indicador de efetividade	94
Figura 4. Gráfico de sedimentação para o indicador de adequação social	95
Figura 5. Gráfico de sedimentação para o indicador de adequação pessoal	95

Teixeira, C. M. (2015). *Assertividade: escala multimodal e caracterização do repertório de mulheres inseridas no mercado de trabalho* (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – SP, Brasil.

RESUMO

A literatura acerca da assertividade feminina tem indicado mudanças expressivas no repertório das mulheres ao longo dos anos, e tem discutido a influência das variáveis sociodemográficas nessas mudanças. Assim, é pertinente analisar o papel da mulher nos diversos contextos da sociedade contemporânea, já que se verifica uma longa história de coerção sobre o sexo feminino. Aliada a essa situação, pode-se afirmar que os estudos brasileiros sobre habilidades sociais, das quais a assertividade é uma classe, encontram-se em ascensão. Contudo, os que discutem especificamente a assertividade ainda são escassos, em particular sob o enfoque analítico-comportamental. Adicionalmente, pouco tem se discutido sobre essa questão na Psicologia e se verifica que faltam instrumentos de avaliação específicos para assertividade, produzidos no Brasil. Essas considerações estão na base dos objetivos de pesquisa desta tese, que está organizada em quatro manuscritos. O primeiro teve como objetivo identificar e caracterizar a produção acadêmica de estudos nacionais acerca da assertividade, buscando-se determinar o “estado da arte” e descrever o desenvolvimento dessa área de pesquisa. No segundo, buscou-se compreender as mudanças na assertividade feminina, a partir da análise de contingências históricas e atuais. O terceiro manuscrito teve como objetivos construir e validar uma escala multimodal para avaliar assertividade, englobando indicadores de frequência, contexto cultural e variáveis encobertas enquanto fatores associados a esse construto. Como resultado foi produzido o Inventário de Habilidades Assertivas - IHA, unifatorial, constituído de 16 itens, que apresentou, para o indicador de frequência alta validade aferida pela consistência interna ($\alpha = 0,82$). O quarto manuscrito teve como objetivos caracterizar o repertório assertivo de mulheres e verificar a associação de variáveis sociodemográficas com o escore geral de assertividade. Participaram 190 mulheres, do Estado do Maranhão, com nível de escolaridade superior e inseridas no mercado de trabalho. A análise de todos os indicadores apontou maiores médias para as habilidades assertivas *Defender outrem em grupo* e *Pedir ajuda a amigos* em todos os indicadores, à exceção do indicador desconforto, cuja maior média foi para a habilidade *Abordar para relacionamento sexual*. As menores médias dos demais indicadores se concentraram na habilidade de *Abordar para relacionamento sexual*. Os dados alinham-se com os achados da literatura que apontam que quanto maior o repertório de habilidades sociais, menor o nível de desconforto e vice-versa. Quanto às variáveis sociodemográficas, foi encontrada uma correlação positiva para a quantidade de cursos de graduação e uma correlação negativa para o tempo de migração do interior para a capital. O que significa dizer que mais cursos superiores e menor tempo de migração do meio rural para o meio urbano estão associados com maior frequência de autorrelato de habilidade assertiva. Discute-se a influência de variáveis culturais e escolaridade para explicar a assertividade dessa amostra. Indica-se a necessidade de novas investigações com essa população, mas com características sociodemográficas e culturais variadas. Destaca-se como principal contribuição do presente estudo, o encaminhamento metodológico e empírico para a análise da assertividade feminina em nosso país.

Palavras-Chave: assertividade; instrumentos de avaliação; mulher; mercado de trabalho.

Teixeira, C. M. (2015). *Assertiveness: multimodal scale and characterization of the repertoire of women inserted in the labor market* (Doctorate Thesis). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – SP, Brasil.

ABSTRACT

The literature on female assertiveness has presented expressive changes in women's repertoire throughout the years. It also has started the discussion on the influence of sociodemographic variables in these changes. Thus, it is pertinent to analyze the role of women in a variety of contexts in contemporary society, since a long history of coercion against the female sex has occurred. Allied to this situation, we can affirm that Brazilian studies on social skills, of which assertiveness is a class, are in a period of ascension. However, the studies that specifically discuss assertiveness are still scarce, especially concerning the behavior-analytic approach. In addition, little has been discussed about this matter in Psychology and it is possible to verify a lack of specific evaluation tools on assertiveness produced in Brazil. These findings and considerations are in the foundation of this thesis' objectives, which is organized in four studies. The first manuscript aimed to identify and characterize the academic production of national studies on assertiveness, seeking to determine the "state of the art" and describe the development of this research area. The second part sought to analyze the changes in female assertiveness, from the analysis of historical and current contingencies. The third part of the study aimed to construct and validate a scale to assess multimodal assertiveness, encompassing frequency indicators, cultural context and hidden variables as factors associated to this construct. As a result, the unifactorial, 16-item Assertiveness Skills Inventory (IHA, in Portuguese) was produced. It presented high validity in the frequency indicator, measured by internal consistency ($\alpha=0,82$). The fourth part had the objective of characterizing the assertive repertoire of women and to verify the association of sociodemographic variables with the overall assertiveness score. One hundred and ninety women from the State of Maranhão – higher educated and currently employed in the labor market – have participated in the study. The analysis of all indicators showed higher average scores for the assertive skills 'Defend others in group' and 'Ask friends for help' in all indicators, except for 'discomfort', which showed the highest score for 'Approach for sexual intercourse'. The lowest means of the other indicators concentrated in 'Approach for sexual intercourse' skill. The data aligns with literature that indicates that the higher the social skills repertoire, the lower the discomfort level and vice-versa. Regarding sociodemographic variables, positive correlation was found for the quantity of undergraduate diplomas and a negative correlation was found for the time of migration from countryside to capital. This means that more higher education degrees and shorter time of migration from countryside to urban area are associated with a higher frequency of assertive ability to self-report. The influence of cultural variables and formal education is discussed to explain assertiveness in this sample. It indicates the need of further research with this population with varied sociodemographic and cultural characteristics. The main contributions of this study are the methodological and empirical references for the analysis of female assertiveness in our country.

Keywords: assertiveness; evaluation tools; woman; labor market.

PREFÁCIO

A preocupação em promover desempenhos considerados socialmente adequados em população clínica e não clínica tem sido expressa por um número significativo de trabalhos de pesquisadores e terapeutas, nos mais diversos contextos. Isto pode ser evidenciado por meio de inúmeros estudos que apontam a correlação entre déficits de habilidades sociais e uma variedade de problemas psicológicos, dentre os quais, delinquência juvenil, dependência afetiva, desajustamento escolar e suicídio. Neste cenário, um campo de estudo teórico-prático que vem se apresentando como bastante promissor é o do Treinamento das Habilidades Sociais (THS).

As Habilidades Sociais (HS), incluindo a assertividade, são fundamentais para a competência social, tanto no âmbito das interações profissionais quanto nas pessoais, com reconhecido impacto sobre a qualidade de vida do indivíduo. Assumindo essa importância, as investigações no campo da assertividade têm tomado várias direções. É possível localizar diferentes tipos de estudos. Podem ser citados, como exemplos: os de elaboração e validação de instrumentos de avaliação; de caracterização de diversas populações; de correlação da assertividade com outras variáveis; de definições a partir de descrições topográficas e funcionais; de aplicação do conceito em um campo de atuação do psicólogo e de variáveis responsáveis pela explicação e controle deste fenômeno. Se, por um lado, essas investigações respondem a determinados problemas de pesquisa, de outro, abrem novas possibilidades de estudos.

Este trabalho se soma aos estudos mencionados, está inserido em linhas de pesquisas que buscam construir instrumentos de avaliação das habilidades sociais assertivas e relacionar estas habilidades com variáveis sociodemográficas. Todavia, o instrumento elaborado apresenta alguns diferenciais se comparado a outras escalas: além de avaliar a frequência de autorrelato da resposta assertiva frente a diferentes demandas

sociais, preocupa-se também em incluir outros elementos que estão relacionados com a assertividade, como desconforto, efetividade da resposta assertiva (alcance de objetivos), adequação social (avaliação do grupo social) e adequação pessoal da respondente acerca da resposta assertiva. A presença desses quatro indicadores, adicionais ao tradicionalmente apresentado (frequência), permite ao avaliador obter outras informações sobre aspectos relevantes na emissão da resposta assertiva e identificar variáveis correlatas.

Ademais, apresenta características próprias, que remetem à minha experiência profissional. É produto de inquietações desde que comecei a atuar como supervisora de estágio na clínica-escola da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Ao longo do percurso nessa atividade, observei que verbalizações de queixas sobre escassez ou excessos comportamentais, descritas como timidez, retraimento social e agressividade, eram frequentes na clientela, que inclui crianças, adolescentes, adultos e casais.

No contexto dos atendimentos oferecidos pela clínica-escola, encontramos uma demanda de mulheres das mais diversas faixas etárias, escolaridade, classe econômica e estado civil, em sua maioria, com dificuldades nos relacionamentos interpessoais, cujas queixas podem ser caracterizadas como déficits de assertividade. Esses déficits podem ser descritos como padrões ora agressivos ora passivos e eram apresentados nos mais diferentes contextos. Portanto, foi diante da identificação dessas queixas que surgiu o interesse no estudo da assertividade, em especial a feminina. Compreender a assertividade em mulheres, nos planos profissional, social ou afetivo, implica fazer uma análise para além das contingências atuais (microanálises dos processos de instalação e manutenção de comportamentos). Além disso, deve-se considerar as contingências históricas coercitivas, enquanto práticas culturais, a que foram expostas ao longo da construção da sociedade contemporânea.

Na condição de supervisora do estágio em clínica analítico-comportamental, solicitava a sistematização dos dados dos atendimentos, tanto para a análise dos mesmos visando à criação de bancos de dados disponibilizados para a pesquisa, quanto para a qualificação das supervisões. Uma das estratégias para alcançar esses objetivos implicava na aplicação de instrumentos. No entanto, no contexto brasileiro, instrumentos que abordam a temática da assertividade para a demanda feminina são escassos.

No que diz respeito às questões que envolvem a avaliação dos déficits e recursos comportamentais dos clientes, utilizamos diversas indicações de terapeutas pesquisadores da prática clínica e instrumentos recomendados pelo Conselho Federal de Psicologia. Dentre eles, a adaptação do Teste de Frustração de Rosenzweig para avaliação e promoção de comportamentos assertivos (Lima, 2000), a Escala Rathus de Assertividade (Pasquali & Gouveia, 1990), o Inventário de Assertividade de Alberti e Emmons (1978) e o Inventário de Habilidades Sociais - IHS-Del-Prette (Z. A. P. Del Prette & Del Prette, 2001). Entretanto, os instrumentos mencionados, apesar de relevantes e contribuírem na identificação e descrição de recursos e déficits comportamentais, tanto na pesquisa quanto na prática profissional, ainda apresentam algumas implicações para a atuação de terapeutas analítico-comportamentais, grupo no qual estou inserida. Destaco a necessidade de adaptações que auxiliem os terapeutas comportamentais a obterem dados sobre os eventos privados, enquanto correlatos ou subprodutos de contingências ambientais e eventos situacionais, em especial, aqueles eventos que acontecem depois dos indivíduos relatarem respostas assertivas. Entendo que a forma como são estruturados limita uma completa avaliação funcional que os behavioristas radicais se propõem a fazer.

A identificação da demanda impulsionou uma prática na qual eu e os terapeutas iniciantes nos vimos, voltados para a elaboração e adaptação de instrumentos de avaliação, assim como para a leitura e aplicação de programas de promoção de

Habilidades Sociais, seja em uma perspectiva de ações remediativas, seja preventiva. Estes elementos possibilitaram a construção de um trabalho com o tripé nas questões sobre assertividade, gênero e o universo do trabalho que hoje as mulheres brasileiras fazem parte.

APRESENTAÇÃO

Seguindo a indicação de formato de teses do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), esta tese está composta de um conjunto de quatro manuscritos sobre a temática assertividade, os quais podem ser lidos de forma independente, e ao mesmo tempo possuem características que os entrelaçam. Para melhor compreensão, o trabalho está estruturado nas seções descritas a seguir:

Inicialmente, é apresentada uma introdução ao tema da assertividade sob a ótica do campo teórico-prático das Habilidades Sociais em interface com a Análise do Comportamento. Neste texto introdutório, há uma preocupação em identificar os problemas de pesquisas que usualmente são apresentados dentro dessa área, assim como discutir justificativas para novos estudos da assertividade feminina.

Seguindo a introdução, apresenta-se um primeiro manuscrito intitulado “Assertividade: uma análise da produção acadêmica nacional”, que tem como objetivo identificar e caracterizar a produção acadêmica de estudos nacionais acerca da assertividade. No segundo manuscrito, discutem-se as “Contribuições da Análise do Comportamento para compreender a assertividade feminina”. Neste texto, defende-se a premissa, de que para compreender as mudanças na assertividade feminina, é necessária uma análise de contingências históricas e atuais.

No terceiro manuscrito apresenta-se um texto descritivo de construção e validação do instrumento denominado Inventário de Habilidades Assertivas – IHA, que foi usado para coleta de dados na parte empírica. Este instrumento permite investigações acerca do autorrelato da assertividade em termos de frequência, nível de desconforto (eventos privados), eventos antecedentes (variáveis situacionais de cada

item, incluindo autorregras) e eventos consequentes (alcance dos objetivos e avaliação social) da assertividade. No quarto manuscrito, apresenta-se um estudo de *survey*, no qual os dados coletados fortalecem a preocupação teórico-metodológica de que a compreensão da assertividade feminina precisa considerar um grande número de variáveis, apontando para pesquisas futuras. O estudo apresentado é pioneiro nas investigações nacionais da área. Caracteriza-se a assertividade das mulheres de nível superior e inseridas no mercado de trabalho da cidade de São Luís e verifica-se a assertividade considerando diferenças em função de variáveis sociodemográficas.

Por fim, apresenta-se uma Discussão Geral em que objetivos e resultados dos quatro manuscritos são retomados e articulados entre si. À guisa de conclusão, apresentam-se os produtos advindos de todos os estudos desta tese e apontam-se novas questões para investigações acerca da assertividade feminina.

Nesta direção, considerando que os fatores relacionados ao mundo do trabalho e as variáveis sociodemográficas podem ser muito relevantes para a compreensão da assertividade feminina, a proposta final de tese envolve a construção e validação de uma escala multimodal para avaliação do construto da assertividade. A avaliação desse fenômeno precisa contemplar a diversidade de demandas que se apresentam para a mulher e um refinamento e contextualização das respostas de enfrentamento, considerando pelo menos cinco dimensões: (a) com que frequência as mulheres apresentam respostas assertivas de enfrentamento a essas demandas (b) qual o grau de desconforto que experimentam ao fazerem isso; (c) quanto consideram que essas respostas são efetivas (alcance dos objetivos); (d) como consideram que o ambiente social avalia esse enfrentamento, em termos de adequação; (e) como elas próprias avaliam a adequação dessas respostas (avaliação pessoal). Além de um estudo correlacional, cujos objetivos foram caracterizar a assertividade de mulheres e verificar

a existência de relações entre variáveis sociodemográficas e o autorrelato de respostas assertivas. A perspectiva assumida nesse trabalho é que uma avaliação abrangente que produza esses indicadores pode ser particularmente relevante para verificar associações entre dimensões da assertividade feminina (pelo menos em termos de relato) e uma ampla gama de variáveis sociodemográficas.

Assertividade, mulher e mundo do trabalho

A presente seção abordará a temática da assertividade feminina relacionando com o mundo do trabalho. Para uma melhor compreensão, será dividida em duas partes. Na primeira, como já mencionado anteriormente, se fará a apresentação da assertividade sob a ótica do campo teórico-prático das Habilidades Sociais, em interface com a Análise do Comportamento; na segunda, será feita uma explanação sobre assertividade, gênero e mundo do trabalho.

Habilidades Sociais, assertividade e níveis de seleção

Uma importante distinção teórica do campo das Habilidades Sociais refere-se aos conceitos de Habilidades Sociais e Competência Social. Embora sejam conceitos entrelaçados, eles apresentam características próprias que auxiliam o entendimento de questões conceituais e metodológicas dessa área de investigação. Entende-se, por Habilidades Sociais, uma classe de comportamentos operantes que, apresentada diante de demandas sociais, têm alta probabilidade de produzir consequências positivas em termos de ganhos e de reduzir perdas nas interações sociais, e que constituem também condições necessárias, ainda que não suficientes, para a competência social (A. Del Prette & Del Prette, 2010; 2013; Gresham, 2013). Esta é entendida como um construto avaliativo de desempenho efetivamente apresentado pelo indivíduo em tarefas sociais, com base em critérios de funcionalidade que incluem: consecução do objetivo, em termos de consequências específicas obtidas na interação social; manutenção ou melhora da autoestima dos envolvidos; manutenção ou melhora da qualidade da relação; maior equilíbrio de ganhos e perdas entre os participantes da interação e; respeito e ampliação dos direitos humanos básicos (A. Del Prette & Del Prette, 2013; Gresham, 2013). Admite-se que, em uma mesma interação social, nem todos esses

critérios são igualmente atendidos, podendo-se afirmar que, quanto mais deles são atendidos, maior competência social pode ser atribuída ao desempenho do indivíduo (A. Del Prette & Del Prette, 2010).

Considerando a diversidade de demandas que o contexto social apresenta, verifica-se uma diversidade também grande de classes de habilidades sociais. Dentre essas classes estão às chamadas habilidades assertivas, ou de enfrentamento. Estas são definidas como as de expressão apropriada de sentimentos e a defesa dos próprios direitos e os do outro (A. Del Prette & Del Prette, 2003; Lange & Jakubowski, 1976; Rimm & Masters, 1983). Essa classe de habilidade envolve risco de consequências aversivas imediatas por parte do interlocutor e costumam eliciar alta ansiedade no emissor, podendo, assim, ser caracterizada como uma resposta de enfrentamento (A. Del Prette & Del Prette, 2010; 2013).

Quanto a uma formulação conceitual de assertividade, A. Del Prette e Del Prette (2003) colocam que é possível encontrar uma variedade delas na literatura. Entretanto, os estudiosos concebem a asserção no contexto de defesa de direito e/ou enfrentamento de situações que envolvam riscos de consequências aversivas. Nas palavras dos autores, “agir assertivamente significa, portanto, defender-se em situação de injustiça ou no mínimo, buscar restabelecer uma norma que, quando rompida, causa algum tipo de prejuízo à pessoa ou a seu grupo” (A. Del Prette & Del Prette, 2003, p.131). Concluem que é possível compreender a assertividade como uma classe ampla que pode ser desdobrada em diversas subclasses (A. Del Prette & Del Prette, 2010), tais como: (1) manifestar opinião, concordar, discordar; (2) fazer, aceitar e recusar pedidos; (3) desculpar-se e admitir falhas; (4) estabelecer relacionamento afetivo/sexual; (5) encerrar relacionamento; (6) expressar raiva e pedir mudança de comportamento; (7) interagir com autoridades; (8) lidar com crítica.

Os estudos sobre Habilidades Sociais estão em ascensão (Bolsoni-Silva, Del Prette, Del Prette, Montanher, Bandeira & Del Prette, 2006), contudo os que discutem a assertividade em determinados grupos ainda são escassos no Brasil, em particular sob o enfoque analítico-comportamental. E esse quadro é coerente com o que é verificado no cenário mundial. Para Todorov e Moreira (2004), por exemplo, “o estudo do comportamento em sociedades foi relegado, por quase 50 anos, apesar das reiteradas propostas de Skinner considerando sua importância” (p.25).

Por outro lado, desde a década de 1980, tem-se verificado uma tendência, entre pesquisadores da Análise do Comportamento, de estudar fenômenos e conceitos investigados tradicionalmente por outras abordagens psicológicas, podendo-se citar, por exemplo, o investimento na análise experimental da cognição, privilegiado nos estudos de equivalência de estímulos (Sidman, 1998; Sidman & Tailby, 1982). Aliás, mais recentemente, verifica-se um aumento de interesse em estudos que têm como objeto o comportamento do grupo, adotando uma unidade de análise, ainda pouco utilizada entre os analistas do comportamento, a chamada metacontingência. Esta proposta de estudo permite a ampliação da análise de contingências do comportamento individual para a análise da interdependência e das contingências entrelaçadas entre comportamentos de várias pessoas e a forma como produtos culturais específicos controlam esse entrelaçamento (Carrara, 2006; Glenn, 1986; Glenn, 1988; Glenn, 1991; Glenn, 2004; Malott & Glenn, 2006; Saconatto & Andery, 2013; Soares, Cabral, Leite & Tourinho, 2012). Sobre esse assunto, Saconatto e Andery (2013) defendem que “o conceito de metacontingência abriu novos programas de investigação na Análise do Comportamento, envolvendo o estudo do comportamento social e de comportamentos que envolvem grupos de indivíduos” (p.2).

Assumindo pressupostos da Análise do Comportamento, vários estudiosos (Bolsoni-Silva, 2002; Bolsoni-Silva & Carrara, 2010; Z. A. P. Del Prette & Del Prette, 2010; Gresham, 2013; Maag, 2006; McIntyre, Gresham, DiGennaro & Reed, 2007; Marchezini-Cunha & Tourinho, 2010) têm discutido suas possibilidades de contribuição para o campo das Habilidades Sociais e, em particular para a questão da assertividade. Admitindo-se, portanto, a possibilidade de interface entre Habilidades Sociais e Análise do Comportamento, pretende-se contribuir com um estudo acerca da assertividade, com ênfase na assertividade feminina sob uma perspectiva analítico-comportamental.

O modelo analítico-comportamental, externalista e relacional, assume que o comportamento é produto do entrelaçamento de três tipos de níveis de seleção: filogenéticas, ontogenéticas e culturais (Skinner, 1981). As primeiras contingências caracterizam a seleção comportamental no nível evolutivo (filogênese), responsáveis pela seleção de comportamentos úteis para a sobrevivência da espécie, e possibilitariam a adaptação da mesma às condições ambientais que lhes fossem impostas. Um exemplo disto encontra suporte na posição skinneriana acerca da evolução do comportamento verbal, que permitiu ao homem falar sobre o outro e ouvir o que o outro falava sobre ele. Tais conquistas possibilitaram o autoconhecimento (Ingberman & Löhr, 2003). Sobre isso, Skinner (1974/1991) comenta:

Em fase relativamente tardia de sua história, a espécie humana sofreu uma mudança notável: sua musculatura vocal foi posta sob controle operante. Como outras espécies, ela tinha, até então, externado gritos de alerta, brados ameaçadores e outras respostas inatas, mas o comportamento vocal operante fez grande diferença porque ampliou a esfera de ação do ambiente social (Skinner, 1974/1991, p.79).

Para Miguel e Garb (2003) “comportamentos assertivos podem ser caracterizados como respostas verbais sobre sentimentos ou opiniões de maneira respeitosa ao ouvinte” (p.130), que só puderam ser estabelecidos desta maneira em função do comportamento verbal ter sido selecionado pelo seu valor de sobrevivência para a espécie. Na filogênese, há também outros fatores a serem considerados, tais como o citado por A. Del Prette e Del Prette (2001), que chamam a atenção para o valor de sobrevivência do viver em grupo:

[...] a maioria dos seres vivos, senão todos, vivem em grupo e a vida comunitária é fundamental para sua existência. Se a vida em grupo foi decisiva para a sobrevivência, pode-se supor mecanismos geneticamente dotados para a produção de certa harmonia e de regulação de ações destrutivas do tipo que coloca em risco todos os indivíduos de uma espécie (A. Del Prette & Del Prette, 2001, p.67).

O segundo conjunto de contingências, que caracterizam a seleção comportamental no nível ontogenético, são as responsáveis por modelar comportamentos úteis ao longo da história de vida do indivíduo. Essa história, única e singular, resulta da sua interação com o ambiente, onde comportamentos são adquiridos, mantidos ou reduzidos. É nesse nível que se desenvolvem os processos de aprendizagem denominados de condicionamento respondente e operante. De acordo com Z. A. P. Del Prette e Del Prette (2010):

Dependendo das contingências a que está exposta, uma pessoa pode desenvolver tanto um repertório elaborado de comportamentos efetivos na produção de reforçadores, ou um repertório deficitário, ou seja, limitado e com falhas de fluência ou proficiência de desempenho (p.43).

Para entender o porquê de “comportamentos assertivos estarem ou não ocorrendo, e sua frequência, é preciso analisar se estão, se estiveram ou não, associados a consequências reforçadoras e em quais circunstâncias” (Miguel & Garb, 2003, p.132). Nesta direção, sob a ótica da Análise do Comportamento, a ferramenta básica é a chamada análise funcional (Skinner, 1953/1994), que busca identificar a relação entre o comportamento e as variáveis externas (eventos antecedentes e consequentes) imediatas ou presentes na história de vida do indivíduo. E como a combinação dessas variáveis é única para cada indivíduo, a história de vida é uma das principais fontes de explicações das diferenças individuais. Neste sentido, Skinner (1974/1991) afirma que “algumas comunidades produzem a pessoa profundamente introspectiva, introvertida ou voltada para si; outras produzem o extrovertido, sociável, voltado para os demais. Umas produzem pessoas que só agem após cuidadosa consideração das possíveis consequências; outras, os tipos imprudentes e impulsivos” (p.146).

Diante desse contexto, alinhando-se ao pensamento skinneriano, dentre as formulações conceituais sobre a assertividade, Marchezini-Cunha e Tourinho (2010) enfatizam a funcionalidade comportamental e os princípios de instalação e manutenção de comportamentos passivos, agressivos e assertivos, assim como, suas principais distinções. Já em A. Del Prette e Del Prette (2009), encontra-se uma análise de componentes não verbais e paralinguísticos das habilidades sociais, em uma perspectiva analítico-comportamental. Para os autores, ainda que a dicotomia entre o verbal, por um lado, *versus* o não verbal e paralinguísticos (NV&P), por outro, não seja adotada no modelo skinneriano, o entendimento da funcionalidade das respostas NV&P encontra suporte na análise de comportamentos operantes verbais.

Skinner (1957/1978) definiu comportamento verbal como operantes que são mantidos por consequências mediadas por um ouvinte especialmente treinado pela comunidade verbal para operar como tal. Sua análise em nada difere dos outros operantes, ou seja, deve ser analisado funcionalmente considerando os eventos antecedentes e consequentes. Com base nessas relações de controle, Skinner (1957/1978) formulou cinco categorias de comportamento verbal: tacto, mando, ecóico, intraverbal e autoclítico.

Conforme a análise de A. Del Prette e Del Prette (2009), os comportamentos sociais da classe assertividade poderiam ser analisados sob a ótica dos operantes verbais de mando e autoclíticos. Comportamentos de mando são definidos como respostas verbais, vocais ou motoras, controladas por estímulos privados, ligados a estados motivacionais ou afetivos e mantidas por consequências que diminuem a privação geradora dos quadros motivacionais que as antecedem (Barros, 2003). Neste sentido, A. Del Prette e Del Prette (2009) consideram que as habilidades sociais assertivas de fazer perguntas e pedir mudança de comportamento ilustram operantes verbais de mando. Por autoclítico, entendem-se respostas verbais, vocais ou motoras, controladas pelo próprio comportamento verbal (antecedente, simultâneo ou concorrente) do emissor e as quais articulam, organizam ou modificam as respostas verbais que as controlam (Barros, 2003). Por exemplo, a esposa fala em um tom mais suave ao fazer uma crítica ao marido, o que provavelmente diminui a probabilidade de uma resposta agressiva do mesmo.

Estas são apenas algumas possibilidades de análise das habilidades assertivas enquanto operante verbal. Não está no escopo desse trabalho uma discussão aprofundada dessas categorias, embora se reconheça que um investimento nesse tipo

de debate permite estreitar as relações entre a Análise do Comportamento e o campo teórico-prático das Habilidades Sociais.

Por fim, as contingências culturais caracterizam a seleção de entrelaçamento de contingências responsáveis pela instalação de comportamentos que são úteis não apenas para o indivíduo, mas para o grupo em que está inserido. Contribuem para a compreensão da manutenção de práticas culturais, cujas consequências atuam sobre o grupo. “A efetividade ou inefetividade de determinadas práticas de relacionamento social pode determinar a sua adoção ou não pelos membros do grupo, portanto, a sua seleção por aquele grupo” (Z. A. P. Del Prette & Del Prette, 2010, p.44).

Skinner (1953/1994) denominou cinco agências de controle: governo, religião, psicoterapia, educação e economia que utilizam mecanismos para regular o comportamento dos membros de uma sociedade ou cultura e para transmitir, práticas culturais que foram selecionadas pelo seu valor de sobrevivência para o grupo. Dentre esses mecanismos tem-se o controle por regras. Para Skinner (1974/1991), regras são especificações de contingências, que têm a função de estímulos discriminativos, uma vez que funcionam sinalizando para o indivíduo uma situação na qual deve se comportar de acordo com a especificação da regra, para então ter seu comportamento reforçado ou não ser punido. Assim, nas discussões sobre assertividade, o comportamento governado por regras é aquele no qual o comportamento de um indivíduo ou de um grupo fica sob o controle do que uma cultura estabelece como “socialmente adequado” ou “socialmente inadequado”. Marchezini-Cunha (2004) alerta que os parâmetros utilizados pelas agências de controle para avaliar os efeitos reforçadores e aversivos de comportamentos assertivos podem variar de cultura para cultura. Este tipo de preocupação tem contribuído para estudos que analisam a

influência das variáveis culturais sobre comportamentos assertivos (Eskin, 2003; Niikura, 1999; Sigler, Burnett & Child 2008; Singhal & Nagao, 1993).

Na ótica da Análise do Comportamento, todos os comportamentos, incluindo os assertivos, devem ser analisados sob a perspectiva externalista e relacional. É *externalista*, pois busca fora do indivíduo suas causas últimas e é *relacional*, na medida em que as ações não podem ser compreendidas de forma isolada, mas na sua relação com eventos situacionais antecedentes e consequentes.

Os estudos sobre a interação do indivíduo com seu grupo têm interessado ao campo da Psicologia e a outras disciplinas, como é o caso da Antropologia e da Sociologia (A. Del Prette & Del Prette, 2003). Ao encontro dessa posição, A. Del Prette (1991) defende que várias temáticas estudadas pela Psicologia podem ser melhor investigadas com a apropriação do conhecimento já desenvolvido em outras áreas do saber. Nesta direção, uma compreensão com maior amplitude acerca da assertividade feminina pode ser embasada em uma abordagem multidisciplinar. Neste trabalho, optou-se por destacar os conhecimentos produzidos pela Sociologia quanto à questão de gênero, trabalho e contexto social mais amplo, que certamente não podem ser ignoradas quando se busca entender a questão da assertividade da mulher inserida no mercado de trabalho.

Assertividade, gênero e mundo do trabalho

Historicamente o papel da mulher na sociedade brasileira esteve sempre atrelado a atividades consideradas de “menor expressão”, tais como o cuidado com as atividades domésticas e a educação dos filhos. A alternativa a essas atividades, também denominadas “prezadas do lar”, era a de “professora normalista”. Este cenário começou a ser alterado por uma multiplicidade de fatores, entre eles a promulgação da

Constituição Brasileira de 1934 - quando foi implantado o direito ao voto universal. Contudo, foi na década de 1980, no contexto do fim da ditadura militar, que se desencadeou uma série de discussões sobre direitos civis, inclusive para as mulheres, que foram consolidados na Constituição Federal de 1988.

Apesar do aprofundamento dos direitos estabelecidos legalmente, observa-se que as ferramentas que possibilitam o alcance concreto dos mesmos ainda são ineficazes. Esse debate se tornou relevante em diferentes áreas do conhecimento. Na Psicologia, um campo teórico-prático que vem buscando soluções concretas para a legitimação desses direitos é o do Treinamento das Habilidades Sociais. No nível teórico, com formulação de conceitos fundamentais para o entendimento das relações interpessoais, tais como: Habilidades Sociais e Competência Social. No nível prático, com avanços no desenvolvimento de procedimentos e estratégias que permitem a promoção de programas de Treinamento de Habilidades Sociais (THS), que auxiliam no planejamento de práticas culturais comprometidas com a real modificação nas interações, favorecendo uma melhor qualidade de vida para os indivíduos (A. Del Prette & Del Prette, 2011).

Neste contexto, um conceito que se mostra intrinsecamente relacionado com o debate da política de direitos é o de assertividade. Ainda que existam divergências conceituais desde sua formulação, no final da década de 1940 (Rimm & Masters, 1983; Z. A. P. Del Prette & Del Prette, 1999), os autores são unânimes em afirmar que se comportar assertivamente é a conduta mais adequada, ou a mais competente socialmente.

Ocorre que uma breve análise dos fenômenos sociais remete à constatação de que o direito à expressão de sentimentos e pensamentos foi, ao longo dos anos, negado às mulheres. A aparente fragilidade física da mulher, “[...] decorrente das diferenças

biológicas entre os sexos” (Trigo & Brioschi, 2007, p.101), pode ter sido um dos primeiros fatores que contribuíram para uma prática de naturalizar os processos socioculturais. De acordo com Trigo e Brioschi (2007) “a natureza estabelece as distinções e a sociedade atribui os valores que apesar de arbitrários, são apresentados como naturais e eternos” (p.103). Além disso, conforme Saffioti (1987):

Dada a desvalorização social do espaço doméstico, os poderosos têm interesse em instaurar a crença de que este papel *sempre* foi desempenhado por mulheres. [...] Ao se afirmar que *sempre e em todos os lugares* as mulheres se ocupam do espaço doméstico, eliminando-se as diferenciações históricas e ressaltando-se as características “naturais” destas funções (p.11).

Ainda segundo Saffioti (1987), delegar à mulher este espaço é “o caminho mais fácil e curto para legitimar a superioridade dos homens, assim como a dos brancos, a dos heterossexuais, a dos ricos” (p.11). Quanto às transformações sociais, econômicas e políticas, desde a última década do século XX verifica-se um salto na participação da mulher no mercado de trabalho, mas sem redução da desigualdade na relação com os homens quanto à remuneração (Kanan, 2010; Nogueira, 2004). Esse quadro estimulou novas reflexões sobre a assertividade, relacionadas às questões de gênero (Eskin, 2003; Twenge, 2001).

Os dados da literatura apontam resultados contraditórios acerca das investigações sobre assertividade feminina. Os estudos de Ory e Helfrich (1976) e Adejumo (1981) encontraram diferenças significativas na assertividade entre homens e mulheres. Indo ao encontro desses estudos, Yong (2010) apontou diferenças significativas quanto ao gênero, favorável aos homens, em dois itens da escala Rathus, no item 26. “Quando recebo um elogio, às vezes não sei o que dizer” e o item 27, “Se

um casal perto de mim, em um teatro ou em uma conferência, estiver conversando alto, eu pediria para ficarem quietos ou para irem conversar em outro lugar”.

Por outro lado, há estudos (Arigbabu, Ekundayo & Owolabi-Gabriel, 2010; Scherbarth, 2002) que não encontram diferenças significativas entre homens e mulheres quanto à assertividade. A pesquisa de Chandler, Cook e Dugovics (1978) não encontrou diferenças significativas entre homens e mulheres em 25 dos 30 itens da escala Rathus; entretanto, dos cinco itens em que houve diferenças, quatro sugerem relato de maior assertividade entre mulheres: *o cuidado em não ferir os sentimentos dos outros, a percepção de que outras pessoas são mais assertivas ou mais agressivas, preferir tentar um emprego através de carta do que de entrevista pessoal e evitar fazer perguntas por medo de parecer estúpido.*

O estudo de Onyeizugbo (2003), investigando os efeitos entre gênero, idade e educação sobre a assertividade em uma amostra de indivíduos nigerianos casados, usando, como instrumento de medida, a *Assertive Behavior Assessment Scale – ABAS*, encontrou diferenças significativas entre homens e mulheres nigerianos jovens, apontando escores mais elevados em homens do que em mulheres. No entanto, quando investigada a assertividade em homens e mulheres nigerianos mais velhos, os dados indicaram que as mulheres apresentaram escores mais elevados do que os homens e do que as mulheres mais novas.

Os dados contraditórios entre os resultados das pesquisas, encontrados na literatura sobre assertividade e gênero, podem estar relacionados a condições metodológicas das investigações. Chandler, Cook e Dugovics (1978) chamam a atenção para as variáveis pessoais da amostra, como a formação acadêmica. Z. A. P. Del Prette e Del Prette (1999) apontam para pelo menos três variáveis que podem afetar os resultados de uma pesquisa de Habilidades Sociais: (1) a coleta de informações por

meio de inventários com conteúdos e itens diferentes, que pode tornar as comparações incompatíveis; (2) as condições ambientais onde essas coletas são realizadas e; (3) os estudos psicométricos que envolvem ampla amostragem, mas nem sempre são efetuados em população clínica. Portanto, as diferenças nos resultados podem ser explicadas em função dos autorrelatos demandarem uma autoavaliação que nem sempre os indivíduos estão interessados em expor fora de um processo terapêutico.

Ainda que se reconheçam limitações nos estudos com medidas indiretas, como o autorrelato, também há evidências apontando para sua importância e utilidade. Gresham (2013) apresenta inúmeras vantagens na sua utilização: alcançam grandes amostras com rapidez, permitem a avaliação de comportamentos fora do tempo e local de sua ocorrência, o que é bastante útil em caso de comportamentos inadequados e/ou de baixa frequência e, servem como um método breve e eficiente de identificação inicial de comportamentos que podem depois serem alvos de uma avaliação funcional direta e em profundidade.

Como mencionado anteriormente, os estudos brasileiros sobre habilidades sociais, dos quais a assertividade faz parte, encontram-se em ascensão (Bolsoni-Silva, et. al., 2006; Fumo, Monolio, Bello & Hayashi, 2009). Por outro lado, é possível identificar uma escassez de recursos para a avaliação desse construto, tanto por meio de medidas diretas, como de medidas indiretas. Bolsoni-Silva et al. (2006) identificaram que, até o início deste século, os estudos brasileiros se preocuparam mais em caracterizar determinadas populações, em menor escala, em avaliar a efetividade de programas de intervenção e, em número ainda menor, em descrever e testar propriedades psicométricas de instrumentos de avaliação. Sobre esse assunto, Z. A. P. Del Prette e Del Prette (2013) apresentam uma relação de instrumentos, construídos e adaptados para a avaliação de HS, disponíveis no Brasil. Contudo, nenhum deles foca

especificamente a assertividade e, cabe destacar, a assertividade exclusivamente feminina praticamente não foi incluída na pauta das pesquisas. Portanto, os resultados das referidas análises indicam uma vertente de pesquisa a ser mais explorada.

Embora haja divergências nos achados acerca da relação entre assertividade e gênero, há evidências na literatura que apontam para um consenso no que se refere à influência de variáveis situacionais, culturais e sociodemográficas na compreensão da assertividade feminina. Sigler, Burnett e Child (2008), por exemplo, realizaram um estudo sobre assertividade em duas regiões dos EUA, Upper Midwest e New York. Os resultados indicaram maior assertividade em homens do que em mulheres em Upper Midwest, região com nível médio de urbanização. Em New York, região bem mais urbanizada, não foram verificadas diferenças significativas entre os gêneros. Todavia, a análise da assertividade feminina indicou que as mulheres de New York apresentaram escores mais elevados do que as de Upper Midwest, sugerindo que fatores socioeconômicos e culturais exercem grandes influências na asserção. Em um estudo sobre as mudanças na assertividade feminina, no período de 1931 a 1993, Twenge (2001) revelou que a assertividade das mulheres aumentou a partir de 1968, o que não foi observado nos escores de assertividade dos homens. Destaca-se como uma das principais explicações para tal fato, a elevação da participação feminina nos mais diversos setores da sociedade o que deve exigir um maior posicionamento diante de variadas demandas. Na medida em que essas demandas relacionam-se principalmente com a inserção da mulher no mercado de trabalho, é fundamental analisar a assertividade das mulheres inseridas nessa realidade.

Mulher, mercado de trabalho e demandas para Habilidades Sociais

Conforme Teykal e Rocha-Coutinho (2007) e Otobe (2012), em âmbito mundial houve um acréscimo de mulheres trabalhadoras na primeira década do século XXI, consolidando o maior nível histórico destas no mercado de trabalho. Todavia, não houve redução da desigualdade de condições de trabalho e remuneração em relação aos homens. Segundo Nogueira (2004), este trabalho feminino “se traduz, majoritariamente, nas áreas onde predominam os empregos precários e vulneráveis [...] e é marcado por uma flexibilização mais acentuada, como, por exemplo, o trabalho em tempo parcial realizado majoritariamente por mulheres” (p.1).

No Brasil também aumentou a participação da mulher no mercado de trabalho e permanecem profundas desigualdades por gênero, principalmente quando se consideram os aspectos regionais. Mesmo as que possuem maior nível de escolaridade e são “chefes de família”¹, continuam trabalhando em condições mais precárias e recebendo menores remunerações que os homens (IBGE, 2011).

Tanto a pesquisa de Sigler, Burnett e Child (2008), quanto o quadro apontado pelo IBGE (2011), legitimam a necessidade de investigar os fatores responsáveis pelas desvantagens das mulheres em relação aos homens e entre mulheres de diferentes regiões. Uma das possibilidades de investigação é a que se baseia na questão dos recursos comportamentais, culturalmente associados ao gênero, em função das condições de vida de cada sexo (Sigler, Burnett & Child, 2008; Yong, 2010). Conforme padrões de comportamentos identificados em estudos, como os de Lima (1999) e Kanan (2010) sobre a identidade de gênero, o processo de educação feminina está associado a “estereótipos que reforçam a tendência de relacionar características femininas (comunicação e cooperação) como não gerenciais, e características masculinas

¹ São denominadas “chefes de família”, aquelas mulheres que assumem o gerenciamento econômico de um núcleo familiar.

(agressividade e assertividade) como gerenciais” (Kanan, 2010, p.250). Outra possibilidade se sustenta no efeito de mudanças socioeconômicas e culturais, que produzem modificações no papel da mulher na sociedade contemporânea (Eskin, 2003; Twenge, 2001).

Somando-se às transformações relacionadas à maior participação feminina no mercado de trabalho, Miguel e Garb (2003) e Smith-Jentsch, Salas e Backer (1996) chamam a atenção ao fato de que os novos paradigmas organizacionais têm valorizado habilidades sociais. A. Del Prette e Del Prette (2010) descrevem tais habilidades como: coordenar grupo, liderar equipes, manejar estresses e resolver conflitos interpessoais e em grupos, organizar tarefas, resolver problemas e tomar decisões. Isso sugere que, ao se inserirem no mundo do trabalho, é exigida das mulheres a competência para falar em público, argumentar e convencer na exposição de ideias, planos e estratégias, que tradicionalmente se entendia como características masculinas. Assim, se no passado a expressão de sentimentos e pensamentos, que era valorizada apenas no universo masculino, gerava, no universo feminino consequências aversivas. No presente, essa expressão, pela influência decorrente da inserção da mulher no mundo do trabalho, pode vir a ser geradora de consequências reforçadoras, tanto quanto ocorre com os homens.

Em resumo, pode-se considerar que estudos da Sociologia trazem elementos de macrocontingências que contextualizam a questão da assertividade feminina de mulheres inseridas no mercado de trabalho. Certamente, não se pode ignorar as condições sociais em que o mercado de trabalho vem absorvendo a entrada da mulher, a desigualdade de gênero quanto à remuneração, os preconceitos associados aos padrões comportamentais valorizados para o sexo feminino e muitas outras questões desse tipo. No caso particular da assertividade, por sua própria definição, esse contexto

acentua os desafios do enfrentamento que se colocam para a mulher inserida no mercado de trabalho. Os elementos apresentados ratificam a importância de novos estudos sobre a assertividade feminina, uma vez que permitem a identificação de problemas de pesquisa que usualmente são apresentados na área. No tópico seguinte, serão descritos o problema e os objetivos que esta tese se propõe a investigar.

Problema de pesquisa e objetivos

O modelo externalista, relacional e contextual da Ciência Psicológica, acerca da multideterminação do comportamento humano, conduz à compreensão de que a assertividade deve ser entendida a partir de variáveis históricas e atuais do ambiente físico e social em que as pessoas estão inseridas. No nível histórico, a longa exposição a opressões e restrição a direitos inalienáveis à condição humana delegou à mulher um lugar de submissão que, nos dias atuais, vem se modificando. Essa modificação permite considerar que, atualmente, a assertividade feminina não pode mais ser dissociada das transformações produzidas pela inserção da mulher no mundo do trabalho, seja pelo empoderamento econômico no qual se encontra, seja pelas novas demandas e desafios impostos pelas organizações.

As condições históricas, grande parte delas ainda atuais, criaram e ainda mantêm, até certo ponto, expectativas e valorização de um papel feminino para a mulher. Esse papel parece ser conflitante com o padrão de assertividade e consequente enfrentamento que ela precisa desenvolver e aplicar para ser bem sucedida no mercado de trabalho e diante de novas demandas impostas pela sociedade contemporânea. Estes elementos favorecem o desenvolvimento de questões que só podem ser respondidas empiricamente. Esse padrão feminino, aparentemente incompatível com a assertividade, pode estar presente no desempenho de parte das mulheres inseridas no

mercado de trabalho ou pode estar sendo superado por elas, certamente com custo e conflito entre o que percebe das expectativas sociais e o que de fato considera legítimo e importante para lidar com as demandas do contexto de trabalho.

Pode-se supor, com base em outros estudos (Deltsidou, 2009; Onyeizugbo, 2003) que a escolarização seja uma variável influente sobre a assertividade, assim como cultura, etnia, gênero e idade (Florian & Zernitsky-Shurka, 1987; Furnham, 1979; Kilkus, 1993; Kimble, Marsh & Kiska, 1984). Em síntese, a tese sustentada neste estudo é que, a análise da assertividade feminina precisaria incluir também indicadores do custo do enfrentamento, da efetividade da resposta, da avaliação da mulher sobre o que supõe que a sociedade espera dela e o que ela própria considera pertinente e efetivo em termos de enfrentamento. Além de se considerar na avaliação da população estudada, no caso a feminina, as variáveis sociodemográficas.

Esta tese implica em objetivos que foram organizados em quatro estudos sequenciados e articulados como seguem: (1) identificar e caracterizar a produção acadêmica de estudos nacionais acerca da assertividade, buscando-se determinar o “estado da arte” e descrever o desenvolvimento dessa área de pesquisa, além de identificar lacunas e perspectivas de novos estudos no Brasil; (2) defender a premissa de que, para compreender as mudanças na assertividade feminina, é necessária uma análise de contingências históricas e atuais; (3) construir e validar uma escala multidimensional para avaliação da assertividade que, para além do indicador de frequência, incluísse indicadores do contexto cultural e de variáveis encobertas enquanto possíveis fatores associados a esse construto e (4) caracterizar, com base em avaliação efetuada com o Inventário de Habilidades Assertivas - IHA, o repertório assertivo de mulheres inseridas no mercado de trabalho e verificar a influência de variáveis sociodemográficas sobre o escore geral de assertividade.

Nesta investigação, portanto, propõe-se responder algumas questões: Quais habilidades assertivas são mais e menos frequentes no repertório de mulheres inseridas no mercado de trabalho? Quais as relações entre respostas assertivas, variáveis sociodemográficas de mulheres com nível de escolaridade superior e inseridas no mercado de trabalho? Está no escopo deste trabalho a investigação da assertividade de mulheres diante de diferentes demandas sociais e, constatada a ausência de instrumentos que contemplassem as dimensões de interesse na análise da assertividade feminina de mulheres inseridas no mercado de trabalho, a elaboração de um instrumento que venha preencher essa lacuna. Em função disso, O manuscrito três visou construir e validar uma escala multidimensional e o manuscrito quatro caracterizar o repertório de mulheres inseridas no mercado de trabalho e verificar a influência de variáveis sociodemográficas sobre o escore geral de assertividade.

Entende-se que a consecução dos objetivos referidos poderá contribuir para ampliar as possibilidades de avaliação e descrição e exame das associações, predições e exploração de nexos relativos à assertividade feminina, auxiliando futuras investigações básicas e aplicadas e assim contribuindo com o debate de uma temática que não tem sido evidenciada nas investigações psicológicas, em especial, por analistas comportamentais.

ASSERTTIVIDADE: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA NACIONAL²

RESUMO

Este estudo tem o objetivo de identificar e caracterizar a produção acadêmica de publicações nacionais acerca da assertividade. Fez-se uma busca sistemática em três tipos de fontes: Banco de dados de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Periódicos indexados nas bases de dados Lilacs, Scielo, Index-Psi/Periódicos e Google acadêmico, bem como de livros produzidos por autores que compõem grupos de pesquisa nas áreas analítico-comportamental e cognitivo-comportamental. Foram identificadas 64 publicações entre os anos de 1978 e 2014. As categorias de estudos identificadas na análise foram: (1) Teóricos, (2) Aplicados, (3) Caracterização e/ou correlações, (4) Intervenções, (5) Construção, adaptação e validação de instrumentos e (6) Outros. Os resultados indicaram um predomínio de estudos da categoria 2 (Aplicados), seguido da 3 (Caracterização e/ou correlações). A análise contribuiu para identificar perspectivas de investigações e lacunas quanto a tipos de estudos e focos das pesquisas em assertividade.

Palavras-Chave: assertividade; estudos nacionais; revisão de literatura.

ASSERTTIVENESS: AN ANALYSIS OF NATIONAL ACADEMIC PRODUCTION

ABSTRACT

This study aims at identifying and characterizing the academic production of national studies on assertiveness. A systematic review was conducted based on three kinds of sources: (a) thesis and dissertations database from the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES); (b) indexed journals on the Lilacs, Scielo, IndexPsi/Journals databases and Google Scholar; (c) books produced by authors who compose research groups in the behavior analysis and cognitive behavior areas. 64 studies published between 1978 and 2014 were recovered. The study categories identified in the analysis were named as: 1 – Theoretical, 2 – Applied, 3 – Characterization and/or correlations, 4 – Interventions, 5 – Construction, adaptation and validation of evaluation tool sand 6 – Others. The results pointed to a predominance of the category 2 (Applied studies), followed by the 3 (Characterization and/or correlations). The analysis contributed for identifying a research agenda and gaps regarding types of studies and research focuses on assertiveness.

Keywords: assertiveness; national studies; literature review.

O presente artigo é parte de uma investigação mais ampla cuja preocupação central é a assertividade feminina. Em função dos objetivos da pesquisa, portanto,

² Uma versão deste trabalho foi apresentada na modalidade de painel de discussão no 7º *Word Congress of Behavioural and Cognitive Therapies*, em Lima/Peru, em julho de 2013. Este artigo foi submetido para avaliação, em março de 2015, na *Revista Brasileira de Medicina Comportamental e Cognitiva* e tem como coautores os professores Almir Del Prette e Zilda A. P. Del Prette.

considerou-se necessário efetuar uma análise das produções nacionais sobre essa temática.

O termo assertividade é largamente utilizado na Psicologia, nas diversas áreas de atuação: clínica, organizacional, saúde e educacional. No entanto, esse conceito vem sendo construído e reconstruído ao longo de mais de seis décadas e nem sempre há um consenso entre os diversos autores que dissertaram sobre o tema, como se verá a seguir.

Entre os conceitos mais difundidos de assertividade, destaca-se o de Lange e Jakubowski (1976), que a entendem como a habilidade de expressar sentimentos e desejos de forma apropriada, defender os próprios direitos e respeitar os do outro. Segundo esses autores, os estudos sobre o tema tiveram origem no final da década de 1940, com Andrew Salter. Todavia, foram os trabalhos de Joseph Wolpe (1958) e Arnold Lazarus (Wolpe & Lazarus, 1966) que deram maior progresso à área, porque tentaram apresentar definições mais claras sobre comportamento assertivo e agressivo e, no contexto prático, utilizaram vários procedimentos de treino de assertividade, especialmente o *role play*. Por um lado, “Lazarus (1973) [...] identificou quatro classes distintas de respostas: a habilidade de dizer não; a habilidade de fazer pedidos, a habilidade de expressar sentimentos positivos e negativos; e a habilidade de iniciar, manter, e terminar conversas em geral” (Hull & Schroeder, 1979, p.21). Por outro, Wolpe (1958) apresentou um modelo explicativo denominado de inibição recíproca por ansiedade, fundamentado no condicionamento respondente ou clássico.

De acordo com o modelo de Wolpe (1958), os déficits de assertividade podem ser explicados pelo efeito inibidor da ansiedade, ou seja, situações sociais previamente pareadas com estímulos aversivos eliciariam respostas de ansiedade que, por sua vez, inibiriam respostas assertivas. Inúmeros estudos sugerem uma relação entre assertividade e ansiedade apontando que quanto maior o nível de ansiedade, menor a

frequência de respostas assertivas (Anderson, 1997; Creed & Funder, 1998; Strahan, 2002). Contudo, esta relação não é de inibição recíproca, principalmente se considerarmos que o indivíduo não aprendeu a resposta assertiva.

A origem dos estudos nessa área de investigação está em dois movimentos contemporâneos que surgiram em lugares distintos: uma vertente americana, denominada de *Treinamento Assertivo (TA)* e outra vertente inglesa, denominada de *Treinamento das Habilidades Sociais (THS)* conforme A. Del Prette e Del Prette (2010) e Z. A. P. Del Prette e Del Prette (1999). Uma análise acerca desses movimentos contribui para compreender o campo teórico-prático do THS, podendo-se encontrar um detalhamento, em termos de contexto histórico, em A. Del Prette e Del Prette (2003a).

Segundo Lange e Jakubowski (1976), Ruben e Ruben (1987) e Z. A. P. Del Prette e Del Prette (1999), as décadas de 1970 e 1980 podem ser consideradas como de apogeu das publicações americanas sobre assertividade. Todavia, ainda que nesse período possam ser identificados inúmeros estudos conceituais, experimentais, aplicados e de elaboração de instrumentos (Alberti & Emmons, 1978; Epstein, 1980; Hull & Schroeder, 1979; Rathus, 1973), não se encontra, na literatura da época, uma definição clara e consensual sobre o que é assertividade, nem uma proposta que permita estabelecer diferenciações entre comportamentos assertivos, agressivos e passivos (Martinez, 1997; Ribeiro, 1990; Souza Filho, 2001). A dificuldade em formular uma definição operacional sobre um construto tende a atrasar e até impedir o desenvolvimento de uma determinada área de pesquisa (Barker, Pistrang & Elliot, 1994), o que parece ter ocorrido no campo da assertividade. Aliadas a isso, duas outras situações podem ser apontadas: o interesse dos trabalhos dos autores americanos era mais fortemente na avaliação e efetividade de técnicas (Z. A. P. Del Prette & Del Prette, 1983) e o fato de que, a partir da década de 1980, o campo do Treinamento das

Habilidades Sociais (THS) apresentava formulações conceituais mais sistemáticas, que acabou englobando a assertividade. Concebido enquanto método de intervenção para o desenvolvimento e promoção de habilidades sociais, o THS teve, tanto em suas bases conceituais quanto metodológicas, uma maior aceitação, se comparado com o Treinamento Assertivo (TA), provavelmente por se apresentar estruturado quanto ao método de intervenção sobre diversas habilidades sociais (HS), dentre elas a assertividade (Cox & Schopler, 1991/1995; Bolsoni-Silva, Del Prette, Del Prette, Montanher, Bandeira & Del Prette, 2006; Trower, 1995).

Os elementos mencionados podem explicar o decréscimo na produção de estudos sobre assertividade após a década de 1980, nos Estados Unidos da América. Todavia, mesmo diante das limitações apontadas, a vertente americana ainda mantém forte influência nos estudos sobre assertividade, possivelmente em função de sua sistemática experimental. Portanto, é pertinente afirmar a coexistência de dois movimentos que norteiam os estudos sobre essa temática, Treinamento Assertivo e Treinamento das Habilidades Sociais.

Para o entendimento da noção de assertividade adotada neste trabalho, distinguem-se alguns conceitos-chave: desempenho social, habilidades sociais e competência social. Entende-se por desempenho social qualquer comportamento ou sequência comportamental em uma situação social. Esse desempenho pode ser caracterizado como adequado ou não. Segundo A. Del Prette e Del Prette (2010) e Z. A. P. Del Prette e Del Prette (1999) os termos habilidades sociais e competência social não são equivalentes. O termo habilidades sociais refere-se a classes de comportamentos no repertório do indivíduo para manejar de forma adequada demandas das interações sociais, apresentando, portanto, um caráter descritivo do repertório comportamental do indivíduo. A competência social, por sua vez, tem um caráter avaliativo, pautada nos

efeitos do comportamento, tanto para o indivíduo quanto para o grupo. A competência social qualifica se um desempenho é ou não adequado, considerando duas dimensões de funcionalidade (A. Del Prette & Del Prette, 2010): instrumental (consequências reforçadoras imediatas para o indivíduo) e ético-moral (consequências reforçadoras de médio e longo prazo para o grupo).

Inserida no contexto do Treinamento das Habilidades Sociais, a assertividade passou a ter uma formulação conceitual mais específica. Considerando a necessidade de definições que pertençam a um corpo teórico e em função dos objetivos deste estudo, adota-se a posição de que assertividade é uma classe de HS. Assim, sua formulação conceitual apoia-se nos estudos do campo teórico-prático das HS. Neste sentido, fundamenta-se no entendimento de que a assertividade é

[...] uma classe de habilidades sociais de enfrentamento em situações que envolvem risco de reação indesejável do interlocutor, com controle de ansiedade e expressão apropriada de sentimentos, desejos e opiniões. Ela implica tanto na superação da passividade quanto no autocontrole da agressividade e de outras reações não habilidosas (Z. A. P. Del Prette & Del Prette, 2005, p.175).

Para Z. A. P. Del Prette e Del Prette (2005), na “base do conceito de assertividade encontra-se a noção de igualdade de direito e deveres, de legitimidade dos comportamentos voltados para a reivindicação e defesa desses direitos, de respeito e dignidade da pessoa humana” (p. 175). Segundo esses autores, é possível compreender a assertividade como uma classe ampla que pode ser desdobrada a partir de subclasses de respostas. São elas: (1) manifestar opinião, concordar, discordar; (2) fazer, aceitar e recusar pedidos; (3) desculpar-se e admitir falhas; (4) estabelecer relacionamento afetivo/sexual; (5) encerrar relacionamento; (6) expressar raiva e pedir mudança de

comportamento; (7) interagir com autoridades; (8) lidar com crítica (A. Del Prette & Del Prette, 2010).

Neste sentido, a expressão comportar-se assertivamente significa desempenhar, de forma socialmente competente, as HS da classe assertividade. Em outras palavras, ao comportar-se assertivamente, o indivíduo produz simultaneamente consequências imediatas reforçadoras para si (dimensão instrumental) e torna prováveis consequências reforçadoras de médio e longo prazo para o grupo no qual está inserido (dimensão ético-moral) mantendo, portanto, um equilíbrio nas relações. Daí porque afirmar que a conduta assertiva é a mais competente socialmente.

Enquanto habilidade de enfrentamento, as habilidades assertivas visam alterar uma situação desfavorável para o indivíduo, o que constitui a consequência reforçadora principal que geralmente mantém o comportamento assertivo. No entanto, a alteração da situação pode eventualmente não ser desejável nem compreendida pelos interlocutores e, por isso, tal como alertado por Z. A. P. Del Prette e Del Prette (2005) e Hidalgo e Abarca (1992), tem também alta probabilidade de produzir consequências aversivas, advindas dos interlocutores. Essa formulação também encontra suporte nos achados experimentais (Eisler, Hersen, Miller & Blanchard, 1975; Epstein, 1980, Lewis & Gallois, 1984), que demonstram que padrões assertivos podem gerar para o indivíduo consequências aversivas advindas do grupo, principalmente se contrapostos aos padrões passivos.

Mesmo diante da constatação da possibilidade de consequências aversivas, Souza Filho e Tourinho (2003) chamam a atenção que a literatura da área clínica enfatiza mais as consequências reforçadoras em detrimento das aversivas produzidas pelo comportamento assertivo. Alguns autores (Delamater & McNamara, 1986; Falcone, 2001; Souza Filho & Tourinho, 2003) têm discutido alternativas eficazes de

atuação para terapeutas ensinarem seus clientes a lidar com os efeitos negativos da asserção. Sugerem que um treino assertivo deve ser articulado a um treino de empatia. Adotam a “suposição de que essas habilidades são complementares para a obtenção de uma boa condição interpessoal” (Falcone, 2001, p. 208), uma vez que o comportamento empático reduz os possíveis impactos negativos da assertividade. Para os autores, de um modo geral, a resposta assertiva é mais competente socialmente (do que as passivas e agressivas) e, teoricamente, têm maior probabilidade de produzir reforçamento para o emissor, com enfraquecimento da produção de estímulos aversivos para o interlocutor. Uma análise acerca da manutenção de comportamentos assertivos é apresentada por Marchezini-Cunha e Tourinho (2010) os quais consideram a importância de avaliar as consequências individuais e as consequências para o grupo social assim como efeitos a curto, médio e longo prazo. Assim, esses aspectos convergem para a noção de competência social, tal como elaborada por A. Del Prette e Del Prette (2010) e, portanto, para uma formulação que aponta para a competência social assertiva mais do que para a dimensão descritiva das classes de habilidades sociais assertivas.

Trabalhos na área de assertividade começaram a ser produzidos no Brasil no final da década de 1970. O artigo de A. Del Prette (1978) pode ser considerado a obra pioneira e reflete as tendências focadas na avaliação e intervenção. Nesse estudo, o autor relata a experiência de um treinamento assertivo com estudantes de um curso de Psicologia. Estimula os leitores, principalmente os que estão envolvidos com formação, a refletirem sobre a ênfase dada ao aprendizado acadêmico no que refere ao ensino de conteúdos sistemáticos nos cursos de graduação em Psicologia e a importância do ensino de HS necessárias para a atuação profissional.

Com o desenvolvimento do campo teórico-prático das Habilidades Sociais (Bolsoni-Silva, et al., 2006; Fumo, Monolio, Bello & Hayashi, 2009), os estudos sobre as habilidades assertivas³, em populações clínicas e não clínicas, nos mais diversos contextos, têm sido alvos de interesse dos pesquisadores brasileiros (Braz & Del Prette, 2011; A. Del Prette & Del Prette, 2003a; Hübner, 2003; Honda & Brasio, 2009; Juang, 2008; Marchezini-Cunha & Tourinho, 2010). Diante disso, entende-se que a análise da produção acadêmica de um campo de conhecimento favorece a identificação dos avanços e lacunas, chamando atenção para novas investigações quanto às características formais dos estudos, tendências quanto ao foco das pesquisas e métodos utilizados (Bolsoni-Silva et al., 2006).

Os estudos sobre revisão bibliográfica no campo das Habilidades Sociais constatarem ascensão desta área de conhecimento. Contudo, nenhum deles trata especificamente das habilidades assertivas. Dentre os estudos brasileiros de revisão, cinco merecem destaque, a saber: Bolsoni-Silva et al. (2006), Z. A. P. Del Prette e Del Prette (2000), Fumo et al. (2009), Mitsi, Silveira e Costa (2004) e Murta (2005).

Os estudos nessa área de conhecimento, tanto na população clínica como não clínica apontam que indivíduos que se comportam assertivamente apresentam melhor qualidade de vida (Bandeira & Quaglia, 2006; A. Del Prette & Del Prette, 2010). Diante destas constatações, em função da relevância do tema para o campo da Psicologia, este estudo tem o objetivo de identificar e caracterizar a produção acadêmica no país acerca da assertividade. Entende-se que este tipo de revisão bibliográfica permite aos pesquisadores do campo da psicologia e de áreas próximas identificarem lacunas e direcionarem seus focos de pesquisas.

³ O termo Habilidades Assertivas foi introduzido no corpo teórico do THS. Z. A. P. Del Prette e Del Prette (1999) a denominam de Habilidades Sociais Assertivas de Enfrentamento. Considera-se que essa expressão seja a mais adequada. Contudo, é comum o leitor encontrar as expressões “comportamento assertivo” ou simplesmente “assertividade”, devendo tomá-las como sinônimos de “habilidades sociais assertivas de enfrentamento”.

Método

Base documental e Procedimentos de coleta

A coleta de dados ocorreu em dois períodos: maio a agosto de 2012 e novembro de 2014 a janeiro de 2015. Consistiu de três etapas e envolveu três tipos de estudos.

1ª etapa. Levantamento na Base de Dados de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses, acessada em julho de 2012 e janeiro de 2015), do período de 1987 a 2011, período disponível durante a busca.

2ª etapa. Levantamento em bases digitais de dados: periódicos indexados nas bases de dados Lilacs, Scielo, Index-Psi/Periódicos e Google acadêmico, no período de maio a agosto de 2012 e janeiro de 2015.

3ª etapa. Levantamento em capítulos de livros, considerando três grupos de obras e adotando-se os seguintes critérios:

- (1) Coleção *Sobre comportamento e Cognição*. Obra bastante representativa enquanto fonte de análise da produção nacional na área analítico-comportamental e cognitivo-comportamental (Bolsoni-Silva et al., 2006; Fumo et al., 2009). A busca abrangeu do volume 1 ao 27, publicados no período de 1997 a 2011;
- (2) Obras de A. Del Prette e Del Prette (2003b; 2003c; 2010; 2011; 2013) e Z. A. P. Del Prette e Del Prette (1999; 2005). O critério de escolha dessas obras foi a inserção das mesmas no campo de conhecimento e aplicação da área de Habilidades Sociais, do qual a assertividade faz parte enquanto uma das principais subclasses. Além disso, os autores têm apresentado à comunidade acadêmica um expressivo número de trabalhos na área. O artigo denominado *Habilidades Sociais: uma área em desenvolvimento*, de Z. A. P. Del Prette e Del

Prette (1996), é considerado o marco de apresentação do campo das Habilidades Sociais em publicações nacionais (Bolsoni-Silva et al., 2006; Fumo et al., 2009).

- (3) O livro *Falo ou não falo? Expressando sentimentos e comunicando ideias* (Brandão & Conte, 2003). Esta obra contém 16 capítulos de autoria de psicólogos, analistas do comportamento com experiência clínica, professores universitários e pesquisadores, que têm se preocupado com o desenvolvimento da temática da assertividade. Em função do objetivo dessa obra, optou-se por analisar todos os capítulos da mesma.

Para as buscas nas bases de dados e no título dos demais estudos, à exceção da obra de Brandão e Conte (2003), foram utilizados os seguintes descritores: *assertividade, comportamento assertivo, comportamento passivo, habilidades assertivas, inassertividade, treinamento assertivo e Escala Rathus de Assertividade*. Para a seleção dos estudos, pelo menos um dos descritores deveria estar contido no título do trabalho. Foram excluídos artigos que se repetiam nas bases de dados ou que não continham em seu título um dos descritores.

Análise dos dados

Depois de selecionados os estudos, para fins de categorização, foi feita a leitura do material em sua íntegra, à exceção das dissertações e teses, das quais foi lido o resumo. Um protocolo auxiliou na primeira organização dos dados (Apêndice 1). No mesmo, era anotado o nome da instituição, ano, autor, tipo de estudo e as demais categorias definidas para análise. Em seguida, procedeu-se a análise de cada conjunto de estudos.

Após a leitura de todos os trabalhos, foram elaboradas as categorias de investigações deste estudo: (1) Teóricos; (2) Aplicados; (3) Caracterização e/ou

correlações; (4) Intervenções; (5) Construção, adaptação e validação de instrumentos e (6) Outras. A Tabela 1 apresenta os critérios para inserção dos estudos em cada uma das categorias. Definições de categorias semelhantes às apresentadas a seguir também foram formuladas por Bolsoni-Silva et al. (2006), Z. A. P. Del Prette e Del Prette (2000) e Fumo et al. (2009), que foram tomadas como referência.

Tabela 1

Categorias de síntese de conteúdo de estudos sobre assertividade e suas definições

Categoria	Definição
(1) Teóricos	Estudos caracterizados por formulações conceituais, análise de fatores associados e de relações com outros tipos de habilidades.
(2) Aplicados	Estudos que discorrem sobre o comportar-se assertivamente em vários contextos (educacional, saúde, organizacional etc.), ou seja, a aplicação do conceito em uma prática de atuação psicológica.
(3) Caracterização e/ou correlações	Estudos de caracterização do repertório assertivo em diversas populações e/ou de relação empírica desse repertório com outras variáveis.
(4) Intervenções	Estudos de programas de treino de assertividade em população clínica e não clínica, em grupo e/ou individual, cuja preocupação enfatiza a análise de efetividade e/ou descrição dos progressos.
(5) Construção, adaptação e validação de instrumentos	Estudos de construção, adaptação e validação de instrumentos de avaliação da assertividade.
(6) Outros	As características dos estudos dessa categoria não podem ser enquadradas em apenas uma ou não se enquadram em nenhuma das descritas anteriores.

Estudos da categoria *Aplicados* foram submetidos a uma nova análise, que permitiu identificar subcategorias contextuais entendidas como relevantes aos objetivos do presente estudo: clínico, organizacional, saúde, educacional, práticas parentais (relação pais e filhos, crianças e adolescentes), afetivo/sexual, religião e relações interpessoais diversas. O mesmo foi feito para as categorias 03 e 04 (*Caracterização e/ou correlações e Intervenções*, respectivamente), identificando-se, tal como em Bolsoni-Silva et al. (2006), subcategorias: população (pais e casais, profissionais, grupos clínicos, universitários, adolescentes, crianças, mistos) e objetivos (caracterizar a população, relacionar variáveis, desenvolver instrumentos, caracterizar/relacionar variáveis, caracterizar/elaborar instrumento, caracterizar/avaliar a efetividade e descrever procedimento). Por fim, os dados foram organizados em tabelas, destacando nas categorias seus percentuais, o que permitiu uma análise qualitativa e quantitativa dos mesmos. Teses e dissertações das categorias: *Aplicados*, *Caracterização e/ou correlações* e *Intervenções* que foram publicadas nas outras modalidades com os mesmos objetivos foram contabilizadas apenas uma vez nas subcategorias.

Resultados e Discussão

Os resultados são apresentados a partir da análise das três modalidades de fontes pesquisadas. Foram identificados 64 (100%) trabalhos. Destes, 18 (28,12%) são teses e dissertações, 25 (39,06) capítulos de livros e 21 (32,82%) são artigos (Apêndice 2). A Tabela 2 mostra dados mais específicos acerca das teses e dissertações sobre a temática assertividade.

Tabela 2

Descritivo das instituições, ano, autores, modalidade e quantidade de estudos sobre a temática assertividade em teses e dissertações

Instituições	Ano	Autor	Modalidade	Nº(%)
Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC - Campinas)	1981	Di Nucci, S. H. P.	Dissertação	
	1997	Martinez, A.	Dissertação	03 (16,67)
	1998	Dias, R. R	Dissertação	
Universidade de São Paulo (USP - São Paulo)	1990	Ribeiro, M. J. X	Tese	01 (5,5)
	1994	Ayres, L. S. M.	Dissertação	
Universidade Gama Filho (UGF - Rio de Janeiro)	2000	Ornelas, A. C. C.	Dissertação	03 (16,67)
	2003	Alves, C. A.	Dissertação	
Universidade de Brasília (UNB)	1997	Fukuda, C. C	Dissertação	01 (5,5%)
	2001	Souza Filho, R. C.	Dissertação	
Universidade Federal do Pará (UFPA)	2004	Marchezini-Cunha, V.	Dissertação	02 (11,11)
	2001	Freitas, J. S.	Dissertação	01 (5,5)
Faculdade Cásper Líbero	2004	Martins, V. L. F.	Dissertação	01 (5,5)
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	2005	Pontes, M. L. M	Dissertação	01 (5,5)
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC - São Paulo)	2001	Barrowin, M. S.	Dissertação	
	2008	Juang, R. M. M.	Tese	02 (11,11)
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	2007	Werneck Filho, B. D.	Dissertação	01 (5,5)
Universidade de Taubaté (UNITAU)	2007	Tôrres, M. T. R.	Dissertação	01 (5,5)
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	2010	Braz, A. C.	Dissertação	01 (5,5)

Total	18 (100)
-------	----------

Como se pode observar na Tabela 2, há uma predominância de trabalhos na modalidade de dissertação, com um total de 16 (88,89%). A Universidade Gama Filho e a PUC de Campinas são as que apresentam a maior quantidade de trabalhos (16,67% cada). Não foram encontradas revisões de literatura da área de Habilidades Sociais que contemplassem teses e dissertações, o que dificulta uma análise comparativa. Os dados indicam um aumento de estudos da década de 1990 para a de 2000. Contudo, quanto à publicação destes trabalhos em outros formatos, foram identificadas apenas três, sendo uma em artigo e as outras duas na modalidade de capítulo de livro. Dois dos trabalhos publicados foram desenvolvidos na Universidade Federal do Pará e um na Universidade Federal de São Carlos. Este dado evidencia um baixo índice de conversão de dissertações e teses em artigos.

Duas hipóteses podem ser levantadas quanto ao baixo índice de publicações no formato de artigos ou capítulos de livros sobre assertividade. Uma primeira diz respeito ao grau de exigência para publicação por parte dos programas de pós-graduação. Outro possível empecilho se refere à escassez de instrumentos nacionais ou adaptados para a nossa cultura. Nenhum dos estudos realizados sobre construção, adaptação e validação de instrumento, nas teses e dissertações, foi publicado e/ou indexado nas fontes pesquisadas. Também não foram submetidos à apreciação do Conselho Federal de Psicologia, que exige criteriosa análise de validade, confiabilidade e normas, incluindo manual de aplicação, apuração e interpretação. Um exemplo nesse sentido é o trabalho de Ayres (1994) que se tornou uma referência para profissionais da área, mas permaneceu em formato de dissertação. Essa situação reforça a necessidade de pesquisas voltadas para a construção, validação e refinamento desses recursos, tanto sob

as abordagens comportamentais como cognitivas (A. Del Prette & Del Prette, 2013). No entanto, a partir da década de 1990, houve um aumento da formação de doutores e mestres impulsionando esses pesquisadores a realizar suas comunicações entre os seus pares, inclusive em forma de artigo, fatos ratificados por Mancebo (2003).

A Tabela 3 apresenta os dados dos três conjuntos de estudos nas categorias de análise previamente consideradas. A categoria de estudos *Aplicados* é a que concentra maior número de trabalhos, seguido da categoria *Caracterização e/ou correlações*.

Tabela 3

Quantidade de estudos por categorias de análise e por quantidade de autores de cada estudo

Categorias de análise	Teses e dissertações (%)	Capítulos de livros (%)	Artigos (%)	Total (%)
(1) Teóricos	01 (5,55)	02 (8,00)	04 (19,05)	07 (10,94)
(2) Aplicados	01 (5,55)	19 (76,00)	04 (19,05)	24 (37,50)
(3) Caracterização e/ou correlações	06 (33,33%)	01 (4,00)	07 (33,33)	14 (21,88)
(4) Intervenção	02 (11,11%)	02 (8,00)	02 (9,52)	06 (9,37)
(5) Construção adaptação, e validação de instrumentos	03 (16,67)	01 (4,00)	04 (19,05)	08 (12,50)
(6) Outros	05 (27,78)	-	-	05 (7,81)
Total	18 (100%)	25 (100)	21 (100)	64 (100)
Número de autores				
01	18 (28,12)	08(12,50)	03(4,69)	29 (45,31)
02-03	-	17(26,56)	13(20,31)	30 (46,88)
Acima de 04	-	-	05(7,81)	05 (7,81)

Total	18 (28,13)	25 (39,06)	21(32,81)	64 (100)
-------	------------	------------	-----------	----------

Conforme os dados da Tabela 03, os estudos *Aplicados* foram os de maior prevalência (37,50%). Interessam-se por essa área de estudo, pesquisadores da área aplicada, terapeutas cognitivos e analítico-comportamentais, provavelmente devido ao maior número de estudos do exterior, com um enfoque na prática. Esta prevalência aponta para a relevância social da temática da assertividade, ainda que carentes de modelos de intervenção baseados em evidências produzidos no Brasil. Em função da relevância apontada, optou-se por identificar o contexto da prática psicológica em que estes estudos estão concentrados. Os dados dessa subcategoria podem ser observados na Tabela 04.

Quanto ao número de pesquisadores por trabalho, observa-se que a maior prevalência encontra-se nos trabalhos com publicações assumidas por dois a três autores. O dado sugere que produzir estudos dentro de grupos de pesquisa amplia as possibilidades de publicação, seja no formato de capítulo de livro ou artigo.

É importante ressaltar que, tal como no cenário internacional, no Brasil houve uma maior aceitação dos estudos sobre assertividade enquanto classe das habilidades sociais. Isto implica em dizer que estudos sobre assertividade podem ter uma prevalência maior, contudo, sob o título de Habilidades Sociais. Neste sentido, o encaminhamento de pesquisa seria uma revisão bibliográfica nos estudos de HS, que favoreceria um panorama mais amplo de investigação.

Tabela 4

Subcategorias de contexto na análise para os estudos Aplicados

Subcategorias	Teses e Dissertações (%)	Capítulos de livros (%)	Artigos (%)	Total (%)
Clínico	01 (4,16)	01 (4,16)	-	02 (8,33)
Organizacional	-	01 (4,16)	02 (8,33)	03 (12,50)
Educacional	-	01 (4,16)	-	01 (4,16)
Saúde	-	01 (4,16)	01 (4,16)	02 (8,33)
Religioso	-	02 (8,33)	-	02 (8,33)
Afetivo/Sexual	-	02 (8,33)	-	02 (8,33)
Relações parentais (crianças e adolescentes)	-	04 (16,67)	-	04 (16,67)
Relações interpessoais diversas	-	07 (29,17)	01 (4,16)	08 (33,33)
Total	01 (4,16)	19 (79,17)	04 (16,67)	24 (100)

De acordo com a Tabela 4, é possível identificar que o foco dos estudos é a importância do agir assertivamente nos mais diversos contextos das relações interpessoais (29,17%). Estudos apontam que agir assertivamente produz ganhos para os indivíduos e para o grupo, principalmente em médio e longo prazo, e que as habilidades sociais e o comportamento assertivo estão relacionados com o bem estar psicológico, assim como ao seu ajustamento acadêmico e desenvolvimento profissional (Bandeira & Quaglia, 2006; Falcone, 2001; Honda & Brasio, 2009; Marchezini-Cunha & Tourinho, 2010). Por outro lado, a noção de igualdade de direitos e deveres, de legitimidade dos comportamentos de reivindicação e defesa desses direitos e de respeito à dignidade da pessoa humana constituem elemento necessário para qualquer tipo de

interação social, o que fortalece a premissa de que comportar-se assertivamente é a conduta que mais favorece a competência social.

Os dados da Tabela 4 também permitem a identificação de lacunas de trabalhos nas modalidades de teses e dissertações e artigos em diversos contextos. Apenas a modalidade capítulos de livros contempla estudos em todas as subcategorias de contextos, o que fornece indicações aos pesquisadores acerca da necessidade de investigações em várias direções.

A última análise consistiu em identificar a população e os objetivos dos estudos de *Caracterização e/ou correlações e Intervenção*, o que possibilitou a compreensão das tendências quanto ao foco das pesquisas. Estas informações podem ser visualizadas na Tabela 5.

Tabela 5

Subcategorias de análise dos estudos de Caracterização e/ou correlações e de Intervenção

Subcategorias	Teses e dissertações (%)	Capítulos de livros (%)	Artigos (%)	Total (%)
População				
Profissionais	03 (15,79)			03 (15,79)
Grupos clínicos	02 (10,53)	01 (5,26)	02 (10,53)	05 (26,31)
Universitários	-	01 (5,26)	04 (21,05)	05 (26,31)
Crianças	-	-	01 (5,26)	01 (5,26)
Mistos	03 (15,79)	-	02 (10,53)	05 (26,31)
Total	08 (42,10)	02 (10,53)	09 (47,37)	19 (100)
Objetivos				
Caracterizar +	06 (31,58)	01 (5,26)	06 (31,58)	13 (68,42)

relacionar variáveis				
Caracterizar + instrumento	-	-	01(5,26)	01 (5,26)
Caracterizar + avaliar a efetividade	02 (10,53)	-	-	02 (10,53)
Descrever procedimento	-	01 (5,26)	02 (10,53)	03 (15,79)
Total	08 (42,10)	02 (10,53)	09 (47,37)	19 (100)

Os dados da Tabela 5 permitem identificar algumas lacunas no estudo da assertividade em nosso meio. Investigações com as populações de “pais/casais/crianças e adolescentes” ainda são escassas, assim como, estudos em que os objetivos sejam focados em “caracterizar a população, elaborar instrumentos e avaliar a efetividade”. Além disso, os dados descritos permitem constatar que o foco das pesquisas envolveu tanto população clínica como não clínica. Seus objetivos encontram-se mais frequentemente relacionados à caracterização da amostra e correlação com outras variáveis. Esse tipo de estudo é importante porque fornece subsídios para o desenvolvimento de programas de intervenção, voltados para as especificidades da população analisada, e aponta para a importância do desenvolvimento dessa habilidade como forma de prevenção de vários problemas psicológicos e de saúde.

Indo ao encontro dos objetivos da pesquisa que deu origem a este artigo, a análise dos dados apresentados na Tabela 5 possibilitou a identificação de estudos nacionais que tratam da temática assertividade feminina. Os estudos encontram-se nas categorias de *Caracterização e/ou correlações* e de *Intervenção*.

O primeiro estudo, sobre assertividade em mulheres, foi de Ornelas (2000) e tratou da assertividade social e sexual e suas relações com o prazer e a satisfação sexual. A análise dos resultados apontou que metade da amostra caracterizou-se como

sexualmente e socialmente assertiva. Constatou-se que mulheres assertivas sexualmente têm mais frequência de relações sexuais, maior incidência de orgasmos na relação sexual e maior grau de satisfação sexual que as não assertivas. Variáveis como prática religiosa, estado civil e escolaridade não apresentaram diferenças significativas para a maioria dos itens pesquisados.

O segundo estudo, de Elias e Brito (2007), descreveu um caso clínico de uma mulher cujas queixas apresentadas, de acordo com relato da mesma, estavam relacionadas a problemas conjugais. O programa de intervenção descreve procedimentos de instalação de comportamentos assertivos como estratégia para resolução das dificuldades da cliente.

E o terceiro estudo, de Juang (2008), procurou identificar e interpretar comportamentos culturais em comum entre trabalhadoras acometidas por Distúrbios Osteomusculares Relacionado ao Trabalho (DORT), a partir da verificação da correlação entre comportamento assertivo e a qualidade de vida. Os resultados obtidos não evidenciaram diferenças significativas entre os grupos estudados. Diante desses achados, pode-se supor que as investigações sobre assertividade em mulheres e variáveis correlatas, demandam maiores investigações.

Considerações finais

O campo de estudo da assertividade foi inserido no Brasil no final de década de 1970, mas, a quantidade de estudos desenvolvidos ainda é baixa, bem como o número de publicações nacionais. Ao mesmo tempo, as investigações sobre assertividade têm sido objeto de interesse de pesquisadores em diversos contextos, principalmente para os da área aplicada, provavelmente, em decorrência da relevância social desse tema. Além disso, a assertividade tem sido apontada como uma das mais importantes classes das

habilidades sociais, por se caracterizar como um tipo de competência social que auxilia o indivíduo na resolução de inúmeras situações consideradas aversivas nas mais diversas interações sociais.

Considerando-se que uma revisão bibliográfica possibilita a identificação do “estado da arte” e tem o objetivo de descrever o grau de desenvolvimento de uma determinada área de pesquisa, conclui-se que os estudos sobre assertividade estão em ascensão, mas em algumas áreas carecem de investigações, como é o caso da assertividade feminina. Sobre os encaminhamentos de pesquisa, pode-se indicar pelo menos cinco possibilidades. Uma primeira refere-se a levantamentos em um maior número de bases de dados incluindo bases internacionais, a fim de ampliar essa revisão. A segunda possibilidade é um estudo com o objetivo de identificar trabalhos sobre a temática da assertividade inseridos no campo teórico-prático das HS, o que pode favorecer a ampliação dos dados.

Outras três possibilidades podem ser sugeridas: identificar, nos estudos nacionais, quais se apoiam na vertente americana e quais se apoiam na vertente inglesa, identificando e analisando questões metodológicas e conceituais desses estudos; relacionar a quantidade e características da produção nacional com a produção mundial, não somente para fins estatísticos, mas também para auxiliar em possíveis estudos comparativos; e identificar publicações de pesquisadores brasileiros em revistas internacionais, com objetivo de expandir o mapeamento de publicações para verificar a consolidação desse campo de investigação.

A presente revisão bibliográfica permitiu uma análise do panorama dos estudos sobre a assertividade no Brasil. Dessa forma avalia-se que contribui para identificar e caracterizar aspectos formais dos estudos desenvolvidos por pesquisadores brasileiros e

identificou lacunas. Essas apontam para a necessidade de investir em vários focos de pesquisas, incluindo trabalhos teóricos e empíricos e sobre aspectos metodológicos.

Referências

- Anderson, R.T. (1997). Anxiety or ignorance: The determinants of interpersonal skill display. *Dissertation Abstracts International: Section B: The Sciences and Engineering*, 57(9-B), 595-9.
- Alberti, R. E., & Emmons, M. L. (1978). *Comportamento assertivo: um guia de auto-expressão* (J. M. Corrêa, Trad.). Belo Horizonte, MG: Interlivros. (Trabalho original publicado em 1970).
- Ayres, L. S. M. (1994). *Uma escala brasileira para a medida da assertividade*. Dissertação de mestrado, Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro, RJ.
- Banco de Dados de Teses da CAPES. Recuperado em 05 de janeiro, 2015, de <http://bancodeteses.capes.gov.br/>
- Bandeira, M., & Quaglia, M. A. (2006). Comportamento assertivo: Relações com ansiedade, locus de controle e autoestima. In: M. Bandeira, Z. A. P. Del Prette & A. Del Prette (Orgs.). *Estudos sobre habilidades sociais e relacionamento interpessoal* (pp. 162-178). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Barker, C., Pistrang, N., & Elliot, R. (1994). *Research methods in clinical and counseling psychology*. NY: John Wiley & Sons.
- Bolsoni-Silva, A. T., Del Prette, Z. A. P., Del Prette, G., Montanher, A. R., Bandeira, M., & Del Prette, A. (2006). A área das habilidades sociais no Brasil: Uma análise dos estudos publicados em periódicos. In: M. Bandeira, Z. A. P. Del Prette

- & A. Del Prette (Orgs.). *Estudos sobre habilidades sociais e relacionamento interpessoal* (pp. 17-46). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Brandão, M. Z. S., & Conte, F. C. (2003). *Falo ou não falo? Expressando sentimentos e comunicando ideias*. Arapongas, PR: Mecenas.
- Braz, A. C., & Del Prette, Z. A. P. (2011). Programa de habilidades sociais assertivas para idosos. In: A. Del Prette & Z. A. P. Del Prette (Orgs). *Habilidades sociais: intervenções efetivas em grupo* (pp. 231-260). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Cox, R. D., & Schopler, E. (1995). Treinamento de habilidades sociais para crianças. In: M. Lewis (Org). *Tratado de psiquiatria da infância e adolescência* (I. C. S. Ortiz, S. Costa e D. Batista, Trad., pp. 916-923). Porto Alegre, RS: Artes Médicas (Original publicado em 1991).
- Creed, A., & Funder, D. (1998). Social anxiety: From the inside and outside. *Personality and Individual Differences*, 25, 19-33.
- Del Prette, A. (1978). O treino assertivo na formação do psicólogo. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 30, 53-55.
- Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. (2003a). Treinamento assertivo ontem e hoje. In: C. E. Costa, J. C. Luzia e H. H. N. Sant 'Anna (Orgs.). *Primeiros passos em análise do comportamento e cognição* (pp. 149-160). Santo André, SP: ESETec.
- Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. (Orgs.), (2003b). *Habilidades Sociais, desenvolvimento e aprendizagem*. Campinas, SP: Alínea.
- Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. (2003c). *Habilidades sociais o modelo de Jesus*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. (2010). *Psicologia das relações interpessoais: Vivências para o trabalho em grupo*. Petrópolis, RJ: Vozes.

- Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. (Orgs), (2011). *Habilidades sociais: intervenções efetivas em grupo*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. (2013). *Psicologia das Habilidades sociais: diversidade teórica e suas implicações*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (1983). Análise do repertório assertivo em estudantes de Psicologia. *Revista de Psicologia*, 1(1), 15-24
- Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (1996). Habilidades Sociais: uma área em desenvolvimento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9(2), 233-255.
- Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (1999). *Psicologia das habilidades sociais: Terapia e educação*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (2000). Treinamento em habilidades sociais: Panorama geral da área. In: V. G. Haase; R. R. Neves; C. Kapler; M. L. M. Teodoro & G.M.O. Wood (Orgs.). *Psicologia do desenvolvimento: contribuições interdisciplinares* (pp. 249-264). Belo Horizonte, MG: Health.
- Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (2005). *Psicologia das habilidades sociais na infância: Teoria e prática*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Delamater, R. J., & MacNamara, J. R. (1986). The Social impact of assertiveness research findings and clinical implications. *Behavior Modification*, 10(2), 139-158.
- Eisler, M. R., Hersen, M., Miller, P. M., & Blanchard, E. D. (1975). Situational determinants of assertive behaviors. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 3, 330-340.
- Elias, P. V. O., & Brito, I. A. G. S. (2007). A função da assertividade no relacionamento afetivo. In: R. R. Starling (Org). *Sobre comportamento e cognição: Temas aplicados* (pp. 23-26). Santo André, SP: ESETec.

- Epstein, N. (1980). Social consequences of assertion, aggression, passive aggression, and submission: Situational and dispositional determinants. *Behavior Therapy*, *11*, 662-669.
- Falcone, E. M. O (2001). Habilidades sociais: Para além da assertividade. In: R. C. Wielenska (Org.). *Sobre comportamento e cognição: questionando e ampliando a teoria e as intervenções clínicas e em outros contextos* (pp. 202-212). Santo André, SP: ESETec.
- Fumo, V. M. S., Manolio, C. L., Bello, S., & Hayashi, M. C. P. I. (2009). Produção científica em habilidades sociais: estudo bibliométrico. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, *XI*(2), 246-266.
- Hidalgo, C. H., & Abarca, N. M. (1992). *Comunicación interpersonal – Programa de Entrenamiento en Habilidades Sociales*. Santiago do Chile: Editorial Universitaria.
- Honda, G. C., & Brasio, K. M. (2009). Comportamento inassertivo na dispepsia funcional. *Psicologia: Teoria e Prática*. *11*(1), 85-96.
- Hübner, M. M. C. (2003). “Silêncio!” – Uma lição da escola que muitos não esquecem. In: F. C. Conte & M. Z. S. Brandão (Orgs.). *Falo ou não falo? Expressando sentimentos e comunicando ideias* (pp. 121-127). Arapongas, PR: Mecenaz.
- Hull, D. B., & H. E. Schroeder (1979). Some interpersonal effects of assertion, nonassertion, and aggression. *Behavior Therapy*, *10*, 20-28.
- Juang, R. M. M. (2008). *Um olhar interdisciplinar sobre assertividade e a DORT em mulheres trabalhadoras*. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP.
- Lange, A. J., & Jakubowski, P. (1976). *Responsible Assertive Behavior*. Illinois: Research Press Co.

- Lewis, P. N., & Gallois, C. (1984). Disagreements, refusals, or negative feelings: Perception of negatively assertive messages from friends and strangers. *Behavior Therapy, 15*, 353-368.
- Mancebo, D. (2003). Trabalho docente e produção de conhecimento. *Psicologia & Sociedade, 25*(3), 519-526.
- Marchezini-Cunha, V. (2004). *Assertividade e autocontrole: Possíveis relações*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará, Belém, PA.
- Marchezini-Cunha, V., & Tourinho, E. Z. (2010). Assertividade e autocontrole: interpretação analítico-comportamental. *Psicologia: Teoria e Prática, 26*(2), 295-304.
- Martinez, A. (1997). *Assertividade: definição operacional e análise de exemplos oferecidos por terapeutas*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica. Campinas, SP.
- Mitsi, C. A., Silveira, J. M., & Costa, C. E. (2004). Treinamento de habilidades sociais no tratamento do transtorno obsessivo compulsivo: Um levantamento bibliográfico. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 6*(1), 49-59.
- Murta, S. G. (2005) Aplicações do Treinamento em Habilidades Sociais: Análise da Produção Nacional. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 18*(2), 283-291.
- Ornelas, A. C. C. (2000). *Satisfação sexual feminina: uma questão de assertividade?* Dissertação de mestrado, Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro, RJ.
- Rathus, S. A. (1973). A 30-item schedule for assessing behavior. *Behavior Therapy, 4*, 398-406.

- Ribeiro, M. J. F. X. (1990). *Assertividade: avaliação e desenvolvimento entre universitárias*. Tese de doutorado. Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, SP.
- Ruben, D. H., & Ruben, M. J. (1987). Assumptions about teaching assertiveness: Training the person or behavior? In: D. H. Ruben, & D. J. Delpralo. (Ed.) *New ideas in the therapy. Introduction to an interdisciplinary approach* (pp. 107-118). New York: Greenwood.
- Souza Filho, R. C. (2001). *Assertividade e passividade na terapia analítico-comportamental: análise de um atendimento clínico em estágio supervisionado*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará. Belém, PA.
- Souza Filho, R. C., & Tourinho, E. Z. (2003). Ser assertivo sempre dá certo? In: F. C. Conte & M. Z. S. Brandão (Orgs.). *Falo ou não falo? Expressando sentimentos e comunicando ideias* (pp. 165-176). Araçongas, PR: Mecenias.
- Strahan, E. Y. (2002). The effects of social anxiety and social skills on academic performance. *Personality and Individual Difference*, 34(2), 347-366.
- Trower, P. (1995). Adult social skills: State of the art and future directions. In: W. O'Donohue & L. Krasner (Orgs.), *Handbook of psychological skills training: Clinical techniques and applications* (pp. 54-80). New York: Allyn and Bacon.
- Wolpe, J. (1958). *Psychotherapy by reciprocal inhibition*. Stanford, California: Stanford University Press.
- Wolpe, J., & Lazarus, A. A. (1966). *Behavior Therapy techniques*. New York: Pergamon Press.

CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO PARA COMPREENDER A ASSERTIVIDADE FEMININA NO MUNDO DO TRABALHO⁴

RESUMO

O estudo da construção do papel da mulher, nos mais diversos contextos da sociedade contemporânea, revela uma longa história de coerção sobre o sexo feminino. No entanto, apesar de esse fenômeno ser tema de debate em diferentes disciplinas científicas, pouca atenção tem recebido da Psicologia, em especial da Análise do Comportamento. Na perspectiva de contribuir com este debate, neste ensaio busca-se compreender as mudanças na assertividade feminina a partir da análise de contingências históricas e atuais. Como direcionamento metodológico, apropria-se de debates do campo da Sociologia sobre a opressão feminina e de estudos sobre controle aversivo em uma perspectiva analítico-comportamental. Conclui-se que contingências aversivas, enquanto práticas culturais, constituem um dos determinantes de déficits de assertividade em mulheres, enquanto que contingências produzidas por mudanças sociais, econômicas e culturais, proporcionadas por sua inserção no mundo do trabalho, têm sido favoráveis ao estabelecimento de relações assertivas.

Palavras-Chave: coerção, mulheres, assertividade.

CONTRIBUTIONS OF BEHAVIOR ANALYSIS TO UNDERSTANDING FEMALE ASSERTIVENESS IN THE WORKING WORLD

ABSTRACT

The study of the construction of the women's role, in a variety of contexts of contemporary society, reveals a long history of coercion against the female sex. However, despite this phenomenon being a theme of debate in several scientific disciplines, it has received little attention from Psychology, especially concerning Behavior Analysis. Aiming to contribute to this debate, this essay is premised on the idea that an analysis of both historical and contemporary contingencies is necessary to comprehend the changes in female assertiveness. As for methodological guidance, the study makes use of sociological debates on female oppression as well as studies about aversive control in a behavior-analytic perspective. It is concluded that aversive contingencies, as cultural practices, constitute one of the deficit determinants of women's assertiveness, while contingencies produced by social, economic and cultural changes, provided by their insertion in labor market, have been favorable to the establishment of assertive relations.

Keywords: coercion; women; assertiveness.

Um amplo debate sobre a mulher e sua relação com trabalho, família, sexualidade e gênero tem ocupado os estudos de pesquisadores das Ciências Sociais, em especial, da Antropologia e da Sociologia. No âmbito da Psicologia, o debate sobre

⁴ Contribuíram na elaboração deste manuscrito os professores Almir Del Prette e Zilda A. P. Del Prette.

gênero e violência contra a mulher por parceiros íntimos tem ganhado destaque nas publicações e conferências. Todavia, os estudos, nessa linha de pesquisa, ainda carecem de uma maior atenção, principalmente se considerarmos aqueles em uma perspectiva analítico-comportamental.

Para os analistas do comportamento, as investigações que se preocupam em identificar variáveis controladoras dos comportamentos dos indivíduos terão sempre espaço dentro da Ciência do Comportamento, uma vez que contribuem com formulações conceituais e propiciam intervenções mais eficazes. Dentro deste contexto, este ensaio adota uma posição externalista e relacional para a explicação de déficits de assertividade, mais especificamente sobre a passividade feminina e toma, como referência de análise, contingências coercitivas sobre os comportamentos das mulheres, com destaque para as de ordem econômica e cultural. Além disso, recorre a conhecimentos produzidos pela Sociologia quanto à questão de gênero, trabalho e contexto social mais amplo, que certamente não podem ser ignoradas quando se busca entender a asserção feminina.

Para melhor compreensão das questões apresentadas, inicia-se com uma análise de como déficits de assertividade podem ser produtos de um processo de aprendizagem, tendo como referência aspectos da coerção, aos quais as mulheres foram submetidas ao longo da história. Em seguida, faz-se uma apresentação de conceitos centrais na Análise do Comportamento, com ênfase na noção de controle e, em especial, no controle coercitivo. Argumenta-se que contingências coercitivas podem constituir um dos agentes determinantes da passividade de mulheres. Por outro lado, mudanças sociais, econômicas e culturais que impulsionaram a inserção da mulher no mercado de trabalho podem ter gerado novas demandas de habilidades sociais que, conseqüentemente, favoreceram mudanças na assertividade feminina.

Controle coercitivo e passividade feminina no mundo do trabalho

A coerção parece ser um elemento presente em todas as atividades humanas, desde os seus primórdios. Trata-se de uma forma de controle sobre os comportamentos humanos que se baseia em contingências punitivas que geram tentativas de contracontrole. No entanto, muitas iniciativas de contracontrole a esse tipo de controle comportamental foram seguidas de consequências ainda mais punitivas, mesmo que eventualmente tenham sido seguidas de algum sucesso na alteração de contingências. Ao longo do processo civilizatório, o que se observou foi que povos mais poderosos escravizavam os menos poderosos; patrícios detinham poder sobre os plebeus, brancos sobre negros e homens sobre mulheres. “Embora pessoas influenciem umas às outras de muitas maneiras, elas recorrem mais rapidamente a meios coercitivos para produzir resultados do que a outros meios” (Sidman, 1989/1995, p. 40). Estudos sobre os efeitos da punição ajudam a entender porque esta prática foi e é tão frequentemente utilizada: ela suprime os comportamentos indesejáveis que o controlador quer enfraquecer, ainda que por fuga ou esquiva, e essa supressão pode se apresentar como passividade (ausência de resposta explícita). Neste sentido, considera-se que padrões de passividade do sexo feminino poderiam ser também explicados por tais contingências aversivas, sociais e históricas, que se estabeleceram como práticas culturais.

No âmbito jurídico e social da sociedade contemporânea, os indivíduos se defendem de punições arbitrárias delegando, a um agente social (Estado), a função de punir conforme os critérios previstos em leis. Contudo, observa-se que práticas coercitivas são utilizadas amplamente também pela sociedade, e de forma não planejada e não avaliada (Gongora, Meyer, & Mota, 2009). No caso da violência doméstica contra a mulher, por exemplo, por muito tempo, com o pretexto expresso no

adágio “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, o Estado se eximiu e justificou sua não intervenção no espaço privado.

Ainda sobre a questão de gênero, investigações relativas à coerção, em uma perspectiva histórica, mostram o papel cumprido por esta forma de controle e auxiliam a compreensão de déficits da assertividade feminina (Alberti & Emmons, 1978; Sigler, Burnett & Child 2008; Twenge, 2001; Yong, 2010). O papel da mulher, nos mais diversos contextos (político, econômico, social), tem sido tema de inúmeros debates. De acordo com Álvares (1999), por exemplo, “em 1791 a francesa Olympe de Gouges denuncia a exclusão das mulheres” (p.47), a partir da análise do documento intitulado Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão; e propõe a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, com 17 artigos, cuja reivindicação principal é o tratamento igualitário para os dois sexos. Para Kanan (2010), um agente favorecedor de questionamentos e da formação conscientizadora dos direitos femininos encontra-se na obra *The feminine mystique*, de Betty Friedan, de 1963. Outra obra paradigmática é a de Beauvoir (1999), para quem “ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade” (p.9).

A dificuldade em construir a história da mulher reflete o silêncio e as opressões a que foram submetidas ao longo dos séculos, que foram legitimados “pelos religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamento. Para a mulher, o pudor era sua virtude, o silêncio, sua honra” (Perrot, 2005, p.39). Os estudos sobre gênero foram deixados de lado nas discussões das Ciências Sociais por um longo período (Silva & Simonian, 2006) e, na Análise do Comportamento, poucos são os estudos direcionados para um diálogo com outras ciências no trato específico dessa temática.

A tentativa de legitimação da desigualdade de gênero pelos grupos dominantes está presente desde a antiguidade. Na mitologia grega, por exemplo, é narrado que, devido à curiosidade, Pandora teria aberto a caixa de todos os males da humanidade e, como consequência, as mulheres seriam as responsáveis por todas as desgraças do mundo (Puelo, 2003).

Na sociedade contemporânea, a inserção da mulher no mercado de trabalho se deu de forma distinta em função da divisão de classes. Inicialmente foram as mulheres pobres que passaram a ocupar os empregos nas manufaturas e fábricas, enquanto que as mulheres da burguesia foram confinadas ao espaço doméstico. De acordo com Kanan (2010), os principais fatores que favoreceram a inserção da mulher no mercado do trabalho foram os seguintes: controle da prole, direito ao voto, maior liberdade sexual, renda familiar, rompimento do vínculo matrimonial, leis protegendo a mulher trabalhadora, entre outros.

No início do capitalismo, a burguesia construiu um “modelo” de mulher ideal, aquela que se dedica à educação dos filhos e aos cuidados com a casa e com marido. No caso do proletariado, a moral burguesa influenciava fortemente. Com casamentos precoces, uniões consensuais e altas taxas de “bastardia”, as “mulheres que engravidavam ficavam desesperadas porque seriam rechaçadas como mães solteiras, preferindo arriscar um aborto, cometer infanticídio ou até se matar” (Perrot, 2005, p.43). Convenções ditavam também que o homem seria o provedor do lar. As mulheres que ficavam viúvas ou faziam parte da elite empobrecida e precisavam alimentar sua prole, faziam doces por encomendas, arranjo de flores, bordado e tricô. Essas atividades, entretanto, eram pouco valorizadas pela sociedade.

De acordo com Toledo (2008), as resignificações de identidade de gênero iniciaram-se com a primeira etapa da Revolução Industrial, entre 1770 e 1830, que

favoreceram a aglutinação de pessoas em torno de fábricas, possibilitando a ampliação da oferta de trabalho para as mulheres. No mesmo sentido, Hobson (1894/1985) aponta um declínio de serviços domésticos “... em consequência das oportunidades abertas a mulheres no setor industrial” (p.287).

Na maioria dos países do ocidente, “o patriarcado ou *androcentrismo*, sistema de organização social que se estabelece a partir da dominação do gênero” (Baruki & Bertolin, 2010, p.299), se tornou hegemônico. Nesse modelo, predomina a concepção do cotidiano feminino associado ao silêncio do mundo privado e os acontecimentos políticos e sociais ao domínio exclusivamente masculino (Pickina, 2010). No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar quais devem ser as condutas das mulheres, das crianças e dos adolescentes. Assim, recebem “autorização” da sociedade para punir o que consideram inadequado (Saffioti, 2001). Para Saffioti (1987), delegar à mulher um espaço específico é “o caminho mais fácil e curto para legitimar a superioridade dos homens, assim como a dos brancos, a dos heterossexuais, a dos ricos” (p.11).

Aos homens, desde a juventude, há um estímulo para sua identificação profissional no espaço público; às mulheres há o dilema entre permanecer no espaço doméstico, lançar-se ao mercado de trabalho ou conjugar espaço público com o privado. Há ainda mulheres que, mesmo inseridas no espaço público, comportam-se como no espaço familiar. Neste caso, no âmbito profissional, diversas atividades são geralmente associadas ao gênero feminino, entre elas: secretárias, enfermeiras, assistentes sociais, telefonistas, etc. De acordo com Lima (1999a):

O conflito gerado por esse posicionamento subjetivo em relação à conduta das mulheres no espaço público tem como resultado prático a existência de profissionais estereotipadas: ou são profissionais muito rígidas, inseguras, que

amedrontam a todos no trabalho ou são tão frágeis que não conseguem nem coordenar o desempenho de suas atividades imediatas (p.94).

Para Kanan (2010) “... a justificativa para a ausência da assertividade nos comportamentos femininos pode ser associada ao fato de que, em seu processo de educação, parece haver poucos elementos que as preparem para liderar” (p.250). Trigo e Brioschi (2007) avaliam que a inserção da mulher no mercado de trabalho:

... apresenta-se como tarefa árdua e contraditória. Há por assim dizer, a necessidade de um novo aprendizado. Neste ponto, algumas questões se colocam: o fato de aderirem a novas práticas, no caso a profissionalização, contribuiu para que uma nova subjetividade feminina aflorasse? Ou, em que medida as novas experiências foram assimiladas e integradas à subjetividade da mulher? (p.109).

Para Trigo e Brioschi (2007), a necessidade de inserir-se e adaptar-se ao universo profissional masculino, fez com que muitas mulheres acabassem por apresentar posturas e valores dos agentes dominantes (homens). Conforme esses autores, uma vez que “... ao penetrar na esfera pública, mais fortemente marcada pelos valores masculinos da sociedade, homens ou mulheres tornam-se agentes daquele campo de atividade e tendem a atuar segundo suas regras” (Trigo & Brioschi, 2007, p.115).

Considerando o papel que a mulher tem cumprido historicamente, é fundamental compreender o conceito de gênero, que “... é a construção social do masculino e feminino” (Saffioti, 2004, p.45). A identidade de gênero é aprendida por meio de práticas culturais, determinando o papel de cada sexo em uma sociedade. Significa dizer que sociedades diferentes apresentam papéis diferenciados para homens e mulheres. Como afirma Lima (1999b):

O desenvolvimento da identidade de gênero se realiza a partir da infância, inclui a soma total das noções dos pais, dos/as companheiros/as e da própria cultura onde se cresce e as influências passadas pela família sobre o que é apropriado para cada sexo, no que diz respeito a temperamento, caráter, interesses, estatuto, valor, função, comportamento físico e expressão (p.120).

Ingberman e Löhr (2003) destacam mudanças sociais e chamam atenção para consequências negativas na educação dos filhos em função da inserção da mulher no mercado de trabalho. Referindo-se ao papel das creches e pré-escolas, avaliam que as mesmas têm “[...] gerado, como consequência, dificuldade por parte dos pais em assumir suas responsabilidades no cuidado da prole” (p. 85). Isso implica em dizer que as mudanças ocorridas produziram alterações limitadas nas relações entre homens e mulheres, uma vez que, em muitos casos, não se observou a redistribuição de papéis e sim a ampliação das atividades femininas.

No mesmo rumo das análises de Saffioti (2004) e Lima (1999b), A. Del Prette e Del Prette (2003) enfatizam o papel dos grupos sociais na instalação e manutenção de determinados eventos privados dos indivíduos, como os valores de estratificação social e mobilidade. No primeiro, “a característica comum a todas as formas de estratificação consiste na dificuldade ou impossibilidade de mobilidade do sujeito de um grupo para o outro” (A. Del Prette & Del Prette, 2003, p.128). A ideia da estratificação social leva à concepção de que apenas a ação coletiva pode ser geradora de mudanças. Se uma cultura valoriza a estratificação social, ela acaba por reforçar o conformismo. O segundo elemento, “refere-se à percepção que o indivíduo tem de que ele pode melhorar sua posição através da ação individual” (A. Del Prette & Del Prette, 2003, p.130).

As proposições skinnerianas repousam na noção de que “é sempre o indivíduo que se comporta, e que se comporta com o mesmo corpo e de acordo com os mesmos processos usados em uma situação não-social” (Skinner, 1953/1994, p.285). O problema apresentado aqui deveria ser o de explicar porque muitos indivíduos se comportam juntos, o que em tese poderia ser explicado a partir da noção de seleção por consequências. Ou seja, ainda que práticas tenham sido selecionadas em função do valor de sobrevivência para um grupo (consequências), primeiro essa prática foi selecionada na interação de um indivíduo com seu ambiente social com base em aprendizagem por meio de regras e modelação repassadas para outros membros. Portanto, se o comportamento do indivíduo pode explicar o fenômeno do grupo (Skinner, 1953/1994), também é importante reconhecer que o comportamento do grupo (práticas culturais e contingências entrelaçadas) pode explicar o comportamento do indivíduo. Ainda que em ambos os casos se esteja falando do mesmo processo (aprendizagem por contingências) há diferenças entre eles e isso vem sendo assumido na Análise do Comportamento (Glenn, 2004; Malott & Glenn, 2006; Saconatto & Andery, 20013; Soares, Cabral, Leite & Tourinho, 2012). A partir de então, executar essas práticas gerariam um número cada vez maior de reforçadores.

O que a Ciência do Comportamento tem a dizer sobre os efeitos da coerção para as relações sociais?

Conforme Skinner (1953/1994; 1989/1995), a Análise do Comportamento tem como principal objetivo a previsão e o controle do fenômeno comportamental e apresenta uma perspectiva de planejamento de cultura, baseada em relações reforçadoras de controle social, em substituição às contingências aversivas. A abordagem skinneriana rejeita qualquer concepção internalista para explicar fenômenos

psicológicos, entendidos como fenômenos comportamentais. Alternativamente, parte da premissa de que os comportamentos são produtos das relações entre organismo e ambiente, e são resultantes de três níveis de variação e seleção: a seleção natural, o condicionamento operante e as contingências especiais mantidas por ambientes sociais evoluídos (Skinner, 1981).

A seleção natural (filogênese do comportamento) é responsável por características da espécie que foram selecionadas em função de seu valor de sobrevivência. O condicionamento operante (ontogênese do comportamento) refere-se à história de vida do organismo onde, a partir da interação deste com o ambiente, adquire, mantém e também enfraquece ou extingue comportamentos. As contingências especiais mantidas por ambientes sociais evoluídos (cultura) referem-se às práticas culturais cujas consequências são sobre o indivíduo, mas são ministradas pelo grupo, por meio das normas e regras do grupo em que o indivíduo se insere e que são reproduzidas verticalmente pelas gerações seguintes. No contexto da Análise do Comportamento, essa determinação cultural vem sendo analisada por meio da noção de metacontingências, ou seja, de contingências entrelaçadas no grupo cujos produtos agregados mantêm esses entrelaçamentos (Carrara, 2006; Glenn, 1986; Glenn, 1988; Glenn, 1991; Glenn, 2004; Malott & Glenn, 2006; Saconatto & Andery, 20013; Soares, Cabral, Leite & Tourinho, 2012).

A abordagem externalista considera o ambiente como as partes do mundo às quais o organismo reage discriminativamente, entendendo o comportamento como a relação entre um organismo e seu ambiente (Matos, 1995; Tourinho, 2009). Deve-se destacar que, sendo uma relação, o comportamento não pode ser explicado tomando-se apenas uma das partes, ações do organismo ou aspectos do ambiente, pois isto o

descaracterizaria enquanto objeto. Esta noção também se aplica à análise do controle aversivo e suas implicações nas relações sociais.

Entre as obras clássicas da Análise do Comportamento (Baum, 2005/2006; Catania, 1998/1999; Sidman, 1989/1995; Skinner, 1953/1994) que discutem controle coercitivo, a obra “*Coerção e suas implicações*” (1989), de Murray Sidman, pode ser considerada uma das mais relevantes nesse debate sob a perspectiva skinneriana. Sidman (1989/1995) discute as implicações dessa forma de controle nos mais diversos contextos das relações humanas, e ratifica a posição skinneriana de substituição do controle coercitivo pelo controle por reforçamento positivo. Historicamente a noção de controle tem sido mal interpretada por muitos. Observa-se que, nas definições, são evidenciados elementos que indicam a compreensão de controle como sinônimo de controle coercitivo. Por conta da confusão conceitual, uma preocupação de Sidman (1989/1995) é diferenciar os conceitos de controle e controle coercitivo. O autor entende que controle deve repousar na concepção de qualquer variável ambiental, física ou social, que afete o comportamento de um indivíduo. O termo afetar indica modificação de comportamento, tanto em termos de fortalecimento quanto de enfraquecimento do mesmo.

A aparente confusão conceitual ou a má interpretação do termo controle pode ser produto de pelo menos dois fatores. No primeiro, tem-se o fato de as culturas apresentarem práticas coercitivas frequentes como forma de controlar os comportamentos dos indivíduos, de tal modo que, quando se fala de controle, o mais comum e natural é pensar-se em controle coercitivo, em função de sua naturalização nas relações. Nas palavras de Sidman (1989/1995): “Coação, punição – ameaça de punição ou de perda ou verbalizações sobre o que temos de fazer para fugir de, ou

evitar punições ou perda – é a técnica predominante para nos levar a ‘comportarmonos’” (p. 33-34).

O segundo fator pode ser identificado na apresentação da Análise do Comportamento por Skinner (1945), como a ciência psicológica que tem por objetivo a previsão e controle do fenômeno comportamental, o que talvez seja “traduzido” por muitos como a ciência da coerção (Sidman, 1989/1995). Todavia, coerção é apenas um tipo de controle comportamental e Sidman chega a fazer uma analogia dizendo que o controle comportamental seria uma floresta. Um tipo de árvore, dentro dessa floresta, seria controle coercitivo.

Comportamo-nos e nossas ações produzem efeito sobre o ambiente. Esses efeitos determinarão se o comportamento voltará ou não a ocorrer. Neste cenário, a Análise do Comportamento preocupa-se em estudar o quão mais ou menos provável uma ação ocorrerá e, para isso, volta-se para o estudo das variáveis controladoras, que são externas ao fenômeno comportamental (Skinner, 1953/1994).

Entendido controle na forma indicada por Skinner e Sidman, pode-se dizer que o comportamento dos organismos é controlado por contingências. O reforçamento positivo não é considerado uma contingência de controle coercitivo, ao contrário do reforçamento negativo e da punição (Baum, 2005/2006; Catania 1998/1999; Sidman, 1989/1995; Skinner, 1953/1994).

Nas palavras de Baum (2005/2006), “Skinner defendeu o uso do reforço positivo, por duas razões. Primeiro, por ser extremamente eficiente. Segundo, [...] porque quando o comportamento é modelado e mantido por reforço positivo, as pessoas não se sentem coagidas; Sentem-se livres (p.188). Por outro lado, “as pessoas que são controladas por meio aversivos, além de se sentirem menos livres, tendem a ser ressentidas, rancorosas e agressivas” (p.190).

A questão conceitual do reforçamento pode ser ilustrada quando se analisa o comportamento de manter um relacionamento afetivo/sexual. Em se tratando da discussão de gênero, pode-se entender, por exemplo, que algumas mulheres mantêm um relacionamento em função de contingências de reforçamento positivo: companheirismo, atração sexual ou diálogo. Outras parecem manter a relação para livrar-se de ficar só na velhice, ou serem avaliadas negativamente pela sociedade. É importante destacar que ambas as contingências podem estar presentes em um mesmo caso, e, que por meio de uma análise funcional, é possível identificar qual contingência controla mais fortemente o comportamento da mulher. Skinner (1953/1994) avalia que:

A técnica de controle mais comum na vida moderna é a punição. O padrão é familiar: se alguém não se comporta como você quer, castigue-o; se uma criança tem mal comportamento, espanque-a; se o povo de um país não se comporta bem, bombardeie-o (p.179).

Por outro lado, ao punir, o agente punidor tem alta probabilidade de conseguir o que quer rapidamente. De acordo com Skinner (1990), a punição traz consequências reforçadoras para quem pune. Ao punirem, as pessoas se comportam como o punidor deseja. Uma mulher que não queira submeter-se a práticas sexuais do marido pode ser ameaçada de ser espancada (punição positiva) ou de ser abandonada ou trocada por outra (punição negativa). Assim, comportamentos que são considerados indesejáveis para um indivíduo e/ou grupo podem ser eliminados, ou pelo menos, enfraquecidos temporariamente.

Ainda que punição e reforçamento tenham efeitos diferenciados sobre o comportamento do indivíduo, é possível afirmar que essas contingências “andam de mãos dadas”. Se, de um lado, um estímulo aversivo pune uma classe de comportamentos, de outro, comportamentos são emitidos com a função de eliminar

esses aversivos. Baum (2005/2006) reforça essa análise apontando as características que definem a coerção “[...] reforço positivo para o comportamento do controlador associado ao reforço negativo para o comportamento do controlado. Sempre que existir essa assimetria, diz-se que o controlado é coagido, não tem liberdade, ou não se sente livre” (p.190)

De acordo com Catania (1998/1999): “Sempre que o responder é punido, podemos dizer que o não responder é reforçado...” (p. 127). Portanto, todas as vezes que o indivíduo expressou algum sentimento ou pensamento em defesa dos seus direitos e foi punido, o não responder, ou ficar calado, naquele contexto, descrito como comportamento passivo, provavelmente se fortaleceu. Na mesma linha de Skinner, Sidman (1989/1995) afirma:

... Ameaças de punição, privação ou perda são práticas-padrão nos locais de trabalho e salas de aulas, estabelecem uma relação de dominação unilateral entre polícia e cidadão, fornecem as bases para atingir objetivos políticos e até mesmo dão colorido para as interações mais íntimas dentro das famílias (p.41).

Para Gongora, Mayer e Mota (2009):

O que Skinner critica é a técnica utilizada por diferentes agentes sociais de forma humilhante e desrespeitosa, visando dominar pessoas em benefício próprio, sem que elas possam opinar ou escolher alternativa de ação, nem serem beneficiadas por submeter-se a tais procedimentos (p.221).

No desenvolvimento dessa concepção, uma noção fundamental que pode ser associada ao pensamento skinneriano é a de assertividade. Entendida como uma classe das habilidades sociais, a assertividade é definida como a expressão de sentimentos e desejos de forma apropriada, defesa dos próprios direitos e respeito aos do outro (Z. A. P. Del Prette & Del Prette, 1999; 2001). Em uma perspectiva mais funcional, a

assertividade é um tipo de comportamento socialmente competente (A. Del Prette & Del Prette, 2010; Gresham, 2013).

Alinhados à interpretação skinneriana, Marchezini-Cunha e Tourinho (2010), apresentam uma formulação que permite compreender a funcionalidade dos comportamentos assertivos, passivos e agressivos. Para os autores é possível identificar dois conjuntos de consequências de controle no estudo das relações interpessoais: o primeiro refere-se às consequências de aprovação e reprovação social e o segundo, de “outras consequências”, referidas como reforçadoras e aversivas diversas. As consequências reforçadoras e aversivas diversas se referem àquelas que produzem satisfação de outras necessidades, que podem ou não serem mediadas socialmente.

No campo teórico-prático do Treinamento Habilidades Sociais, essas consequências são denominadas de “instrumentais” e referem-se à efetividade da resposta assertiva (A. Del Prette & Del Prette, 2010). Reforçando essa discussão, Z. A. Del Prette e Del Prette (2005) afirmam que o comportamento assertivo é o mais competente socialmente, uma vez que, além de produzir consequências reforçadoras para o indivíduo, como o alcance dos objetivos em uma interação social, produz consequências reforçadoras de médio e longo prazo para o grupo social, denominadas pelos autores de “ético-morais”. Portanto, o comportamento assertivo mantém o equilíbrio nas relações sociais. Ressalta-se ainda, que dentro de um enfoque analítico-comportamental, a noção de que comportamento não tem “intenção ou finalidade”, mas sim função. Assim, a consequência “alcance dos objetivos” não se refere a intenções mas à efetividade da resposta, cujo objetivo pode ser inferido na análise da tarefa social em curso.

Mais especificamente, sobre o comportamento passivo, Marchezini-Cunha e Tourinho (2010) chamam a atenção para as seguintes questões: “o comportamento

passivo produz aprovação social em maior escala que os demais comportamentos [assertivo e agressivo], muito embora não seja eficiente na produção de consequências reforçadoras diversas” (p.297). Quanto aos comportamentos presentes no repertório do indivíduo, considera-se que estes foram aprendidos ao longo da história de vida (condicionamento operante), por processos de modelação, regras, reforçamento positivo e reforçamento negativo. No caso dos “comportamentos passivos, estes produzem consequências reforçadoras para o grupo, ou, no mínimo, não produzem consequências aversivas e, deste modo, tendem a ser avaliados positivamente pelo grupo” (Marchezini-Cunha & Tourinho, 2010, p.297). O grupo, por meio de práticas culturais, determina quais comportamentos devem ser reforçados socialmente, repassando essas práticas a seus descendentes, até que novas práticas sejam estabelecidas e as antigas rompidas.

Em um dado exemplo, o bom comportamento por parte de A pode ser positivamente reforçado por B porque gera uma disposição emocional em B para “fazer bem” a A. Essa explicação não é muita satisfatória porque simplesmente recorre a uma tendência permanente de fazer bem. Mas parece claro, simplesmente como matéria de observação, que o comportamento de favorecer outros se modifica por circunstâncias emocionais apropriadas e que o bom comportamento da parte do outro é um caso em pauta (Skinner, 1953/1994, p. 310).

O que o grupo seleciona para ser reforçado socialmente, não necessariamente é o melhor ou o que “faz bem” para o indivíduo, mas para o próprio grupo. A análise apresentada por Skinner (1953/1994) fornece subsídios para a compreensão de que comportar-se de forma passiva, em certa medida, é mais reforçador para o próprio grupo do que para o indivíduo. Em outras palavras, pessoas que agem passivamente são

mais socialmente aceitas pelo grupo (porque não incomodam) do que as pessoas que se manifestam, reivindicando seus direitos, especialmente em uma cultura que não valoriza isso. Também tratando do comportamento passivo, Falcone (2001) conclui que, neste, o indivíduo manifesta falha ou inadequação para expressar seus desejos, expectativas e sentimentos e preocupa-se em facilitar a obtenção dos desejos do outro. Já Hull e Schroeder (1979) identificam características desse comportamento: o indivíduo não olha o interlocutor diretamente nos olhos; usa tom de voz suave, hesitante, com uma pequena entonação que permite vacilação; fala de maneira pouco clara e se posiciona curvamente, sem encarar o interlocutor.

Por outro lado, no contexto das transformações relacionadas à maior participação feminina no mercado de trabalho, A. Del Prette e Del Prette (2010) chamam a atenção para o fato de que “os novos paradigmas organizacionais que orientam a reestruturação produtiva têm priorizado processos de trabalho que remetem diretamente à natureza e qualidade das relações interpessoais” (p.57). Esses autores destacam a valorização do desenvolvimento de habilidades de coordenação de grupo, liderança de equipes, manejo de estresses e de conflitos interpessoais e grupais, organização de tarefas, resoluções de problemas e tomadas de decisão).

A. Del Prette e Del Prette (2001) chamam a atenção para grandes desafios colocados para as sociedades humanas em todas as partes do mundo no século XXI. Para esses autores, as soluções não estariam apenas no desenvolvimento técnico-científico, econômico ou político, mas em novos padrões relacionais entre nações, entre grupos e entre pessoas. De acordo com A. Del Prette e Del Prette (2001)

Ao lado do paradigma neoliberal que prioriza o ter em detrimento do ser e que leva as pessoas a buscar a felicidade por meio do consumo, um novo paradigma emerge, ainda que timidamente, privilegiando as relações e a qualidade de vida

como fontes de realização pessoal. Essa qualidade depende, entre outros fatores, de um conjunto diversificado e elaborado de habilidades sociais pautado pela ética, pelo respeito aos direitos e deveres de todos, pelo equilíbrio de poder nas relações e pela busca de saúde mental (p.70).

Na atualidade, as mulheres, principalmente as mais escolarizadas, vêm garantindo maior inserção no mercado de trabalho. No entanto, é “somente no que diz respeito à escolaridade que as mulheres alcançam posição de destaque: “cerca de 60% das mulheres ocupadas cursam, pelo menos, o ensino médio” (Kanan, 2010, p.251). Todavia, ainda que o processo educacional possa ser um agente de transformação política e social, o ensino nas escolas reflete os interesses das classes dominantes. Como demarca Saffioti (1987) “[...] os conteúdos ensinados e os métodos autoritários de ensino visam à preservação das posições de mando ocupadas pelo patriarcado branco, adulto e rico” (p. 103). Por outro lado, “uma revisão curricular, não deve [...] incluir apenas a perspectiva de gênero, mas também a de raça/etnia, orientação sexual, geração e todas as dimensões responsáveis pela construção das desigualdades” (Vianna & Unbehaum, 2007, p.146).

O debate que envolve o tripé mulher, mercado de trabalho e habilidades assertivas é instigante e ao mesmo tempo conflituoso. Dentre os vários possíveis conflitos que se observa, em diferentes contextos, destaca-se um que ocorre no interior das organizações. Estas passam a adotar um modelo que estimula o desenvolvimento de habilidades assertivas para o desempenho de funções gerenciais, mas, ao mesmo tempo, inibem a apresentação de comportamentos que vão ao encontro da defesa de direitos [femininos], em particular quando estes não convêm para a organização. A análise aqui apresentada pode ser tomada como elemento explicativo para a manutenção do comportamento feminino passivo. A longa história de exposição a contingências

aversivas é, provavelmente, a variável de explicação da passividade, que enfraquece comportamentos assertivos de defesa de direitos e fortalece comportamentos passivos, tais como silenciar e obedecer, entre outros. Considera-se ainda que, frente a essas contingências aversivas, podem ocorrer, mesmo que de forma intermitente, comportamentos de contracontrole bem sucedidos que viabilizam mudanças em práticas culturais em busca da igualdade de direitos entre gêneros. Sobre esse ponto, Baum (2005/2006) avalia que:

O contracontrole atua no sentido de reparar a iniquidade por meio de uma diminuição no desequilíbrio da distribuição do poder [...]. Como o contracontrole aumenta o poder relativo do controlado, ambos, poder e vantagens se tornam iguais. Por exemplo, quando marido e mulher têm uma relação de iguais, seus comportamentos não só são reforçados igualmente, mas outras fontes de reforço tornam o reforço que advém do matrimônio igualmente importante para ambos (p.233).

No debate sobre a relação sociedade e indivíduo, A. Del Prette e Del Prette (2001) colocam que: “Na interação indivíduo sociedade há uma influência mútua que torna possível tanto a mudança social quanto a individual. As mudanças sociais ocorrem em grande parte devido à influência da minoria (p.69). Saffioti (2001) lembra que não é possível pensar em mudanças nas relações interpessoais como se estas existissem fora de uma estrutura de classe. Para a autora, nenhuma relação se estabelece fora de uma estrutura. Portanto, as mudanças nas relações de gênero, etnia e classe estão relacionadas às possibilidades de mudanças no capitalismo. Sobre esse assunto, Skinner (1974/1991) argumenta que órgãos ou instituições organizadas, enquanto as agências controladoras (governo, religião e sistemas econômicos), exercem controle

poderoso e muitas vezes nocivo sobre os indivíduos, produzindo nos mesmos, respostas de esquiva ou contracontrole.

Os que são assim controlados passam a agir. Escapam ao controlador – pondo-se fora do seu alcance, se for uma pessoa; desertando de um governo; apostasiando de uma religião; demitindo-se ou mandriando – ou então atacam a fim de enfraquecer ou destruir o poder controlador, como numa revolução, numa reforma, numa greve ou num protesto estudantil (p.167).

Para o autor, o equilíbrio dessas forças opostas nem sempre alcança a solução ideal e seus resultados não constituem ambientes sociais bem planejados a ponto produzirem e manterem relações sociais satisfatórias. Dentre as contribuições da Análise do Comportamento, para a mudança dessas relações, encontra-se a proposta de planejamento de cultura, baseada em relações mais igualitárias, justas e éticas (reforçadores) para os indivíduos e menos exploradoras e coercitivas, que só poderá ser atingida a partir de uma reorganização do ambiente social.

Diante das questões levantadas, conclui-se que a transformação do papel da mulher na sociedade é muito mais que reivindicação de justiça social. É a modificação de práticas culturais que hoje são possíveis de serem vislumbradas e conquistadas a partir de diferentes frentes de ação. Uma delas poderia ser o desenvolvimento de habilidades sociais, especialmente de assertividade, demandadas no mercado de trabalho, que acabam por exigir novas formas de comportar-se, tanto privadamente (pensar assertivamente) como publicamente (reivindicações de direitos).

Considerações finais

No conhecimento científico, várias são as áreas que se complementam para a compreensão da natureza humana. A partir desta premissa, especificamente no que se

refere à asserção feminina, as Ciências Sociais, ao longo dos anos, têm produzido um extenso e robusto arcabouço teórico sobre a história de opressão a que as mulheres foram (e ainda são) subjugadas, nos mais diferentes contextos. Por outro lado, a Ciência do Comportamento, em sua perspectiva pragmática, apoiada nos estudos acerca da coerção e de seus efeitos, pode auxiliar na complementação dessa análise sociológica.

Os estudos acerca da construção do papel da mulher evidenciam o quanto os seus direitos foram, historicamente, cerceados. Além disso, esses estudos ressaltam também a necessidade de mudanças dessa realidade. Neste contexto, a Psicologia, por meio das formulações conceituais e do desenvolvimento de procedimentos e técnicas da Análise do Comportamento e do campo teórico-prático das Habilidades Sociais, tem muito a contribuir.

A formulação skinneriana acerca dos efeitos do controle aversivo permite uma análise bastante pertinente da instalação histórica de déficits de assertividade feminina e ao mesmo tempo, a análise de contingências atuais sobre o agir assertivamente perante as novas demandas do mundo trabalho (A. Del Prette & Del Prette, 2010; Miguel & Garb, 2003; Smith-Jentsch, Salas & Backer, 1996; Twenge, 2001). Entende-se que algumas possibilidades de novas investigações encontram-se no diálogo entre as macroanálises sobre mulher, opressão, gênero e contexto social, produzidas pela sociologia e a perspectiva externalista do modelo de seleção pelas consequências, proposta por Skinner (Skinner, 1981). Outra possibilidade centra-se nas discussões acerca das agências de controle (Skinner, 19954/1992) e construção do movimento feminista.

Quanto às contribuições do campo teórico-prático das Habilidades Sociais, constata-se que essas dizem respeito a uma formulação sólida de conceitos como os de habilidades assertivas de enfrentamento e competência social assertiva bem como da

promoção de Programas de Habilidades Sociais Assertivas – PHAS (ver Braz e Del Prette, 2011). Assim, estudos de caracterização das habilidades sociais na população feminina, com características sociodemográficas diferenciadas, poderia contribuir para se caracterizar o repertório assertivo das mulheres e, com base nisso, planejar PHAS, tanto em uma perspectiva de ações remediativas como preventivas.

Isto significa dizer que, uma compreensão com maior amplitude acerca da assertividade feminina, pode ser consolidada com base em uma abordagem multidisciplinar e auxilia futuras investigações teóricas, básicas e aplicadas. Cabe aos analistas do comportamento, apropriar-se dessa discussão e, sob esse enfoque, contribuir para que as relações de gênero no mundo do trabalho tornem-se relações mais igualitárias e menos aversivas.

Referências

- Alberti, R. E., & Emmons, M. L. (1978). *Comportamento assertivo: um guia de autoexpressão* (J. M. Corrêa, Trad.). Belo Horizonte, MG: Interlivros. (Trabalho original publicado em 1970).
- Álvares, M. L. M. (1999). Mulher e participação política. In: M. Ferreira (Org.). *Mulher, gênero e políticas públicas* (pp. 45-52). São Luís, MA: Salvador Redor.
- Baruki, L. V. R. P., & Bertolin, P. T. M. (2010). Violência contra a mulher: a face mais perversa do patriarcado. Quem tem medo do lobo mau? In: P. T. M. Bertolin & A. C. P. T. Andreucci (Orgs). *Mulher, sociedade e direitos humanos* (pp. 297-324). São Paulo, SP: Rideel.
- Baum, W. M. (2006). *Compreender o Behaviorismo* (M. T. A. Silva, M. A. Matos, G. Y. Tomanari e E. Z. Tourinho, Trad.). Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 2005).

- Beauvoir, S. (1999). *O segundo sexo: a experiência vivida*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.
- Braz, A. C., & Del Prette, Z. A. P. (2011). Programa de habilidades sociais assertivas para idosos. In: A. Del Prette & Z. A. P. Del Prette (Orgs). *Habilidades sociais: intervenções efetivas em grupo* (pp. 231-260). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo. *Cadernos Pagu*, 16, 115-136.
- Carrara, K. (2006). Análise do Comportamento e questões sociais: qual a contribuição das metacontingências? *Anais do II Encontro de Análise do Comportamento de Curitiba*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.
- Catania, A. C. (1999). *Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição* (D. G. Souza et al, Trad). Porto Alegre, RS: Artes Médica Sul. (Trabalho original publicado em 1998).
- Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. (2001). Habilidades sociais: Biologia evolucionária, sociedade e cultura. In: H. Guilhardi, M. B. B. P. Madi, P. P. Queiroz & M. C. Scoz (Orgs.). *Sobre comportamento e cognição: Expondo a variabilidade* (Vol 8, pp. 65-75). Santo André, SP: ESETec Editores Associados.
- Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. (2003). Assertividade, sistema de crenças e identidade social. *Psicologia em Revista*, 9(3), 125-136.
- Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. (2010). *Psicologia das relações interpessoais: Vivências para o trabalho em grupo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (1999). *Psicologia das habilidades sociais: Terapia e educação*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (2001). *Inventário de Habilidades Sociais (IHS-Del-Prette): Manual de aplicação, apuração e interpretação*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

- Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (2005). *Psicologia das habilidades sociais na infância: Teoria e prática*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Falcone, E. M. O (2001). Habilidades sociais: Para além da assertividade. In: R. C. Wielenska (Org.). *Sobre comportamento e cognição: questionando e ampliando a teoria e as intervenções clínicas e em outros contextos* (Vol. 6, pp. 202-212). Santo André, SP: ESETec Editores Associados.
- Glenn, S. S. (1986). Metacontingencies in Walden Two. *Behavior Analysis and Social Action*, 5 (1), 2-8.
- Glenn, S.S. (1988). Contingences and metacontingencies: Toward a synthesis of behavior analysis and cultural materialism. *The Behavior Analyst*, 11, 161-179.
- Glenn, S.S. (1991). Contingencies and metacontingencies: Relations among behavioral, cultural, and biological evolution. In: P. A. Lamal (Org.). *Behavioral Analysis of Societies and Cultural Practices* (pp.39-73). New York: Hemisphere Publishing Corporation.
- Glenn, S.S. (2004). Individual Behavior, Culture, and Social Change. *The Behavior Analyst*, 27, 133-151.
- Gongora, M. A. N., Mayer, P. C. M., & Mota, C. M. S. (2009). Construção terminológica e conceitual do controle aversivo: período Thorndike-Skinner e algumas divergências remanescentes. *Teorias em Psicologia*, 17, 209-224.
- Gresham, F. M. (2013). Análise do comportamento aplicada às habilidades sociais. In: A. Del Prette & Z. A. P. Del Prette (Orgs.). *Psicologia das habilidades sociais: Diversidade teórica e suas implicações* (pp.17-66). Petrópolis, RJ: Vozes.

- Hobson, J. A. (1985). *A evolução do capitalismo moderno: um estudo da produção mecanizada* (B. de Carvalho, Trad.) (2a ed). São Paulo, SP: Nova Cultural. (Trabalho original publicado em 1894).
- Hull, D. B., & Schroeder, H. E. (1979). Some interpersonal effects of assertion, nonassertion and aggression. *Behavior Therapy*, 10, 20-28.
- Ingberman, Y. K., & Löhr, S. S. (2003). Pais e filhos: Compartilhando e expressando sentimentos. In: F. C. Conte & M. Z. S. Brandão (Orgs.). *Falo ou não falo? Expressando sentimentos e comunicando ideias* (pp. 85-95). Arapongas: Mecenaz.
- Kanan, L. A. (2010). Poder e liderança de mulheres nas organizações de trabalho. *O&S: – Salvador*, 17(53), 243-257.
- Lima, M. J. (1999a). Gênero, trabalho e educação. In: M. Ferreira (Org.). *Mulher, gênero e políticas públicas* (pp. 93-102). São Luís, MA: Salvador Redor.
- Lima, M. J. (1999b). Gênero, cultura e sociedade. In: M. Ferreira (Org.). *Mulher, gênero e políticas públicas* (pp. 119-123). São Luís, MA: Salvador Redor.
- Marchezini-Cunha, V., & Tourinho, E. Z. (2010). Assertividade e autocontrole: interpretação analítico-comportamental. *Psicologia: Teoria e Prática*, 26(2), 295-304.
- Matos, M. A. (1995). Behaviorismo metodológico e Behaviorismo radical. In: Rangé, B. P. (Org). *Psicoterapia comportamental e cognitiva: prática, aplicações e problemas* (pp.28-33). Campinas, SP: Psy II.
- Miguel, C. F., & Garb, G. (2003). Assertividade no trabalho: descrevendo e corrigindo o desempenho dos outros. In: F. C. Conte & M. Z. S. Brandão (Orgs.). *Falo ou não falo? Expressando sentimentos e comunicando ideias* (pp. 129-140). Arapongas, PR: Mecenaz.

- Perrot, M. (2005). Práticas da memória feminina. In: M. Perrot (Org.). *As mulheres ou os silêncios da história* (pp. 33-43). Bauru, SP: Edusc.
- Pickina, E. M. V. A. (2010). O público e o privado: uma contrametáfora. In: P. T. M. Bertolin & A. C. P. T Andreucci (Orgs). *Mulher, sociedade e direitos humanos* (pp. 97-120). São Paulo, SP: Rideel.
- Puelo, A. H. (2003). Filosofia e gênero: da memória do passado ao projeto de futuro. Texto apresentado no Seminário *Gênero e feminismo: desvelando trajetórias* (G. Cudas, Trad). Organizado pela Coordenadoria Especial da Mulher, Prefeitura Municipal de São Paulo, em parceria com o projeto Colégio São Paulo.
- Saconatto, A. T., & Andery, M. A. P. A. (2013). Seleção por metacontingências: Um análogo experimental de reforçamento negativo. *Interação em Psicologia, 17*(1), 1-10.
- Saffioti, H. I. B. (1987). *O poder do macho*. São Paulo, SP: Moderna.
- Saffioti, H. I. B. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência do gênero. *Cadernos Pagu, 16*, 115-136.
- Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo, SP: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Sidman, M. (1995). *Coerção e suas implicações* (M. A. Andery & T. M. Sério, Trad.). Campinas, SP: Editorial Psy II (Trabalho original publicado em 1989).
- Sigler, K. A., Burnett, A., & Child, J. T. (2008). A regional analysis of assertiveness. *Journal of Intercultural Communication Research, 37*(2), 89-104.
- Silva, C. N., & Simonian, L. T. (2006). A questão de gênero: um breve estudo no estuário Amazônico. *Papers do NAEA (UFPA), 1*, 1-17.
- Skinner, B. F. (1945). The operational analysis of psychological terms. *Psychological Review, 52*, 270-277/291-294.

- Skinner, B. F. (1981). Selection by consequences. *Science*, 213, 501-504.
- Skinner, B. F. (1990). The non-punitive society. *Japanese Journal of Behavior Analysis*, 5, 98-106.
- Skinner, B. F. (1991). *Sobre o behaviorismo* (M. P. Villalobos, Trad.). São Paulo, SP: Cultrix. (Trabalho original publicado em 1974).
- Skinner, B. F. (1994). *Ciência e comportamento humano* (J. C. Todorov & R. Azzi, Trad.). São Paulo, SP: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1953).
- Skinner, B. F. (1995). *Questões recentes na análise comportamental*. (A. L. Neri, Trad.). Campinas, SP: Papyrus. (Trabalho original publicado em 1989).
- Skinner, B. S. (1969). *Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Smith-Jentsch, K. A., Salas, E., & Baker, D. P. (1996). Training team performance-related assertiveness. *Personnel Psychology*, 49, 909-936.
- Soares, P. F., Cabral, P. A., Leite, F. L., & Tourinho, E. Z. (2012). Efeitos de consequências culturais sobre a seleção e manutenção de duas práticas culturais alternadas. *REBAC- Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 8(1), 37-46.
- Todorov, J. C. (1991). Quem tem medo de punição? *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 3, 37-49.
- Toledo, C. (2008). *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide*. São Paulo, SP: Sundermann.
- Tourinho, E. Z. (2009). *Subjetividade e relações comportamentais*. São Paulo, SP: Paradigma.

- Trigo, M. H. B., & Brioschi, L. R. (2007). Educação, saúde e gênero. In T. S. A. M. Brabo (Org.). *Gênero e educação: lutas do passado, conquistas do presente e perspectivas futuras* (pp. 101-115). São Paulo, SP: Ícone.
- Twenge, J. M. (2001). Changes in Women's Assertiveness in Response to Status in Roles: A Cross-Temporal Meta-Analysis, 1931-1993. *Journal of Personality and Social Psychology*, 81(1), 133-145.
- Vianna, C., & Unbehaun, S. (2007). Diferenças, desigualdades e conflitos de gênero nas políticas educacionais: o caso do PNE. In: T. S. A. M. Brabo (Org.). *Gênero e educação: lutas do passado, conquistas do presente e perspectivas futuras* (pp. 118-149). São Paulo, SP: Ícone.
- Yong, F. L. (2010). A study on the assertiveness and academic procrastination of english and communication students at a private university. *American Journal of Scientific Research*, 9, 62-72.

ELABORAÇÃO E PROPRIEDADES PSICOMÉTRICAS PRELIMINARES DO INVENTÁRIO DE HABILIDADES ASSERTIVAS (IHA) PARA MULHERES⁵

RESUMO

Este artigo apresenta propriedades psicométricas preliminares do Inventário de Habilidades Assertivas (IHA), produzido com base nos itens do IHS-Del-Prette. O instrumento produz escores de autorrelato de frequência, efetividade (alcance dos objetivos), desconforto, adequação social (aprovação/reprovação pelo ambiente social) adequação pessoal nas próprias respostas assertivas. A amostra foi de 190 mulheres maranhenses (São Luís), com idade média de 41,16 anos ($DP= 9,4$), escolaridade superior, inseridas no mercado de trabalho nos setores da Educação e Saúde. A análise fatorial exploratória, conduzida com base no indicador de frequência, produziu um fator único, restando 16 itens, com boa consistência interna ($\alpha = 0,82$), o que ocorreu também nos demais Indicadores. Discute-se a validade e precisão do instrumento, sua aplicabilidade em diferentes contextos de intervenção psicológica e novas questões de para futuras pesquisas.

Palavras-Chave: assertividade; mulheres; instrumentos de avaliação.

ELABORATION AND PRELIMINARY PSYCHOMETRIC PROPERTIES OF THE ASSERTIVENESS SKILLS INVENTORY (IHA) FOR WOMEN

ABSTRACT

This paper presents preliminary psychometric properties of the Assertiveness Skills Inventory (IHA), based on the IHS-Del-Prette items. The instrument produces self reported scores of frequency, effectiveness (reaching of goals), discomfort, social adequacy (approval/disapproval by the social environment) and personal adequacy of assertive replying. The sample was that of 190 women from São Luís (the capital of Maranhão), average age of 41.16 years ($DP=9.4$), higher educated, currently employed in the labor market in the Education and Health areas. The exploratory factor analysis, conducted based on the frequency, produced a single factor, retaining 16 items, with good internal consistency ($\alpha = 0.82$), as well as in all others indicators. The validity and precision of the instrument are discussed, as well as its applicability on different contexts of psychological intervention and new topics for further research.

Keywords: assertiveness; women; evaluation instruments.

A assertividade é considerada uma habilidade de enfrentamento em situações que envolvem risco de reação indesejável do interlocutor e/ou do grupo no qual o indivíduo esteja inserido, exigindo controle da ansiedade e expressão apropriada de

⁵ Uma versão deste trabalho foi apresentada na modalidade de sessão coordenada na 44ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia - SBP, em Ribeirão Preto/São Paulo, em outubro de 2014. A autora agradece as contribuições do Dr. Lucas Guimarães Cardoso de Sá na análise estatística dos dados deste manuscrito.

sentimentos, desejos e opiniões (A. Del Prette & Del Prette, 2010; Hidalgo & Abarca, 1992; Z. A. P. Del Prette & Del Prette, 2005). Este conceito de assertividade endossa a legitimidade de comportamentos voltados para a reivindicação e defesa de direitos e para a manutenção ou ampliação de condições de respeito e dignidade da pessoa humana. Dada a importância desses aspectos nos dias atuais, justifica-se a crescente atenção de pesquisadores e profissionais de diferentes campos de atuação à temática da assertividade (Braz & Del Prette, 2011; Marchezini-Cunha & Tourinho, 2010).

A assertividade é considerada como uma das principais classes das Habilidades Sociais (HS) e sua formulação conceitual apoia-se nos estudos do campo teórico-prático das HS (A. Del Prette e Del Prette, 2010). As habilidades sociais assertivas incluem diversas subclasses referidas, conforme Z. A. P. Del Prette e Del Prette (2001; 2005) em termos de: (1) manifestar opinião, concordar, discordar; (2) fazer, aceitar e recusar pedidos; (3) desculpar-se e admitir falhas; (4) estabelecer relacionamento afetivo/sexual; (5) encerrar relacionamento; (6) expressar raiva e pedir mudança de comportamento; (7) interagir com autoridades; (8) lidar com crítica.

Essas classes são especialmente críticas quando se considera a questão de gênero e, especificamente, assertividade das mulheres. De fato, estudos focados no debate sobre a assertividade de mulheres mostram o quanto foram violados direitos de liberdade de expressão e de respeito às suas opiniões ao longo dos anos (Morokoff, et al., 1997; Twenge, 2001). Isso não obstante, os dados da literatura apontam resultados contraditórios acerca das investigações sobre assertividade feminina.

Ao comparar a assertividade masculina e feminina, Ory e Helfrich (1976) e Adejumo (1981) encontraram diferenças significativas favoráveis aos homens. Yong (2010) encontrou valores superiores para homens em dois dos 30 itens da escala Rathus. Por outro lado, Chandler, Cook e Dugovics (1978) encontraram diferenças em

cinco itens da escala Rathus, porém com valores superiores para as mulheres. E, ainda, há estudos que não encontram diferenças significativas de assertividade ligada a gênero (Arigbabu, Ekundayo & Owolabi-Gabriel, 2010; Scherbarth, 2002).

Considerando os resultados contraditórios, merece destaque o estudo de Onyeizugbo (2003) que investigou a influência de gênero, idade e educação sobre a assertividade, em uma amostra de indivíduos nigerianos casados, usando como instrumento de medida a *Assertive Behavior Assessment Scale* – ABAS (Onyeizugbo, 1998). O estudo encontrou diferenças significativas entre homens e mulheres jovens, com escores mais elevados dos homens. No entanto, no caso de homens e mulheres mais velhos, as mulheres apresentaram escores mais elevados que os homens e do que as mulheres mais novas. O estudo permite concluir que parece haver um desenvolvimento contínuo da assertividade feminina ou, pelo menos, um desenvolvimento mais acelerado em comparação com os homens, depois de certa idade.

De acordo com Bolsoni-Silva, Del Prette, Del Prette, Montanher, Bandeira e Del Prette (2006) e Fumo, Monolio, Bello e Hayashi (2009), os estudos brasileiros sobre habilidades sociais, dos quais a assertividade faz parte, encontram-se em ascensão. No entanto, foi identificada também uma escassez de recursos para a avaliação desse construto, seja por meio de medidas diretas, seja por meio de medidas indiretas. Conforme a revisão de Bolsoni-Silva et al. (2006), até o início deste século, os estudos brasileiros se preocuparam mais em caracterizar o repertório de determinadas populações e, em menor escala, em avaliar a efetividade de programas de intervenção e (em número ainda menor) em descrever e testar propriedades psicométricas de instrumentos de avaliação. Sobre esse assunto, Z. A. P. Del Prette e Del Prette (2013) apresentam uma relação de instrumentos, construídos e adaptados para a avaliação de HS, disponíveis no Brasil, contudo, nenhum deles foca especificamente a assertividade.

Em particular, cabe destacar que a assertividade exclusivamente feminina esteve praticamente ausente da pauta das pesquisas em nosso meio.

Considerando a pertinência e a importância de investimento nessa temática, Z. A. P. Del Prette e Del Prette (2013) assumem que a multidimensionalidade das habilidades sociais requer uma avaliação multimodal desse repertório. Nas palavras dos autores, a avaliação multimodal é “baseada em diferentes instrumentos e procedimentos, junto a vários informantes e contemplando contextos diferenciados de intervenção social [e] é a estratégia mais indicada, porque supre as limitações inerentes a cada um dos recursos de avaliação” (Z. A. P. Del Prette & Del Prette, 2013, p.199). Alinhando-se à argumentação dos autores, alguns pesquisadores (Bandeira & Quaglia, 2005; McCartan & Hargie, 1990; Nelson, Hayes, Felton, & Jarrett, 1985) têm recomendado a utilização de instrumentos complementares para avaliação da assertividade, uma vez que dados de pesquisa têm apontado resultados diferentes associados a formas diferentes de medir a assertividade dos indivíduos.

Quanto aos instrumentos de avaliação, estudos no cenário internacional têm investido na construção, adaptação e validação de instrumentos para avaliar a assertividade. Podem ser citados, como exemplos: *Rathus Assertiveness Schedule – RAS* (Rathus, 1973); *Assertion Inventory* (Gambrell & Richey, 1975); *Discrimination of Assertive, Inassertive and Aggressive Behavior Test* (Lange & Jakubowski, 1978); *Assertion Inventory* (Alberti & Emmons, 1978); *Hurlbert Index of Sexual Assertiveness – HISA* (Hurlbert, 1991); *Sexual Assertiveness Scale for Women – SAS* (Morokoff et al., 1997); *Assertive Behavior Scale– ABAS* (Onyeizugbo, 1998).

A Escala de Assertividade Rathus – RAS (Rathus, 1973) foi adaptada para o Brasil por Pasquali e Gouveia (1990) e aprovada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP). A adaptação da Escala Rathus no Brasil foi feita com uma amostra de 302

estudantes. A Análise Fatorial Exploratória (AFE) apontou a presença de um grande fator, denominado Inibição vs Desinibição, e dois outros fatores com estrutura pouco definidas. Os autores sugerem que a escala é útil para medir apenas uma dimensão da assertividade e que ela parece modesta para alcançar a amplitude do conceito (Pasquali & Gouveia, 1990).

Com base nessas considerações, pode-se concluir que a Escala Rathus apresenta limitações para medir o construto da assertividade. Para pesquisadores e profissionais de orientação analítico-comportamental, as avaliações de assertividade baseadas somente em escores de frequência são insuficientes e seriam mais úteis com adaptações que produzissem informações sobre os eventos situacionais, antecedentes e consequentes em relação à resposta assertiva. Os instrumentos anteriormente referidos, em geral, solicitam do respondente apenas um indicador, por exemplo, a frequência ou a concordância com determinadas afirmações sobre o desempenho, ou o quanto elas descrevem ou não as características do desempenho do respondente. Embora forneçam elementos para avaliar o repertório comportamental, deixam de lado indicadores que também podem ser importantes, particularmente no caso da assertividade. Assim, considerou-se necessário investir em um instrumento que contemplasse, além dos escores de frequência, indicadores de outras dimensões do repertório assertivo, ampliando sua utilidade, especialmente para pesquisadores e profissionais orientados pela perspectiva da Análise do Comportamento (Skinner, 1945; 1953/1994; 1974/1991).

Com base nessa preocupação, guiado pelas matrizes conceituais da assertividade, dentro do campo teórico-prático das Habilidades Sociais (McFall, 1982; Z. A. P. Del Prette & Del Prette, 1999; Z. A. P. Del Prette & Del Prette, 2011) e conforme recomendações do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2003), sobre a

importância de evidências de validade e de fidedignidade, o presente estudo tem como objetivos descrever a elaboração e as propriedades psicométricas preliminares de um instrumento multimodal para avaliar habilidades assertivas em mulheres. O instrumento, neste primeiro momento voltado para mulheres inseridas no mercado de trabalho, foi denominado Inventário de Habilidades Assertivas (IHA). Especificamente, busca-se descrever o processo de construção e validação do IHA e apresentar os indicadores preliminares de sua validade (estrutura interna para o indicador frequência) e fidedignidade (alfa de Cronbach de todas as dimensões avaliadas).

Etapas preliminares na construção do IHA

Seguindo recomendações de Pasquali (2010), o primeiro passo na elaboração do IHA foi uma pesquisa bibliográfica, privilegiando o conceito de assertividade apresentado em textos sobre a temática e nos já citados instrumentos de avaliação desse construto. De acordo com a definição de assertividade, anteriormente referida e adotada na construção do IHA, buscou-se identificar itens de situação-comportamento que fossem coerentes com o conceito de assertividade e dimensões de avaliação que permitissem obter indicadores de antecedentes e consequentes, fundamentais para a Análise do Comportamento.

Com base nessas preocupações, verificou-se que, embora contemplando somente a frequência, o instrumento cujos itens melhor refletiam o conceito de assertividade adotado era o IHS-Del-Prette (Z. A. P. Del Prette & Del Prette, 2001), particularmente em seu Fator 1, denominado *Enfrentamento e autoafirmação com risco*. Verificou-se, ainda, que o instrumento contemplava outros itens pertinentes ao conceito de assertividade e levava em conta situações pertinentes ao contexto cultural brasileiro. Assim, decidiu-se tomá-lo como principal referência.

A partir dessa decisão, 10 pesquisadores da área de HS foram solicitados a selecionar, dentre os 38 itens do IHS-Del-Prette (Z. A. P. Del Prette & Del Prette, 2001), aqueles que poderiam compor um instrumento exclusivamente voltado para habilidades sociais assertivas. Os pesquisadores, no papel de juízes, receberam um Protocolo de Avaliação dos Itens (Apêndice 3) e foram solicitados a ler atentamente cada uma das subclasses das habilidades assertivas de enfrentamento e suas respectivas definições. Em seguida, deveriam ler, um a um, os itens do IHS-Del-Prette e identificar as habilidades que estavam sendo avaliadas assinalando, em uma ficha, à qual subclasse de habilidades assertivas de enfrentamento correspondia cada um dos itens do IHS-Del-Prette. Eles também tinham a opção de assinalar a alternativa “não tem correspondência com nenhuma subclasse”. Dos 38 itens do IHS-Del-Prette, 19 foram mantidos (Apêndice 4), seguindo um critério de concordância de 70% entre os juízes (conforme critério sugerido por Pasquali, 2010).

Os itens selecionados foram organizados em um Caderno de Aplicação que continha, à direita, cinco colunas. Essas colunas sinalizavam o espaço para o respondente assinalar sua avaliação em cinco indicadores selecionados como aspectos relevantes sob uma abordagem contextual, analítico-comportamental, da competência em habilidades assertivas: **frequência**, que solicitava uma estimativa da quantidade de vezes que o respondente apresentava a resposta assertiva indicada diante da demanda descrita no item; **desconforto**, que solicitava uma estimativa da sua ansiedade, mal estar etc., associados ao desempenho da resposta assertiva descrita; **efetividade**, em termos do alcance dos objetivos, que solicitava uma estimativa da efetividade da resposta assertiva prevista no item; **adequação social**, que pedia do respondente sua avaliação sobre o grau de aprovação ou reprovação da resposta assertiva pelo ambiente

social; **adequação pessoal**, que pedia para avaliar a adequação de sua resposta assertiva para aquele item.

Com o objetivo de testar a qualidade da redação dos itens do inventário, garantir a compreensão inequívoca das instruções, dos itens e indicadores e, ainda, testar a adequabilidade e pertinência de cada item, solicitou-se que três terapeutas, de abordagem analítico-comportamental, revisaram o inventário e, em seguida, fizessem pelo menos uma aplicação do mesmo. Como *feedback* dessa tarefa, as terapeutas sugeriram, em alguns casos, contribuições para o aperfeiçoamento da redação dos itens. Por exemplo, no item 12 “Se estou interessado(a) em uma pessoa para relacionamento sexual, *consigo abordá-la para iniciar conversa*”, sugeriram alterar a redação para: “Se estou interessada em uma pessoa para relacionamento sexual, *abordo-a para iniciar conversa*”.

A última fase consistiu no aperfeiçoamento estético do instrumento e da redação final das instruções e dos itens, de modo a facilitar a compreensão e a agilidade da respondente. Esse processo resultou na versão inicial do Inventário de Habilidades Assertivas – IHA, com uma folha de instruções e uma de itens. Cada item descreve uma situação de demanda para resposta assertiva. Ao lado de cada item, são apresentadas cinco colunas para avaliação dos indicadores já referidos e respectiva escala Likert adotada: **frequência**, com:escala de cinco pontos, 0-2 (em cada 10 situações desse tipo, reajo dessa maneira no máximo duas vezes) a 9-10 (em cada 10 situações desse tipo, reajo dessa maneira de nove a 10 vezes); **desconforto** na emissão da resposta assertiva, com escala de cinco pontos: 0= Nenhum, 1= Pouco, 2= Médio, 3= Muito ou 4= Muitíssimo; **efetividade**, com escala semelhante à de frequência; **adequação social**, com escala de cinco pontos: -2= Reprova muito, -1= Reprova, 0= Nem aprova, nem reprova, 1= Aprova, 2= Aprova muito; **adequação** da própria resposta assertiva,

considerando os ganhos e perdas decorrentes da mesma, em uma escala com cinco pontos: -2= Muito inadequada, -1= Inadequada, 0= Nem adequada, nem inadequada, 1= Adequada e 2= Muito adequada.

Avaliação das propriedades psicométricas do IHA

Participantes

A amostra foi constituída de 190 mulheres, naturais do estado do Maranhão e residentes na capital São Luís, com nível de escolaridade superior, inseridas no mercado de trabalho dos setores da Educação e Saúde. A idade das participantes variou de 26 a 69 anos, com média de 41,16 ($DP= 9,4$). Uma caracterização mais completa dos dados sociodemográficos da amostra pode ser visualizada na Tabela 6.

Tabela 6

Dados sociodemográficos da amostra

	Variáveis	Frequência absoluta	Frequência relativa
Setor	Educação	108	56,8
	Saúde	82	43,2
Etnia	Branca	72	38,1
	Negra	22	11,6
	Parda	95	50,3
Estado Civil	Solteira	73	38,4
	Casada	96	50,5
	Divorciada	12	6,3
	Viúva	1	0,5
	Outros	8	4,2

	Federal	45	23,8
	Federal e Municipal	8	4,2
	Federal e Estadual	6	3,2
Vínculo Institucional	Estadual	38	20,5
	Estadual e Municipal	28	14,8
	Municipal	62	32,8
	Federal, Municipal e Estadual	2	1,1
Classe socioeconômica*	A1	13	6,9
	A2	57	30,2
	B1	58	30,7
	B2	45	23,8
	C1	15	7,9
	C2	1	0,5
	D	-	-
	E	-	-

*Conforme Critério Brasil de Classificação Socioeconômica (www.abep.org/criterioBrasil.aspx)

Os dados descritivos da amostra, apresentados na Tabela 1, indicam que a mesma se apresenta equilibrada do ponto de vista setorial, de estado civil, étnico, vínculo institucional e classe socioeconômica. Destaca-se que a maior parte das mulheres são casadas e encontram-se em níveis socioeconômicos superiores (acima de B).

Instrumento

Inventário de Habilidades Assertivas - IHA. Versão inicial do instrumento, com 19 itens, descrevendo situações que apresentam demandas para resposta assertiva e uma

reação a cada uma delas, com cinco indicadores a serem avaliados: frequência, desconforto, efetividade, adequação social e adequação pessoal (Teixeira, Del Prette & Del Prette, 2015).

Procedimento

A coleta de dados aconteceu nos locais de trabalho das participantes: escolas (municipais e estaduais), universidades, hospitais (universitários e municipais) e postos de saúde. Foi feita uma divulgação por meio de cartazes em locais de circulação das possíveis participantes e entregue carta de apresentação da pesquisa para direção de locais com possibilidade de presença de participantes com o perfil determinado anteriormente (Apêndice 5). Em seguida, foi estabelecido contato com pessoas que atendiam aos critérios de inclusão aos objetivos da pesquisa.

Após a apresentação e uma breve descrição dos objetivos da pesquisa, era verificado o interesse e a disponibilidade das respondentes para participarem da mesma. Diante do aceite, eram solicitadas a ler o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Apêndice 6) e, não havendo nenhum tipo de contestação, deveriam assinar o documento e receber uma via.

De forma individual ou coletiva, as respondentes recebiam o IHA e, era esclarecido que não existiam respostas certas ou erradas e que, caso nunca tivessem vivenciado, no seu cotidiano, uma das situações mencionadas no instrumento deveriam supor sua ocorrência, fazendo uma previsão de como se comportariam em tal situação. Ressaltou-se a necessidade de preenchimento de todos os itens e foi ratificado o caráter sigiloso das informações.

Tratamento de dados

Para as análises estatísticas dos dados foi utilizado o programa *Predictive Analytics Software (PASW Statistics)*, versão 18.0, anteriormente conhecido como SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*). As respostas das participantes foram digitadas em uma planilha e convertidas em escores totais para cada indicador. Esses dados foram submetidos a análises para verificar a adequação da distribuição e o cumprimento dos pressupostos para a realização de análises multivariadas. Em seguida, foi realizada uma Análise Fatorial Exploratória (AFE) para o indicador frequência, uma vez que, teoricamente, os demais são consequência e dependem da estrutura obtida para ele. Além disso, foram calculados os valores de precisão pelo alfa de Cronbach para todos os cinco indicadores.

Resultados

Os resultados da primeira análise realizada indicaram que o número de dados perdidos foi menor que 10% por caso e de 5% por variável, distribuídos por 13 das 19 variáveis. Desta forma, conforme critérios sugeridos por Hair Jr., Babin, Money e Samouel (2009) e Tabachnik e Fidell (2007), foi possível inferir a aleatoriedade dos dados perdidos, ou seja, a inexistência de um padrão que apontasse algum problema com as questões do instrumento. Assim, qualquer método de preenchimento desses dados faltantes poderia ser utilizado, sem grandes riscos para as análises posteriores. O método *Expectation Maximization* (EM) foi escolhido por ser considerado o mais simples e razoável para o preenchimento de dados, além de especialmente apropriado para técnicas como a AFE, de acordo com Tabachnik e Fidell (2007).

Para a verificação de observações atípicas univariadas, os dados foram transformados em pontuação Z, não sendo encontrado qualquer caso com valor superior

a 3.29. Para verificação de observações atípicas multivariadas, foram analisados os valores de Leverage e a distância de Mahalanobis. No primeiro caso, nenhum valor foi superior a 1, mas no segundo, um caso foi eliminado (qui-quadrado superior a 43,82, calculado para 19 graus de liberdade e $p < 0.001$).

A próxima etapa, ainda de preparação da amostra, agora contendo 189 casos, envolveu a verificação de pressupostos básicos para realização de análises multivariadas de dados. A normalidade foi analisada por meio da assimetria, curtose e inspeção visual do histograma e gráfico Q-Q. Todas as variáveis apresentaram valores dentro do intervalo de - 1 e + 1 para assimetria e - 3 e + 3 para a curtose, conforme critérios de adequação propostos por Hair Jr. et al. (2005). A observação do gráfico complementou esta análise, confirmando as informações.

A linearidade foi verificada por meio de gráficos de dispersão entre os diversos pares de variáveis. Já a homocedasticidade foi inferida com a observação de que os desvios padrões das variáveis eram baixos e de que a diferença entre a menor e a maior variância das mesmas era pequena. Por fim, multicolinearidade em excesso foi descartada ao serem encontradas somente correlações abaixo de 0.90, variâncias proporcionais abaixo de 0.50, valores de tolerância entre 0.49 e 0.86, bastante acima de 0.10, mínimo recomendado e fator de inflação de variância (VIF) entre 1.19 e 2.04, abaixo de 10, valor máximo tolerado, conforme Hair Jr. et. al. (2009).

Com os pressupostos cumpridos, a próxima etapa foi verificar se os dados eram adequados especificamente para a realização de uma AFE. Correlações significativas e com valores acima de 0.30 foram observadas. O valor do determinante da matriz de correlações foi de 0.009, ou seja, diferente de zero, conforme recomendado. O teste de esfericidade de Bartlett foi significativo ($\chi^2 = 851.51$; gl 171; $p < 0.001$), permitindo rejeitar a hipótese nula de que não havia intercorrelações entre os valores. Os dados

indicaram, assim, adequação da amostra para a realização da Análise Fatorial Exploratória.

A matriz anti-imagem das correlações apresentou correlações parciais baixas e medidas de adequação amostral (MSA, sigla em inglês para *Measure of Sampling Adequacy*) para as variáveis, em um intervalo entre 0.55 e 0.87. Como valores abaixo de 0.70 podem ser problemáticos, a variável “17” (Negociar uso de preservativo) foi excluída por ter MSA de apenas 0.55. Nova matriz anti-imagem de correlações foi gerada sem essa variável e os valores ficaram próximos ou acima de 0.70. O índice de adequação total, oferecido pelo índice de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), foi de 0.80, valor considerado “muito bom” por Hair Jr et al. (2009).

Confirmada a adequação dos dados para a AFE, foi realizada inicialmente uma Análise de Componentes Principais, utilizando-se as 18 variáveis restantes. Nessa etapa, não houve solicitação de um número pré-determinado de fatores, escolha de método de rotação e supressão de variáveis de acordo com a carga fatorial. Os valores das comunalidades dos itens do instrumento foram considerados adequados, próximos a 0.50 como recomenda Hair Jr. et al. (2009), com mínimo de 0.31 e máximo de 0.72. De acordo com esta análise inicial, seguindo o critério de Kaiser, as variáveis comporiam um máximo de quatro componentes, uma vez que acima desse número, os autovalores passaram a ser menores que um. O total de variância explicada, nesse caso, seria de 53.97%. No entanto, como advertido por Costello e Osborne (2005), o critério de Kaiser pode muitas vezes superestimar o número de dimensões possíveis de serem extraídas. É o que parece ter ocorrido neste caso, já que a análise do gráfico de sedimentação (Figura 1) parece sugerir apenas um componente. A análise do gráfico corrobora a literatura da área, que indica que a assertividade não se divide em fatores distintos, sendo, portanto, unifatorial.

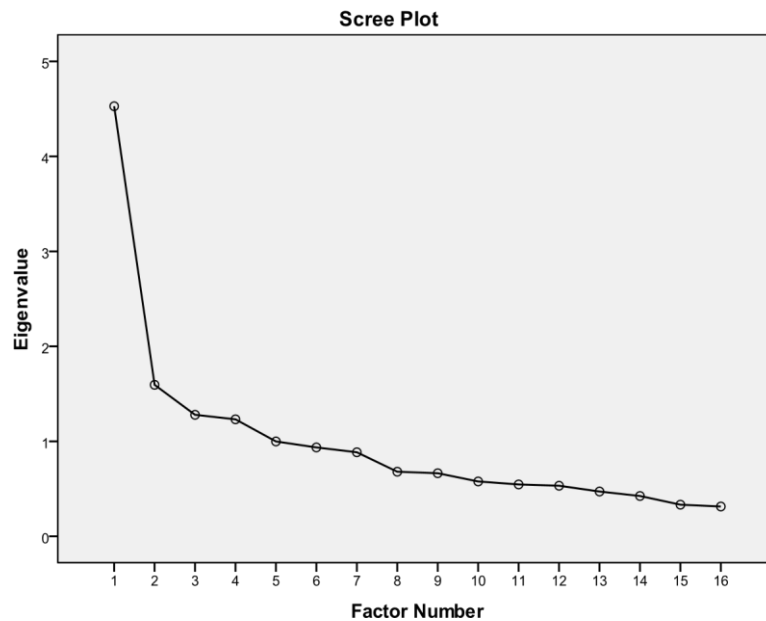


Figura 1. Gráfico de sedimentação para o indicador de **frequência**

Com base nestas duas evidências, foi iniciada a AFE para o indicador frequência, solicitando-se a extração de um fator, com método Máxima Verossimilhança e sem rotação, devido à estrutura unifatorial. Variáveis com carga fatorial inferior a 0.32 foram suprimidas, conforme critério sugerido por Tabachnik e Fidell (2007).

Os dados apresentados na Tabela 7 mostram que 16 itens formaram a estrutura final do IHA, com total de variância explicada de 28.30% e fidedignidade de 0.82, medida pelo alfa de Cronbach. Os itens 11 (Recusar pedidos abusivos) e 13 (Pedir favores a desconhecidos) foram eliminados. O instrumento gera um único escore para frequência, global, que varia entre 0 e 64. Quanto maior o valor, mais elaborado pode ser considerado o repertório de assertividade da participante.

Tabela 7

Peso fatorial dos itens do IHA

Itens do Inventário de Habilidades Assertivas - IHA	Fator 1
15 - Defender outrem em grupo	0,71
07 - Discordar do grupo	0,66
14 - Expressar desagrado a amigos	0,52
04 - Discordar de autoridade	0,51
02 - Interromper a interrupção do outro	0,50
12 – Lidar com críticas justas	0,50
19 - Pedir favores a colegas	0,50
06 - Lidar com críticas injustas	0,49
16 - Pedir ajuda a amigos	0,48
18 - Recusar pedido abusivo	0,42
01 - Pedir mudança de conduta	0,44
05 - Abordar para relacionamento sexual	0,40
09 - Abordar autoridade	0,39
10 - Declarar sentimento amoroso	0,38
08 - Lidar com crítica dos pais	0,34
03 - Apresentar-se a outra pessoa	0,33

Embora o interesse fosse testar a estrutura interna apenas para o indicador de frequência, foi testada, também, a dimensionalidade dos outros quatro indicadores, esperando que também se apresentassem como unidimensionais. Por isso, para cada um deles, foi analisado o gráfico de sedimentação (Figuras 2 a 5) e a fidedignidade, medida pelo Alfa de Cronbach (Tabela 8).

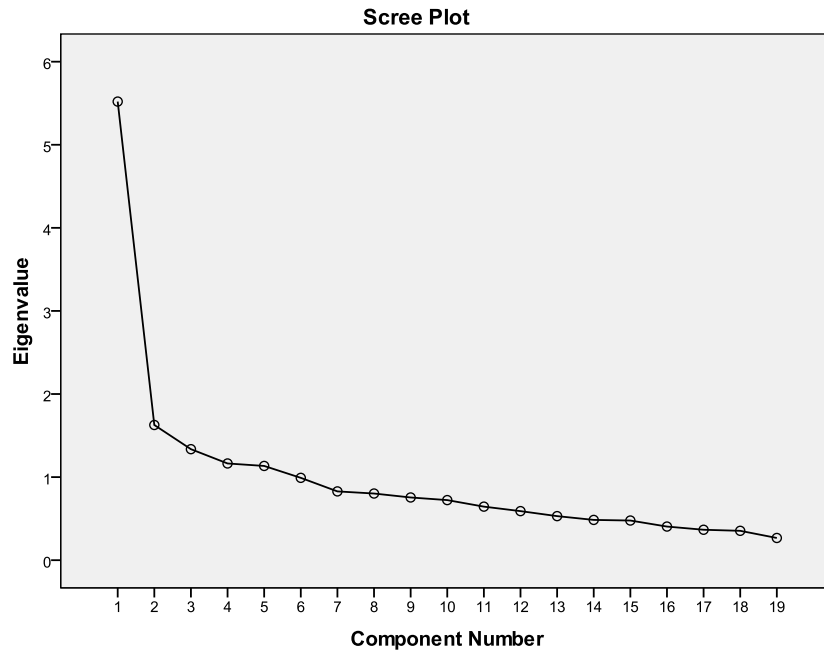


Figura 2. Gráfico de sedimentação para o indicador de **desconforto**

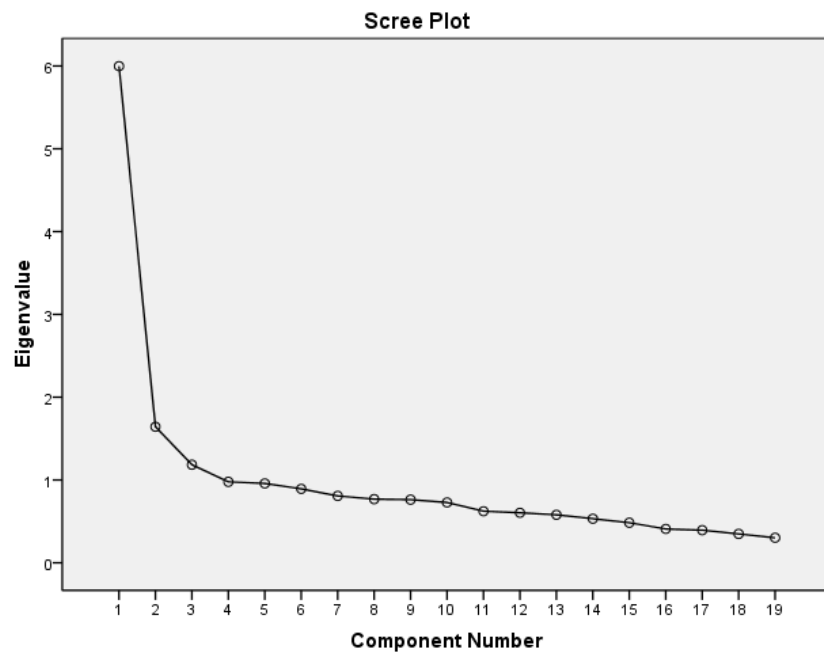


Figura 3. Gráfico de sedimentação para o indicador de **efetividade**

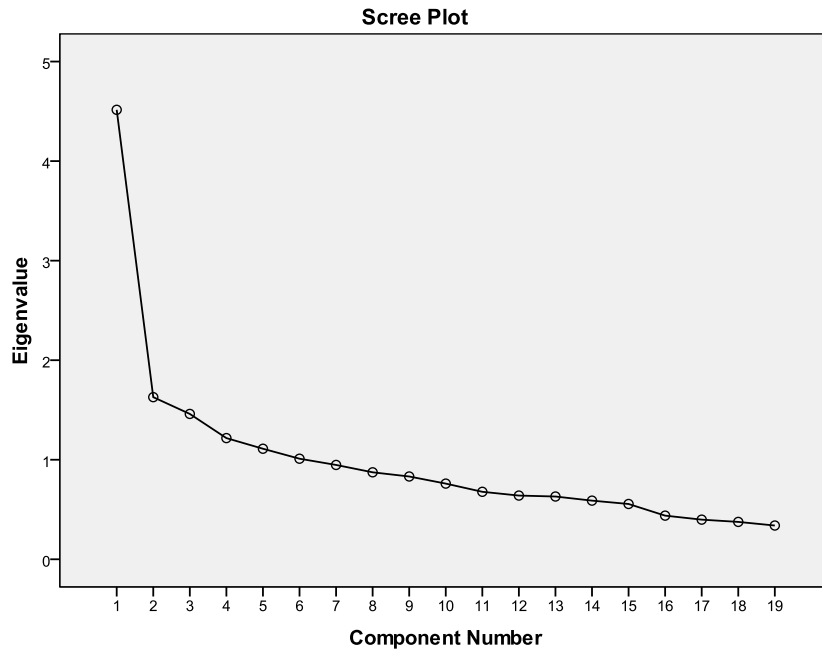


Figura 4. Gráfico de sedimentação para o indicador de **avaliação do ambiente social**

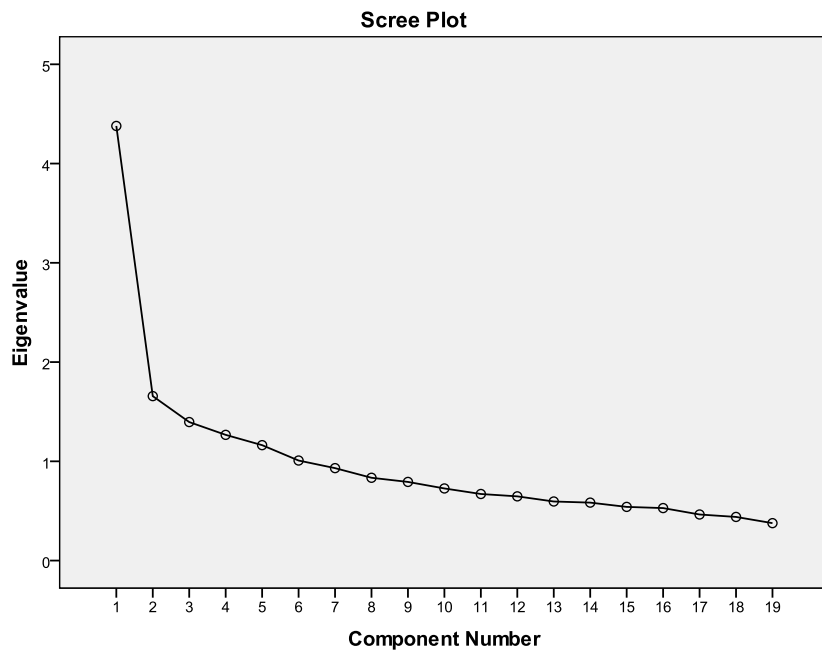


Figura 5. Gráfico de sedimentação para o indicador de **adequação pessoal**

Tabela 8

Fidedignidade medida pelo Alfa de Cronbach, para cada indicador do IHA

Indicador	Alfa de Cronbach
Frequência	0,82
Desconforto	0,85
Efetividade	0,86
Adequação Social	0,80
Adequação Pessoal	0,79

Como se observa nas Figuras 2, 3, 4 e 5, as demais dimensões também se apresentaram como unidimensionais e com valores altamente satisfatórios para o Alfa de Cronbach.

Discussão

Privilegiando o conceito de assertividade adotado neste estudo, bem como seu objetivo, é pertinente abordar neste momento, quatro aspectos, a saber: (a) uma análise dos itens que compõem a escala, (b) da estrutura unifatorial produzida pela AFE, (c) das aplicações do instrumento e (d) das limitações do estudo e dos encaminhamentos de pesquisas futuras.

Em relação ao primeiro ponto, os itens retidos no instrumento possuem uma relação estreita com a formulação conceitual de assertividade dentro do campo teórico-prático do Treinamento das Habilidades Sociais. Nesta direção, todos eles apresentam descrições de classes de respostas assertivas que envolvem afirmação de direitos pessoais e enfrentamento legítimo em situação de risco (A. Del Prette & Del Prette

2010; Z. A. P. Del Prette & Del Prette, 2001). Uma análise desses 16 itens que compõem a escala e das subclasses de habilidades assertivas apresentadas por A. Del Prette e Del Prette (2010) aponta para uma correspondência item-classe. Isso se torna relevante na medida em que, definições operacionais, tais quais as de habilidades assertivas dentro do campo das Habilidades Sociais, permitem que um determinado construto seja investigado em bases mais sólidas, favorecendo o desenvolvimento de uma área de pesquisa (Barker, Pistrang & Elliot, 1994).

Os itens 17 (*Negociar uso de preservativo*), 11 (*Recusar pedidos abusivos*) e 13 (*Pedir favores a desconhecidos*) foram excluídos, já que a representação do construto foi menor do que o recomendando no campo da Psicometria (Tabachnik & Fidell, 2007). Portanto, em sua versão final o IHA ficou composto de 16 itens, número que permite maior facilidade e eficiência na aplicação. Em pesquisas, possibilita o alcance de grandes amostras rapidamente, característica importante e presente em instrumentos de autorrelato (Z. A. P. Del Prette & Del Prette, 2013).

Em relação à estrutura unifatorial obtida, cabe destacar que o IHA mede exclusivamente o construto da assertividade, o que o diferencia de outros instrumentos de avaliação de habilidades sociais, como o próprio Inventário de Habilidades Sociais - IHS-Del-Prette (Z. A. P. Del Prette & Del Prette, 2001), que serviu como referência para sua construção e que contempla diversas classes de habilidades sociais, além da assertividade. Entende-se que, em função da escassez de instrumentos para avaliação de habilidades sociais (Bolsoni-Silva et al., 2006), em especial de assertividade no Brasil, essa escala vem a suprir uma lacuna, tornado-se uma alternativa para avaliação da assertividade feminina.

Ainda sobre esse tema, ao se realizar a comparação entre a adaptação brasileira da Escala de Assertividade de Rathus – RAS (Pasquali & Gouveia 1990) e o IHA,

identificou-se que apenas o IHA apresenta uma estrutura unifatorial. Isso se deve ao fato de que os itens da Escala Rathus contemplam aspectos que não se coadunam com uma definição consistente de assertividade e sobrepõem comportamentos, crenças e características que podem de fato representar fatores diferentes. Tal fenômeno que não ocorre com a noção de assertividade enquanto uma subclasse das habilidades sociais, e que serviu de base para elaboração dos itens do IHA. No que se refere à precisão, com base no Alfa de Cronbach, diferenças pequenas foram identificadas nas duas escalas. Todavia, o IHA apresentou índice de precisão superior no indicador de frequência.

A presença de quatro outros indicadores no IHA favorece uma análise mais completa da assertividade a partir de dimensões que não estão contempladas em outras escalas. Considerando-se os critérios de avaliação da fidedignidade, que recomendam como satisfatório um índice de precisão maior ou igual a 0,70 (Urbina, 2007), pode-se afirmar que todos os indicadores apresentaram índices satisfatórios. Tais indicadores permitem que pesquisadores e terapeutas analítico-comportamentais obtenham dados relevantes acerca da assertividade para: (a) uma melhor caracterização dos déficits e recursos do cliente; (b) nortear o planejamento de objetivos pertinentes e relevantes em intervenções preventivas e terapêuticas; e (c) para aferir a eficácia de programas de treino de habilidades sociais assertivas em diferentes campos de atuação profissional. Com essa aplicabilidade, pode-se afirmar que o IHA preenche uma importante lacuna de estudos quanto a recursos de avaliação dessa habilidade em nosso país.

Como todas as medidas indiretas de avaliação das habilidades sociais, as escalas apresentam como limitação o componente da chamada “desejabilidade social”. Z. A. P. Del Prette e Del Prette (2001) chamam a atenção para o fato de que, em pesquisas de autorrelato, é quase inevitável ocorrer essa tendência do responder conforme o que o grupo social convencionou como aceitável. Para minimizar os efeitos desse fenômeno,

os autores sugerem que o instrumento contenha itens com fraseado negativo, ou seja, a resposta assertiva é indicada pela menor pontuação no item. No presente estudo, contudo, não foi adotada essa providência porque, como se buscou a avaliação de vários indicadores, o fraseado negativo poderia comprometer alguns deles. Mesmo assim, podem-se destacar as vantagens de se dispor de um instrumento desse tipo principalmente na fase inicial da avaliação clínica. Dattilio (2011) destaca que, nesse estágio do processo terapêutico, alguns indivíduos sentem-se mais à vontade para responderem a itens de um instrumento do que para se revelarem verbalmente. Nessa mesma linha, Gresham (2013) destaca a importância dos estudos de autorrelato, em pelo menos dois aspectos. O primeiro que, por possibilitarem a avaliação do comportamento fora do tempo e local de sua ocorrência, podem ser muito valiosos no registro de comportamentos inadequados com consequências extremamente aversivas e/ou de baixa frequência, dificilmente acessados por observação direta. No segundo aspecto, porque as escalas de avaliação “[...] podem ser usadas como um complemento de outros métodos de análise funcional e podem funcionar como um método breve e eficiente de identificação de comportamentos alvo para uma avaliação funcional direta e em profundidade” (Gresham, 2013, p.31).

Outra limitação concentra-se no fato da amostra utilizada pertencer somente a um ponto do território brasileiro, que é amplo e diverso. Não se ignora que, na avaliação do repertório assertivo, devem ser consideradas as características sociodemográficas e que a cultura na qual a pessoa está inserida estabelece contingências diferenciadas, principalmente quanto a normas, regras e expectativas de desempenho social. Portanto, para explorar de forma mais generalizada as possibilidades do IHA, são indispensáveis novas pesquisas visando ampliar o escopo de dados normativos e aprofundar as evidências de validade do IHA. Também é importante

proceder a análises fatoriais confirmatórias com novas amostras, mais heterogêneas, por exemplo, em termos de escolaridade. Finalmente, embora não fosse objetivo do presente estudo, uma direção importante de novas pesquisas seria a de aplicação do IHA em população masculina, verificando-se a validade e precisão do instrumento também junto a respondentes do gênero masculino. Se os índices forem favoráveis, isso poderia viabilizar estudos nacionais de comparação da assertividade entre gêneros, ampliando um debate controverso na literatura atual.

A guisa de conclusão, evidências da literatura indicam que estudos do campo das habilidades sociais, dos quais as habilidades assertivas fazem parte, encontram-se em ascensão mas, ainda, com escassez de instrumentos adaptados para a cultura brasileira. Assim, entende-se que a construção do IHA contribui para suprir essa lacuna e traz alguns diferenciais, quando comparado a outros instrumentos que avaliam a assertividade. Sua principal diferença é, sem dúvida, a de avaliar a frequência autorrelatada da resposta assertiva frente a diferentes demandas sociais, e, adicionalmente, outros elementos relacionados com a assertividade, como desconforto, efetividade da resposta assertiva, adequação social e adequação pessoal da respondente acerca da resposta assertiva.

A inclusão desses quatro indicadores, adicionais ao tradicionalmente presente, de frequência, permite obter outras informações sobre aspectos relevantes na caracterização do desempenho assertivo, especialmente para profissionais que adotam a Análise do Comportamento. O instrumento foi construído com uma forte preocupação de manter a coerência conceitual, uma vez que assume o posicionamento teórico de que a assertividade é uma subclasse das HS e, na interpretação de seus dados, inclui a análise das variáveis situacionais (eventos antecedentes e consequentes), contribuindo também para ampliar a interface entre a Análise do Comportamento e o campo teórico

das Habilidades Sociais. Ademais, volta-se para a investigação de uma população que tem sido alvo de estudos das ciências sociais, mas que carece de mais atenção dentro do campo da Psicologia e, mais ainda da Análise do Comportamento.

Referências

- Adejumo, D. (1981). Sex differences in assertiveness among university students in Nigeria. *Journal of Social Psychology, 113*, 139 – 140.
- Alberti, R. E., & Emmons, M. L. (1978). *Comportamento assertivo: um guia de autoexpressão* (J. M. Corrêa, Trad.). Belo Horizonte, MG: Interlivros. (Trabalho original publicado em 1970).
- Arigbabu, A. A., Ekundayo, O. S. Owolabi-Gabriel, M. A. (2010). Gender, marital status and religious affiliation as factor of assertiveness among Nigerian education majors. *International Journal of Psychology and Counseling, 3*(2), 20-23.
- Ayres, L. S. M. (1994). *Uma escala brasileira para a medida da assertividade*. Dissertação de mestrado. Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro, RJ.
- Bandeira, M., & Quaglia, M. A. (2005). Habilidades Sociais de estudantes universitários: identificação de situações sociais significativas. *Interação em Psicologia, 9*(1), 45-55.
- Barker, C., Pistrang, N., & Elliot, R. (1994). *Research methods in clinical and counseling psychology*. NY: John Wiley & Sons.
- Bolsoni-Silva, A. T., Del Prette, Z. A. P, Del Prette, G., Montanher, A. R., Bandeira, M., & Del Prette, A. (2006). A área das habilidades sociais no Brasil: Uma análise dos estudos publicados em periódicos. In: M. Bandeira, Z. A. P. Del Prette

- & A. Del Prette (Orgs.). *Estudos sobre habilidades sociais e relacionamento interpessoal* (pp. 17-46). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Braz, A. C., & Del Prette, Z. A. P. (2011). Programa de habilidades sociais assertivas para idosos. In: A. Del Prette & Z. A. P. Del Prette (Orgs). *Habilidades sociais: intervenções efetivas em grupo* (pp. 231-260). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Chandler, T. A., Cook, B., & Dugovics, D. A. (1978). Sex differences in self-reported assertiveness. *Psychological Reports*, *43*, 395-402.
- Conselho Federal de Psicologia (2003). Resolução CFP N.º 002/2003. Recuperado em 12 de março, 2013, de http://www2.pol.org.br/satepsi/CD_testes/pdf/Resolu%20E7%E3o%20CFP%20n%20BA%20002-03%20-%20sem%20anexo.pdf.
- Costello, A. B., & Osborne, J. W. (2005). Best practices in exploratory factor analysis: Four recommendations for getting the most from your analysis. *Practical Assessment Research & Evaluation*, *10* (7), 1-9.
- Critério Brasil de Classificação Socioeconômica (2013). Recuperado em 12 de março, 2013, de www.abep.org/criterioBrasil.aspx.
- Dattilio, F. M. (2011). *Manual de terapia cognitivo - comportamental para casais e famílias*. Porto Alegre: Artmed.
- Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. (2010). *Psicologia das relações interpessoais: Vivências para o trabalho em grupo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (2001). *Inventário de Habilidades Sociais (IHS-Del-Prette): Manual de aplicação, apuração e interpretação*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (2005). *Psicologia das habilidades sociais na infância: Teoria e prática*. Petrópolis, RJ: Vozes.

- Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (2013). Avaliação de habilidades sociais: Bases conceituais, instrumentos e procedimentos. In: A. Del Prette & Z. A. P. Del Prette (Orgs.). *Psicologia das habilidades sociais: Diversidade Teórica e suas implicações* (pp. 187-229). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Fumo, V. M. S., Manolio, C. L., Bello, S., & Hayashi, M. C. P. I. (2009). Produção científica em habilidades sociais: estudo bibliométrico. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, XI(2), 246-266.
- Gambrill, E. D., & Richey, C. A. (1975). An assertion inventory for use in assessment and research. *Behavior Therapy*, 6, 550-561.
- Gresham, F. M. (2013). Análise do comportamento aplicada às habilidades sociais. In: A. Del Prette & Z. A. P. Del Prette (Orgs.). *Psicologia das habilidades sociais: Diversidade teórica e suas implicações* (pp.17-66). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Hair Jr., J. F., Babin, B., Money, A. H., & Samouel, P. (2005). *Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração*. Porto Alegre: Bookman.
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada dos dados* (6a ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Hidalgo, C. H., & Abarca, N. M. (1992). *Comunicación interpersonal – Programa de Entrenamiento en Habilidades Sociales*. Santiago do Chile: Editorial Universitaria.
- Hurlbert, D. F. (1991) The role of assertiveness in female sexuality: A comparative study between sexually assertive and sexually nonassertive women. *Journal of Sex and Marital Therapy*, 17, 183-190.
- Lange, A. J., & Jakubowski, P. (1976). *Responsible Assertive Behavior*. Illinois: Research Press Co.

- MacCartan, P. J., & Hargie, O. D. W. (1990). Assessing assertive behavior in student nurses: a comparison of assertion measures. *Journal of Advanced Nursing, 15*, 1370-1376.
- MacFall, R. M. (1982). A review and reformulation of the concept of social skills. *Behavioral Assessment, 4*, 1-33.
- Marchezini-Cunha, V., & Tourinho, E. Z. (2010). Assertividade e autocontrole: interpretação analítico-comportamental. *Psicologia: Teoria e Prática, 26*(2), 295-304.
- Morokoff, P. J., Quina, K., Harlow, L. L., Whimire, L., Grimley, D. M., Gobson, P. R., & Burkholder, G. J. (1997). Sexual Assertiveness Scale (SAS) for Women: Development and validation. *Journal of Personality and Social Psychology, 73*, 790-804.
- Nelson, R. O., Hayes, S. C., Felton, J. L., & Jarrett, R. B. (1985). A comparison of data produced by different behavioral assessment techniques with implications for models of social-skills inadequacy. *Behavioral Research and Therapy, 23*(1), 1-11.
- Onyeizugbo, E. U. (1998). The roles of gender, age and educational level in assetiveness and marital adjustment. *Unpublished Master's Thesis*, University of Nigeria, Nsukka.
- Onyezuigbo, E. U. (2003). Effects of gender, age and education on assertiveness in a Nigerian sample. *Psychology of Women Quarterly, 27*, 12 – 16.
- Ory, J. C., & Helfrich, L. M. (1976). *A study of individual characteristics and career aspiration*. Paper presented at the Annual Meeting of the American Educational Research Association, San Francisco, April.

- Pasquali, L. (2010). *Instrumentação psicológica: Fundamentos e práticas*. Porto Alegre: Artmed.
- Pasquali, L., & Gouveia, V. V. (1990). Escala de Assertividade de Rathus – RAS: adaptação brasileira. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 6(3), 233-249.
- Rathus, S. A. (1973). A 30-item schedule for assessing assertive behavior. *Behavior Therapy*, 4, 398-406.
- Scherbarth, A. (2002). Dating, assertiveness, and misconceptions of assertion. *Undergraduate Research Journal*, 01. Recuperado em 31 de março, 2011, de <http://www.kon.org/urc/scherbarth.html>.
- Skinner, B. F. (1945). The operational analysis of psychological terms. *Psychological Review*, 52, 270-277/291-294.
- Skinner, B. F. (1991). *Sobre o behaviorismo* (M. P. Villalobos, Trad.). São Paulo, SP: Cultrix. (Trabalho original publicado em 1974).
- Skinner, B. F. (1994). *Ciência e comportamento humano* (J. C. Todorov & R. Azzi, Trad.). São Paulo, SP: Martins Fontes (Trabalho original publicado em 1953).
- Tabachnik, B. G., & Fidell, L. S. (2007). *Using Multivariate Statistics* (5th ed.). Boston.
- Teixeira, C. M., Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. (2015). *Inventário de Habilidades Assertivas (IHA) para mulheres*. Caderno de aplicação disponível com os autores.
- Twenge, J. M. (2001). Changes in Women's Assertiveness in Response to Status and Roles: A Cross-Temporal Meta-Analysis, 1931-1993. *Journal of Personality and Social Psychology*, 81(1), 133-145.
- Urbina, S. (2007). *Fundamentos da testagem psicológica*. Porto Alegre: Artmed.
- Yong, F. L. (2010). A study on the assertiveness and academic procrastination of english and communication students at a private university. *American Journal of Scientific Research*, 9, 62-72.

CARACTERIZAÇÃO DO REPERTÓRIO ASSERTIVO EM MULHERES INSERIDAS NO MERCADO DE TRABALHO

RESUMO

As investigações sobre a assertividade têm regularmente mostrado um melhor repertório masculino comparado com o feminino. Contudo, poucos são os estudos que têm abordado exclusivamente a assertividade feminina e sua relação com variáveis sociodemográficas (idade, tempo de atuação profissional, remuneração, quantidade de filhos, número de graduações de nível superior, quantidade de empregos e tempo de migração do meio rural para o meio urbano). Este artigo tem como objetivos caracterizar o repertório assertivo de mulheres inseridas no mercado de trabalho e verificar a associação de variáveis sociodemográficas com o escore geral de assertividade. Participaram 190 mulheres, maranhenses, com escolaridade superior e inseridas no mercado de trabalho. Elas responderam ao Inventário de Habilidades Assertivas (IHA), constituído de 16 itens e cinco indicadores: frequência, desconforto, efetividade, adequação social e adequação pessoal da resposta assertiva, cada item variando de zero e quatro e o escore total entre 0 e 64. A análise de todos os indicadores apontou maiores médias para as habilidades assertivas *Defender outrem em grupo* e *Pedir ajuda a amigos* em todos os indicadores, com exceção do indicador desconforto, cuja maior média foi para a habilidade *Abordar para relacionamento sexual*. As menores médias dos demais indicadores se concentraram na habilidade de *Abordar para relacionamento sexual*. A relação inversa entre frequência e desconforto alinha-se com os achados da literatura nessa área. Quanto às variáveis sociodemográficas, foi encontrada correlação positiva entre os escores de assertividade e o número de cursos superiores e negativa para o tempo de migração do interior para a capital. Discute-se a influência de variáveis culturais e escolaridade para a explicação da assertividade de mulheres. Indica-se a necessidade de novas investigações com população feminina com características sociodemográficas e culturais variadas.

Palavras-Chave: assertividade; mulheres; mercado de trabalho.

CHARACTERIZATION OF THE ASSERTIVENESS REPERTOIRE IN WOMEN EMPLOYED IN THE LABOR MARKET

ABSTRACT

The investigations on assertiveness have regularly showed a better male repertoire in this area if compared with the female. However, there are only few studies that have approached exclusively the female assertiveness and its relation with the sociodemographic variables (age, time of professional activity, income, number of children, number of higher education degrees, number of jobs and time of migration from countryside to urban area). This paper aims to characterize the female assertiveness repertoire and to verify the association of sociodemographic variables on the general score of assertiveness. One hundred and ninety women from Maranhão, higher educated and currently employed in the labor market, have answered the Assertiveness Skills Inventory (IHA), constituted of 16 items and five indicators: frequency, discomfort, evaluation of objectives, social evaluation and personal evaluation of the assertive answer. Each item could have a value between 0 and 4 and the total score between 0 and 64. The means analysis of all the indicators have presented higher means for the

assertiveness skills of *Defending someone else in group* and *Asking friends for help* in all the indicators, except the discomfort indicator, whose highest mean was for the skill of *Approaching for sexual intercourse*. On the other hand, the lowest means of the other indicators were concentrated in the *Approaching for sexual intercourse* skill. The information is in accordance with literature that indicates that the higher the social skills repertoire, the lower the discomfort level and vice-versa. As for the sociodemographic variables, a significant positive correlation of the quantity for the number of higher education degrees and a significant negative correlation for the time of migration from countryside to capital were found, which means that more higher education degrees and shorter time of migration from countryside to urban area are associated with a higher frequency of self-report of assertiveness skill. The influence of cultural variables and formal education are discussed for the explanation of female assertiveness. The need of new investigations with women population with varied sociodemographic and cultural characteristics is indicated.

Keywords: assertiveness; women; labor market.

Historicamente o papel da mulher na sociedade brasileira esteve sempre atrelado a atividades consideradas de “menor expressão”, tais como o cuidado com as atividades domésticas e a educação dos filhos. A alternativa a essas atividades, também denominadas “prezadas do lar”, era a de “professora normalista”. Este cenário começou a ser alterado por uma multiplicidade de fatores, entre eles a promulgação da Constituição Brasileira de 1934 - quando foi implantado o direito ao voto universal. Contudo, foi na década de 1980, no contexto do fim da ditadura militar, que se desencadeou uma série de discussões sobre direitos civis, inclusive para as mulheres, que foram consolidados na Constituição Federal de 1988.

Apesar do aprofundamento dos direitos estabelecidos legalmente, observa-se que as ferramentas que possibilitam o alcance concreto dos mesmos ainda são ineficazes. Esse debate tornou-se relevante em diferentes áreas do conhecimento. Na Psicologia, um campo teórico-prático que vem buscando soluções concretas para a legitimação desses direitos é o do Treinamento das Habilidades Sociais. No nível teórico, com formulação de conceitos fundamentais para o entendimento das relações interpessoais, tais como os conceitos de: Habilidades Sociais (HS) e Competência

Social (CS). No nível prático, com os avanços no desenvolvimento de procedimentos e estratégias para o Treino de Habilidades Sociais (THS) que são defendidas como importantes para o planejamento de práticas culturais comprometidas com a modificação nas interações, por essa via favorecendo melhor qualidade de vida para os indivíduos (A. Del Prette & Del Prette, 2010; 2011).

No campo das habilidades sociais, um conceito que se mostra intrinsecamente relacionado com o debate da política de direitos é o de assertividade. Ainda que existam divergências conceituais desde sua formulação, no final da década de 1940 (Rimm & Masters, 1983; Z. A. Del Prette & Del Prette, 1999), os autores são unânimes em afirmar que se comportar assertivamente, ou mostrar-se competente em tarefas que envolvem assertividade é um caminho favorável para a saúde, a qualidade das relações, a autoestima e outros aspectos positivos da convivência social.

Os dados da literatura apontam resultados contraditórios acerca das investigações sobre assertividade feminina. Os estudos de Ory e Helfrich (1976) e Adejumo (1981) encontraram diferenças significativas na assertividade entre homens e mulheres. Indo ao encontro desses estudos, Yong (2010) apontou diferenças significativas quanto ao gênero, favorável aos homens, em dois itens da escala Rathus, no item 26. *“Quando recebo um elogio, às vezes não sei o que dizer”* e o item 27, *“Se um casal perto de mim, em um teatro ou em uma conferência, estiver conversando alto, eu pediria para ficarem quietos ou para irem conversar em outro lugar”*.

Por outro lado, há estudos (Arigbabu, Ekundayo & Owolabi-Gabriel, 2010; Scherbarth, 2002) que não encontram diferenças significativas entre homens e mulheres quanto à assertividade. A pesquisa de Chandler, Cook e Dugovics (1978) não encontrou diferenças significativas entre homens e mulheres, em 25 dos 30 itens da escala Rathus. Entretanto, dos cinco itens em que houve diferenças, quatro sugerem maior relato de

assertividade entre mulheres, *o cuidado em não ferir os sentimentos dos outros, a percepção de que outras pessoas são mais assertivas ou mais agressivas, preferir tentar um emprego através de carta do que de entrevista pessoal e evitar fazer perguntas por medo de parecer estúpido*. Esse dado sugere que é importante considerar não somente o gênero mas também variáveis sociodemográficas.

Nessa linha, também se pode destacar o estudo de Onyeizugbo (2003) que, investigando os efeitos entre gênero, idade e educação sobre a assertividade em uma amostra de indivíduos nigerianos casados, e usando como instrumento de medida a *Assertive Behavior Assessment Scale – ABAS*, encontrou diferenças significativas entre homens e mulheres nigerianos jovens, apontando escores mais elevados em homens do que em mulheres. No entanto, quando investigada a assertividade em homens e mulheres nigerianos mais velhos, os dados indicaram que as mulheres apresentaram escores mais elevados do que os homens e do que as mulheres mais novas.

Os dados contraditórios entre os resultados das pesquisas, encontrados na literatura sobre assertividade e gênero, podem estar relacionados a condições metodológicas das investigações. Z. A. Del Prette e Del Prette (1999) apontam para pelo menos três variáveis que podem afetar os resultados de uma pesquisa de Habilidades Sociais: (1) a coleta de informações por meio de inventários com conteúdos e itens diferentes, que pode tornar as comparações inviáveis; (2) as condições ambientais onde essas coletas são realizadas e; (3) os estudos psicométricos que envolvem ampla amostragem, mas nem sempre são efetuados em população clínica. Além disso, as diferenças nos resultados podem ser explicadas em função do indicador utilizado, se autorrelato (que demanda autoavaliação) ou se de avaliação por outros. Pode-se supor que o contexto terapêutico favoreça o autorrelato mais do que no

contexto não terapêutico. Considerando que nem sempre os indivíduos estão interessados em relatar seu desempenho fora de um processo terapêutico.

Outra fonte de resultados controversos pode estar associada ao tipo de indicador produzido pelas pesquisas. Em geral estudos abrangentes de habilidades sociais focam somente indicadores de frequência ou de frequência e dificuldade de respostas diante de determinadas demandas. Visando ampliar isso, Teixeira, Del Prette & Del Prette (2015) criaram uma escala multimodal para avaliação da assertividade que, para além do indicador de frequência, incluiu indicadores do contexto cultural e de variáveis encobertas enquanto possíveis fatores associados a esse construto. A escala denominada de Inventário de Habilidades Assertivas (IHA) apresenta uma versão resumida e adaptada de itens do Inventário de Habilidades Sociais (IHS-Del Prette), constituída de 16 itens após uma análise fatorial exploratória para o indicador de frequência, apresentou indicadores de validade excelente e consistência interna ($\alpha=0,82$).

Embora haja divergências nos achados acerca da assertividade e gênero, há evidências na literatura que apontam para uma visão majoritária no que se refere à influência de variáveis situacionais, culturais e sociodemográficas na compreensão da assertividade feminina. Sigler, Burnett e Child (2008), por exemplo, realizaram um estudo sobre assertividade em duas regiões dos EUA - Upper Midwest e New York. Os resultados indicaram maior assertividade em homens do que em mulheres em Upper Midwest, região com nível médio de urbanização. Em New York, região bem mais urbanizada, não foram verificadas diferenças significativas entre os gêneros. Todavia, a análise da assertividade feminina indicou que as mulheres de New York apresentaram escores mais elevados do que as de Upper Midwest, sugerindo que fatores socioeconômicos e culturais exercem grandes influências na asserção. Uma metanálise

dos estudos sobre assertividade, no período de 1931 a 1993, conduzida por Twenge (2001), revelou que a assertividade das mulheres tem aumentado, o que não tem sido observado nos escores de assertividade dos homens. Isto pode ser explicado pela elevação da participação feminina nos mais diversos setores da sociedade, o que deve exigir um maior posicionamento diante de variadas demandas. Na medida em que essas demandas se relacionam principalmente com a inserção da mulher no mercado de trabalho, é fundamental analisar a assertividade das mulheres em diferentes realidades econômicas, com nível de escolaridade superior e inseridas no mercado de trabalho.

Segundo Rodriguez, Johnson e Combs (2001), poucos são os estudos que têm abordado exclusivamente a assertividade feminina e sua relação com as variáveis sociodemográficas, o que indica uma linha de pesquisa a ser explorada. Na perspectiva de contribuir com esse debate, os autores citados desenvolveram um estudo com o objetivo de investigar as relações de seis variáveis (idade, estado civil, etnia, ordem de nascimento, a classificação acadêmica e história prévia de terapia) com a assertividade de mulheres hispânicas (América Latina) que cursavam graduação e pós-graduação. Os resultados indicaram que a classificação acadêmica e etnia foram variáveis significativas associadas com níveis de assertividade. As estudantes de pós-graduação e as de origem anglo-americanas apresentaram escores superiores se comparado com as de graduação e de origem latino-americanas.

No estudo de Mathison (1986), homens e mulheres observaram uma mulher se comportando de forma assertiva e em seguida, preenchiam um instrumento avaliando o desempenho da mesma. Os homens relatam percepção positiva em relação ao comportamento assertivo da mulher, enquanto que as mulheres relatam percepção negativa. Yoshioka (2000) investigou diferenças no conceito de assertividade, agressividade e passividade em mulheres espanholas, caucasianas e afro-americanas. A

análise das respostas indicou que há diferenças substanciais em termos do que constitui o comportamento passivo, assertivo e agressivo. Os grupos foram capazes de compreender o conceito de assertividade enquanto um comportamento de defesa de direitos, mas cada grupo apresentou limites entre adequado e inadequado de responder diferente, dependendo da situação apresentada.

Os estudos referidos apontam para a importância de examinar a associação entre variáveis sociodemográficas e assertividade feminina. No entanto, somente foram encontrados estudos relacionados essa classe de habilidade social a gênero, idade, etnia, cultura, escolaridade e estado civil. Diante dos achados da literatura algumas hipóteses podem ser levantadas. Considera-se que as mulheres mais novas, com maior remuneração, cursos superiores e que migraram há mais tempo do interior para a capital apresentariam um repertório mais frequente de respostas assertivas do que as mais velhas, com menor remuneração, menor quantidade de cursos superiores e com menor tempo de migração.

Conforme Teykal e Rocha-Coutinho (2007) e Otobe (2012), em âmbito mundial houve um acréscimo de mulheres trabalhadoras na primeira década do século XXI, consolidando o maior nível histórico destas no mercado de trabalho. Todavia, não houve redução da desigualdade de condições de trabalho e remuneração relativos aos homens.

Somando-se às transformações relacionadas à maior participação feminina no mercado de trabalho, há o fato de que os novos paradigmas organizacionais têm valorizado o desenvolvimento de habilidades sociais (Miguel & Garb, 2003; Smith-Jentsch, Salas & Backer, 1996) tais como: coordenação de grupo; lideranças de equipes, manejos de estresses e de conflitos interpessoais e grupais, organização de tarefas, resolução de problemas e tomadas de decisão (A. Del Prette & Del Prette, 2010). Isso

sugere que, ao se inserirem no mundo do trabalho, exige-se das mulheres a competência para falar em público, argumentar e convencer na exposição de idéias, planos e estratégias. No presente, essa expressão, pela influência decorrente da inserção da mulher no mundo do trabalho, pode vir a ser geradora de consequências reforçadoras.

Os elementos apresentados ratificam a importância de novos estudos sobre a assertividade feminina. A análise da literatura mostra que o tema da assertividade feminina é instigante e suscita diferentes problemas de pesquisa. Esta investigação, portanto, tem como objetivos caracterizar o repertório assertivo de mulheres inseridas no mercado e trabalho, em relação aos seus diferentes indicadores: frequência, desconforto, efetividade, adequação social e adequação pessoal e verificar sua associação com sociodemográficas (idade, tempo de atuação profissional, remuneração, quantidade de filhos, número de graduações de nível superior, quantidade de empregos e tempo de migração do meio rural para o meio urbana).

Método

Esta pesquisa orienta-se pelos preceitos do Conselho Nacional de Saúde no que se refere às Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa envolvendo Seres Humanos (Resolução 196/96), e foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade de Taubaté, São Paulo (Protocolo CEP/UNITAU n^o 467/11, Anexo 1).

Delineamento

Foi utilizado o delineamento Não experimental, descritivo e correlacional. Segundo Barker, Pistrang e Elliot (1994) este tipo de delineamento de estudo permite descrição de variáveis, exame das associações entre variáveis, predições e exploração

de possíveis nexos causais, gerando hipóteses para investigações experimentais e aplicadas sobre relações entre o fenômeno estudado e seus determinantes.

Participantes

A amostra foi constituída de 190 mulheres, naturais do estado do Maranhão e residentes na capital São Luís, com nível de escolaridade superior, inseridas no mercado de trabalho dos setores da Educação e Saúde. A idade das participantes variou de 26 a 69 anos, com média de 41,16 (DP= 9,4). Uma caracterização mais completa dos dados sociodemográficos da amostra pode ser visualizada na Tabela 9. Esses dados foram coletados com o instrumento denominado Inventário de Habilidades Assertivas – IHA e focalizaram: (a) Idade; (b) Tempo de atuação profissional (em anos); (c) Quantidade de filhos; (d) Número de cursos superiores; (e) Quantidade de empregos; e (f) Tempo de migração do meio rural para o meio urbano.

Tabela 9

Dados sociodemográficos da amostra

Variáveis	Mínima	Máxima	Média (DP)
Tempo de atuação profissional	1	37	14,40 (DP= 8,83)
Quantidade de filhos	1	5	1,85 (DP= ,84)
Número de cursos superiores	1	3	1,15(DP=40)
Quantidade de empregos	1	7	1,95 (DP=1,03)

Tempo de migração	1	50	16,94 (DP=12,35)
-------------------	---	----	------------------

Classe socioeconômica*	Classes	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
	A1	13	6,9
	A2	57	30,2
	B1	58	30,7
	B2	45	23,8
	C1	15	7,9
	C2	1	0,5
	D	-	-
	E	-	-

*Conforme Critério Brasil de Classificação Socioeconômica (www.abep.org/criterioBrasil.aspx, Anexo 2).

Os dados descritivos da amostra, apresentados na Tabela 9, indicam que a mesma apresenta-se equilibrada do ponto de vista classe socioeconômica. Destaca-se que a maior parte das mulheres tem de 1 a 7 empregos e encontram-se em níveis socioeconômicos superiores (acima de B).

Local

A coleta de dados aconteceu nos locais de trabalho das participantes: escolas (municipais e estaduais), universidades, hospitais (universitários e municipais) e postos de saúde.

Instrumento

Inventário de Habilidades Assertivas - IHA. É um instrumento de autorrelato, com uma folha de rosto de instruções e uma folha de itens que constituem uma versão resumida e adaptada de itens do Inventário de Habilidades Sociais (IHS-Del-Prette, Z. A. P. Del Prette & Del Prette, 2001). Cada item descreve uma situação de demanda para resposta assertiva. Ao lado de cada item são apresentadas cinco colunas com os seguintes indicadores: frequência, desconforto, efetividade, adequação social e adequação pessoal. Para a **frequência** da resposta, tem-se uma escala tipo *Likert*, de cinco pontos, que varia de 0-2 (em cada 10 situações desse tipo, reajo dessa maneira no máximo duas vezes) a 9-10 (em cada 10 situações desse tipo, reajo dessa maneira no máximo nove a 10 vezes). Para avaliar o **desconforto** na emissão da resposta assertiva, uma escala de cinco pontos, que varia de 0 a 4, apresentando as seguintes opções: 0= Nenhum, 1= Pouco, 2= Médio, 3= Muito ou 4= Muitíssimo. Para identificação da efetividade atribuída à resposta em termos de **efetividade**, uma escala semelhante ao indicador de frequência é apresentada. Para a **adequação social**, ou seja, contingências ministradas pelo ambiente social à resposta assertiva, uma escala de cinco pontos, que varia de -2 a 2 e apresenta as opções: -2= Reprova muito, -1= Reprova, 0= Nem aprova, nem reprova, 1= Aprova, 2= Aprova muito. Por último, cabe à respondente avaliar **adequação pessoal** da própria resposta assertiva, considerando os ganhos e perdas decorrentes da mesma, em uma escala com cinco pontos, que varia de -2 a 2 é

apresentada com as opções: -2= Muito inadequada, -1= Inadequada, 0= Nem adequada, nem inadequada, 1= Adequada e 2= Muito adequada. A análise fatorial exploratória, dos dados desse instrumento, conduzida com base no indicador de frequência, produziu um fator único, com 16 itens e consistência interna de 0,82 (Manuscrito 3; Teixeira, Del Prette & Del Prette, 2015).

Procedimento

Inicialmente, foi feita uma divulgação com cartazes em locais de circulação das possíveis participantes e entregue carta de apresentação da pesquisa para a direção das instituições com possibilidade de presença de potenciais participantes. Em seguida, foi estabelecido contato de forma aleatória com as pessoas que atendiam aos critérios de inclusão aos objetivos da pesquisa.

Após a apresentação da pesquisadora e uma breve descrição dos objetivos da pesquisa, era verificado o interesse e a disponibilidade das respondentes para participarem da mesma. Diante do “aceite”, eram solicitadas a ler o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Apêndice 6) e, não havendo nenhum tipo de contestação, deveriam assinar o documento e receber uma via.

De forma individual ou coletiva, as respondentes recebiam inicialmente o IHA e, após o preenchimento do mesmo, recebiam orientações sobre como responder ao Protocolo de Caracterização Individual – PCI. Foi esclarecido que no IHA não existiam respostas certas ou erradas e que, caso nunca tivessem vivenciado uma das situações mencionadas no instrumento no seu cotidiano, deveriam supor sua ocorrência, fazendo uma previsão de como se comportariam em tal situação. Ressaltou-se a necessidade de preenchimento de todos os itens, e foi ratificado o caráter sigiloso das informações.

Não foi delimitado tempo para preenchimento do instrumento, mas a média foi de 35 minutos, variando de 23 minutos a 1h17minutos. No caso de aplicação coletiva dos instrumentos, foi dada ênfase ao preenchimento individual sem comunicação entre as participantes. Após o término do preenchimento dos instrumentos os mesmos eram recolhidos pela pesquisadora e era, então, agradecida a participação na pesquisa. Em cinco instituições, após a coleta dos dados a pesquisadora apresentou uma palestra cujo conteúdo enfatizava a importância das Habilidades Sociais Assertivas nas relações interpessoais. Este foi um recurso utilizado para facilitar a coleta e também uma forma de retribuir a contribuição das participantes.

Tratamento de dados

Para análise estatística dos dados foi utilizado o programa SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*), versão 18.0. A primeira etapa consistiu em digitar os dados na planilha e para isso foi feita a tabulação dos dados das participantes, quanto ao setor, etnia, estado civil e classe socioeconômica, esta última conforme instruções do Critério Brasil. No caso dos dados do IHA, foram digitados os valores numéricos associados à frequência, desconforto, efetividade, adequação social e adequação pessoal.

O procedimento seguinte envolveu a realização de análises estatísticas descritivas a partir do cálculo do escore total pelo somatório dos valores de todos os indicadores. Em seguida, obteve-se a média e desvio padrão do escore total para cada um dos indicadores e os valores médios de cada um dos itens de todos os indicadores. Posteriormente, foram feitas as análises estatísticas inferenciais de correlações (*Pearson*) entre os diferentes indicadores. Foram realizadas análises que correlacionaram os escores totais de todos os indicadores entre si, o escore de

frequência com demais indicadores e escore total de frequência com variáveis sociodemográficas. Foi computado o tamanho dos efeitos das correlações, considerando-se o seguinte critério (Field, 2005): fracas = abaixo de 0,3; moderadas = de 0,3 a 0,5; fortes = de 0,5 a 1,0.

Resultados

O escore de cada indicador do IHA pode pontuar de 0 a 64. Como ainda não se dispõe de dados normativos, optou-se por dividir este intervalo em quatro partes iguais (quartis 0-16, 17-32, 33-48 e 49-64), como forma de situar a variação dos escores. A Tabela 10 ilustra a pontuação mínima, máxima e a média do escore total de cada um dos indicadores do IHA.

Tabela 10

Pontuação mínima, máxima e a média (DP) de todos os indicadores do IHA

Indicadores	Pontuação Mínima	Pontuação máxima	Média (DP)
Frequência	7	58	33,00 (10,27)
Desconforto	0	50	28,19 (10,11)
Efetividade	8	64	36,54 (8,97)
Adequação Social	18	64	37,33 (7,65)
Adequação Pessoal	21	64	45,03 (7,61)

Os indicadores de frequência, efetividade, adequação social e adequação pessoal concentraram-se no terceiro quartil e o indicador desconforto no segundo. Resultado

esperado uma vez que menores pontuações nesse indicador sugerem menor desconforto e, ao mesmo tempo, maiores pontuações nos demais indicadores.

A média de frequência de cada item do IHA foi identificada conforme relato da respondente em cada um dos indicadores. A Tabela 11 apresenta a média de frequência e o desvio padrão dos indicadores do IHA.

Tabela 11

Média de frequência e desvio padrão (DP) dos indicadores do IHA para cada um dos itens do instrumento

Itens do Inventário de Habilidades Assertivas - IHA	Indicadores				
	Frequência	Desconforto	Efetividade	Adequação Social	Adequação Pessoal
	Média (DP)	Média (DP)	Média (DP)	Média (DP)	Média (DP)
01 - Pedir mudança de conduta	2,14 (1,30)	1,85 (1,15)	2,45 (1,09)	1,89 (0,92)	2,60 (1,04)
02 - Interromper a interrupção do outro	1,98 (1,20)	1,82 (1,09)	2,46 (1,09)	2,20 (0,96)	2,76 (1,03)
03- Apresentar-se a outra pessoa	1,37 (1,37)	1,55 (1,27)	2,11 (1,33)	2,25 (0,88)	2,57 (0,95)
04 - Discordar de autoridade	2,13 (1,24)	1,46 (1,09)	2,32 (1,00)	2,35 (0,94)	2,92 (0,86)
05 - Abordar para relacionamento sexual	0,72 (1,14)	2,24 (1,50)	1,54 (1,33)	1,82 (1,02)	2,08 (1,19)
06 - Lidar com críticas injustas	2,68 (1,25)	2,18 (1,24)	2,45 (1,08)	2,05 (1,13)	2,87 (1,05)
07 - Discordar do grupo	2,49 (1,14)	1,44 (1,01)	2,31 (0,93)	2,41 (0,89)	3,04 (0,83)
08 - Lidar com crítica dos pais	2,07 (1,18)	2,16 (1,09)	2,13 (1,05)	2,29 (1,06)	2,65 (1,03)

09 - Abordar autoridade	1,24 (1,26)	1,70 (1,21)	1,81 (1,18)	2,38 (0,84)	2,67 (1,02)
10 - Declarar sentimento amoroso	1,88 (1,32)	1,50 (1,25)	2,24 (1,08)	2,49 (0,96)	2,85 (0,93)
11 - Lidar com críticas justas	2,73 (1,14)	1,74 (1,23)	2,59 (0,97)	2,85 (0,91)	3,20 (0,85)
12 - Expressar desagrado a amigos	1,88 (1,27)	2,23 (1,25)	2,19 (1,04)	2,05 (1,04)	2,72 (1,12)
13 - Defender outrem em grupo	2,81 (1,10)	1,45 (1,27)	2,62 (0,92)	2,69 (0,95)	3,31 (0,79)
14 - Pedir ajuda a amigos	2,80 (1,15)	1,23 (1,13)	2,79 (0,95)	2,93 (0,74)	3,14 (0,82)
15 - Recusar pedido abusivo	1,84 (1,32)	1,79 (1,26)	2,35 (1,00)	2,00 (1,07)	2,71 (1,10)
16 - Pedir favores a colegas	2,23 (1,26)	1,34 (1,17)	2,68 (0,93)	2,68 (0,77)	2,94 (0,90)

Na Tabela 11 pode-se observar que a maior média para o indicador frequência foi identificada no item 13 (*Defender outrem em grupo*) e a menor no item 5 (*Abordar para relacionamento sexual*). Para desconforto a maior média foi no item 5 (*Abordar para relacionamento sexual*) e a menor no item 14 (*Pedir ajuda a amigos*). O indicador efetividade teve maior média no item 14 (*Pedir ajuda a amigos*), e menor no item 5 (*Abordar para relacionamento sexual*). Finalmente o indicador de adequação social obteve maior média no item 14 (*Pedir ajuda a amigos*) e menor média no item 5 (*Abordar para relacionamento sexual*) e o indicador de adequação pessoal maior média foi identificada no item 13 (*Defender outrem em grupo*) e menor no item 5 (*Abordar para relacionamento sexual*).

Uma análise da média de todos os indicadores permite identificar quais as habilidades assertivas são mais frequentes, para quais HA há o maior nível de desconforto, o maior efetividade, adequação do grupo social e avaliação da

adequabilidade pessoal. Análises estatísticas inferenciais de correlações (*Pearson*) foram feitas entre todos os indicadores. Estão apresentadas na Tabela 12.

Tabela 12

Correlações dos escores totais de todos os indicadores

Indicadores	Escore Total (ET)			
	Desconforto	Efetividade	Adequação Social	Adequação Pessoal
Frequência	-,19**	,75**	,25**	,55**
Desconforto		-,19**	<i>n.s.</i>	-,24**
Efetividade			,55**	,65**
Adequação social				,53**

Nota * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *n.s.* = não significativo.

A análise dos dados que correlacionou os escores totais de todos os indicadores apontou correlações significativas, fracas, moderadas ou fortes para todos os cruzamentos, a exceção do desconforto com adequação social. Além disso, todas as correlações entre os indicadores frequência, alcance dos objetivos, adequação social e adequação pessoal foram positivas, ou seja, quanto maior os escores em um indicador, maior em outro. Por sua vez, as correlações desses indicadores com o de desconforto foram todas negativas. O que significa dizer que, quanto maior os escores obtidos nos demais indicadores, menor o escore de desconforto.

Foram feitas análise inferenciais de correlações entre o autorrelato de frequência por item do IHA e os indicadores de efetividade, adequação social, desconforto e adequação pessoal. A Tabela 13 apresenta esses dados.

Tabela 13

Correlações entre frequência de relato de HA com os demais indicadores para cada um dos itens do instrumento

Itens do IHA	Indicadores			
	Desconforto	Efetividade	Adequação Social	Adequação Pessoal
01 - Pedir mudança de conduta	<i>n.s.</i>	,32**	<i>n.s.</i>	,32**
02 - Interromper a interrupção do outro	<i>n.s.</i>	,43**	,16*	,31**
03- Apresentar-se a outra pessoa	<i>n.s.</i>	,33**	<i>n.s.</i>	,28**
04 - Discordar de autoridade	<i>n.s.</i>	,40**	<i>n.s.</i>	,18*
05 - Abordar para relacionamento sexual	-,25**	,32**	<i>n.s.</i>	,28**
06 - Lidar com críticas injustas	,15*	,38**	<i>n.s.</i>	,23**
07 - Discordar do grupo	<i>n.s.</i>	,54**	,17**	,42**
08 - Lidar com crítica dos pais	<i>n.s.</i>	,42*	,35**	,27**
09 - Abordar autoridade	-,36**	,38**	<i>n.s.</i>	,40**
10 - Declarar sentimento amoroso	-,26**	,35**	<i>n.s.</i>	,26**
11 - Lidar com críticas justas	<i>n.s.</i>	,48**	,30**	,35**
12 - Expressar desagrado a amigos	-,18*	,36**	<i>n.s.</i>	,32**
13 - Defender outrem em grupo	<i>n.s.</i>	,48**	<i>n.s.</i>	,30**
14 - Pedir ajuda a amigos	<i>n.s.</i>	,41**	<i>n.s.</i>	,22**

15 - Recusar pedido abusivo	<i>n.s.</i>	,50**	,17*	,30**
16 - Pedir favores a colegas	-,23**	,43**	,22**	,22**

Nota * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *n.s.* = não significativo.

A frequência de relato de HA correlacionou-se positivamente, em todos os itens, com a efetividade atribuída à alternativa assertiva em termos de alcance dos objetivos e de avaliação pessoal sobre a adequação da própria resposta assertiva. A correlação com o desconforto, quando significativa, foi negativa com todos os itens, a exceção do item 6. O dado indica que a maior frequência de resposta está associada a um menor desconforto, e vice-versa, o que aconteceu em 5 dos 16 itens. A correlação com a adequação social, ou seja, a aprovação do ambiente social para essas respostas foi, quando significativa, sempre positiva, ou seja, uma maior frequência de relato de respostas assertivas foi associada a consequências mais positivas do ambiente, em 6 dos 16 itens.

A análise dos dados, que correlacionou a frequência de relato de habilidades assertivas com o alcance dos objetivos, apontou correlação altamente significativa, positiva e moderada para a maioria dos itens. Esses dados indicam que, quanto maior frequência de relato de habilidades assertivas, maior efetividade. Quanto à análise de correlação de HA e adequação social, observa-se que, embora a maior parte das correlações não tenha sido significativa, quando o foram a força dessas correlações foi menor se comparado com a consequência efetividade. O que implica em dizer que, as consequências de efetividade são mais fortes que as consequências de “adequação social”.

Quanto aos dados de correlação entre os itens do IHA e a adequação pessoal do desempenho, observa-se que as correlações são positivas e variam entre fracas e

moderadas. Esse dado aponta que quanto maior a frequência de relato de HA maior a avaliação pessoal de adequação da assertividade.

Tabela 14

Correlações entre o escore total do indicador de frequência (ETIF) e variáveis sociodemográficas

Variáveis	ETIF
Idade	<i>n.s.</i>
Tempo de atuação profissional	<i>n.s.</i>
Remuneração	<i>n.s.</i>
Quantidade de filhos	<i>n.s.</i>
Número de graduações	,15*
Quantidade de empregos	<i>n.s.</i>
Tempo de migração	- ,24*

Nota * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *n.s.*= não significativo.

Os dados da Tabela 14 ilustram que apenas duas variáveis: número de graduações e tempo de migração para a capital apresentaram correlações significativas com o escore total de frequência de autorrelato de HA. A primeira correlação apontou significância positiva e fraca, que significa dizer que quanto mais curso de níveis superior, mais frequente o autorrelato de HA. Enquanto que a segunda a correlação indicou significância negativa e fraca, o que implica que aquelas que migraram há menos tempo do interior para a capital apresentaram autorrelato mais frequente de HA.

Discussão

Indo ao encontro dos objetivos deste estudo, esta seção destina-se a discutir os seguintes aspectos: a) análise das médias dos IHA que permitiu caracterizar o repertório assertivo de mulheres inseridas no mercado de trabalho; b) análise das correlações entre o indicador de frequência do IHA e sete variáveis sociodemográficas (idade, tempo de atuação profissional, remuneração, quantidade de filhos, número de nível superior, quantidade de empregos e tempo de migração do meio rural para o meio urbano). Além de analisar as correlações dos escores totais de todos os indicadores e as correlações entre a frequência do relato das HA com os demais indicadores IHA.

Uma análise das médias dos indicadores permite identificar que a frequência, a efetividade, adequação social e a adequação pessoal concentraram-se no terceiro quartil da escala utilizada, enquanto que o indicador desconforto teve média concentrada no segundo. Esse dado era esperado em função de apenas o indicador desconforto ter sentido negativo enquanto os demais terem sentido positivo. Tal fato indica que, quanto maior os valores desses indicadores, menor os valores no indicador de desconforto.

Uma análise ampla e entrelaçada entre as maiores e as menores médias de todos os indicadores favoreceu o destaque de três habilidades, que são: “*Defender outrem em grupo*”, “*Pedir ajuda a amigos*” e “*Abordar para relacionamento sexual*”. Para a habilidade *Defender outrem em grupo* observou-se que ela obteve maior média no indicador de frequência e de adequação pessoal. A habilidade *Pedir ajuda a amigos* obteve maior média nos indicadores efetividade, adequação social e a menor média em desconforto. E *Abordar para relacionamento sexual* obteve menor média nos indicadores de frequência, efetividade, adequação social e adequação pessoal e maior média em desconforto.

Discute-se a habilidade *Defender outrem em grupo* a partir da análise das características sociodemográficas das participantes, tais como o fato de serem mulheres com estabilidade profissional, o que permite inferir que a apresentação dessa habilidade não produz consequências aversivas como perda de funções ou do próprio emprego. Além disso, como as participantes são, em sua maioria, educadoras, provavelmente consideram a defesa dos direitos como um valor essencial. Esses achados alinham-se com os da literatura que apontam a escolaridade como uma variável a ser considerada na compreensão da assertividade (Onyezuigbo, 1998; 2003; Twenge, 2001). Somando-se a isso, a identificação desta habilidade mostra a capacidade do instrumento em detectar a conformidade com a base conceitual de assertividade que está sendo utilizada nesse estudo (A. Del Prette & Del Prette, 2010; Z. A. P. Del Prette & Del Prette, 2001; 2005).

Já *Pedir ajuda a amigos* pode ser explicado em função de que esta habilidade não exige um alto grau de enfrentamento uma vez que ao fazer solicitações para amigos, há maior probabilidade de a resposta assertiva ser reforçada positivamente. Tal habilidade parece não implicar em nenhum tipo de consequência aversiva.

Acerca da abordagem para relacionamento sexual, uma possível hipótese é a de que esta habilidade foi culturalmente delegada aos homens e ainda é na atualidade. Por isso, é uma habilidade pouco desenvolvida, portanto pouco frequente no repertório comportamental das participantes. Esse dado alinha-se com os da literatura que indicam uma correlação negativa entre frequência de resposta e desconforto (Andreson, 1997; Creed & Funder, 1998; Halford & Foddy, 1982). Adicionalmente, o dado fomenta o debate acerca da assertividade no contexto das relações afetivo-sexuais. No estudo de Hurlbert (1991) foi verificado o papel da assertividade na atividade sexual feminina em uma amostra de mulheres casadas, tomando como referência os escores da Hurlbert de

Assertividade Sexual (HISA). A amostra foi dividida em dois grupos, acima e abaixo do escore mediano. Foram identificadas diferenças significativas entre os dois grupos. As mulheres sexualmente assertivas relataram maior frequência de atividade sexual e orgasmos, classificaram-se como tendo um maior desejo sexual e relataram maior satisfação conjugal e sexual. Reforçando esses dados, o estudo de Ornelas (2000) constatou que mulheres assertivas sexualmente têm mais frequência de relações sexuais, maior incidência de orgasmos e maior grau de satisfação sexual que as não assertivas. Os elementos apresentados permitem apontar a necessidade de estudos específicos sobre a assertividade sexual feminina com fins de aferir a implementação de programas de Treinamento de Habilidades Sociais nessa população.

No que se refere aos dados inferenciais, a análise apontou correlações significativas, fracas, moderadas ou fortes para todos os cruzamentos, a exceção da relação entre os indicadores com *Desconforto com Adequação social* em que não foi identificada correlação significativa. É possível que este dado seja explicado em função das mulheres terem respondido considerando mais fortemente as consequências de efetividade das respostas assertivas, que por sua vez, podem afetá-las de duas formas: com fortalecimento da emissão de respostas assertivas e com produção de estimulações internas reforçadoras. Neste caso, as mulheres podem considerar mais secundárias as estimulações aversivas produzidas pelas consequências de desaprovação social. Estudos sobre assertividade apontam que no controle dessas respostas, dois tipos de consequências são prováveis de ocorrer: consequências reforçadoras pela efetividade da resposta em curto prazo e consequências aversivas produzidas pelo ambiente social (A. Del Prette & Del Prette, 2010; Marchezini-Cunha & Tourinho, 2010).

Quanto às correlações de frequência habilidades assertivas, efetividade e adequação social, observa-se que a maior parte das mesmas foi significativa. Contudo,

quando comparada efetividade e adequação social, a força dessas correlações foi maior na primeira que na segunda. Esse dado apoia-se nos achados teóricos e experimentais acerca dos eventos consequentes que controlam o comportamento assertivo, ou seja, há evidências de que a efetividade é a consequência que mantém respostas assertivas em contraposição à avaliação do ambiente social. Isto implica em dizer que, mesmo quando em confronto com a avaliação do ambiente social ocorre o enfrentamento a essa situações, em função do poder reforçador da efetividade da resposta assertiva.

Por fim, a última análise foi a que correlacionou escore total de frequência com as variáveis sociodemográficas. Os dados apontaram correlações para duas variáveis. A variável *Número de Graduações* apresentou correlação significativa, fraca e positiva. Isso é explicado a partir de que um maior acesso ao conhecimento acadêmico pode implicar a ampliação de repertório para compreender seus direitos e lutar em prol dos outros, características definidoras do conceito de assertividade (Onyezuigbo, 1998; 2003; Rodriquez, Johnson & Combs, 2001; Twenge, 2001).

Por outro lado, contrariando achados da literatura que apontam localidades com menor desenvolvimento socioeconômico como menos favoráveis à um repertório de respostas assertivas, quando comparadas a localidades com maior desenvolvimento econômico (Sigler, Burnett & Child, 2008), as mulheres com menor tempo de migração apresentaram autorrelato de maior frequência de respostas assertivas. Uma hipótese para esse resultado está relacionada ao crescimento do índice de urbanização em praticamente todos os municípios do estado do Maranhão, a partir de 1980 (IBGE, 2014), e às novas estruturas econômicas e sociais associados a essa dinâmica. Ou seja, as mulheres que migraram há mais tempo vieram de estruturas com características mais rurais e com fortes padrões de opressão sobre as mulheres. Enquanto isso, aquelas que migraram há menos tempo, vieram de estruturas mais urbanizadas, com mais acesso a

informações acerca de seus direitos. Outra possibilidade é que mulheres que migraram recentemente para o meio urbano, são expostas a contingências sociais de demandas para padrões mais assertivos, a fim de assegurar seus direitos.

Os resultados apresentados preenchem uma lacuna na literatura nacional sobre caracterização da assertividade feminina e a relação desse fenômeno com variáveis sociodemográficas. Contudo, instigam novos encaminhamentos de pesquisa, destaca-se: (a) caracterizar a assertividade de mulheres com curso superior e sem curso superior; (b) avaliar o repertório assertivo diante de demandas afetivo/sexuais; (d) a relação entre assertividade e variáveis culturais; e (c) verificar as variáveis relacionadas à menor frequência de respostas assertivas de mulheres que migraram do interior para a capital há mais tempo. Finalmente, destaca-se como principal contribuição desse estudo, o encaminhamento metodológico e empírico da análise da assertividade feminina em nosso país.

Referências

- Adejumo, D. (1981). Sex differences in assertiveness among university students in Nigeria. *Journal of Social Psychology, 113*, 139 – 140.
- Andersen, M. R., Abullarade, J., & Urban, N. (2006). Assertiveness with physicians is related to Women's perceived roles in the medical encounter. *Women & health, 42*(2), 15-33.
- Anderson, R.T. (1997). Anxiety or ignorance: the determinants of interpersonal skill display. *Dissertation Abstracts International: Section B: The Sciences and Engineering, 57* (9-B), 595-599.

- Barker, C., Pistrang, N., & Elliot, R. (1994). *Research methods in clinical and counseling psychology*. NY: John Wiley & Sons.
- Chandler, T. A., Cook, B., & Dugovics, D. A. (1978). Sex differences in self-reported assertiveness. *Psychological Reports*, *43*, 395-402.
- Creed, A., & Funder, D. (1998). Social anxiety: from the inside and outside. *Personality and Individual Differences*, *25*, 19-33.
- Critério Brasil de Classificação Socioeconômica (2013). Recuperado em 12 de março, 2013, de www.abep.org/criterioBrasil.aspx.
- Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. (2010). *Psicologia das relações interpessoais: Vivências para o trabalho em grupo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. (2011). (Orgs). *Habilidades sociais: intervenções efetivas em grupo*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (1999). *Psicologia das habilidades sociais: Terapia e educação*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (2001). *Inventário de Habilidades Sociais (IHS-Del-Prette): Manual de aplicação, apuração e interpretação*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (2005). *Psicologia das habilidades sociais na infância: Teoria e prática*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Field, A. (2005). *Discovering statistics using SPSS* (2nd ed.). London: Sage.
- Halford, K., & Foddy, M. (1982). Cognitive and social skills correlates of social anxiety. *British Journal Clinical Psychology*, *21* (Feb), 17-28.
- Hurlbert, D. F. (1991). The role of assertiveness in female sexuality: a comparative study between sexually assertive and sexually nonassertive women. *Journal of Sex and Marital Therapy*, *17*(3), 183-190.

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Recuperado em 03 de setembro, 2014, de <http://www.sidra.ibge.gov.br>.
- Marchezini-Cunha, V., & Tourinho, E. Z. (2010). Assertividade e autocontrole: interpretação analítico-comportamental. *Psicologia: Teoria e Prática*, 26(2), 295-304.
- Miguel, C. F., & Garb, G. (2003). Assertividade no trabalho: descrevendo e corrigindo o desempenho dos outros. In: F. C. Conte & M. Z. S. Brandão (Orgs.). *Falo ou não falo? Expressando sentimentos e comunicando idéias* (pp. 129-140). Araçongas, PR: Mecenias.
- Onyeizugbo, E. U. (1998). The roles of gender, age and educational level in assertiveness and marital adjustment. *Unpublished master's thesis*, University of Nigeria, Nsukka.
- Onyezuigbo, E. U. (2003). Effects of gender, age and education on assertiveness in a Nigerian sample. *Psychology of Women Quarterly*, 27, 12 – 16.
- Ornelas, A. C. C. (2000). *Satisfação sexual feminina: uma questão de assertividade?* Dissertação de mestrado, Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro, RJ.
- Otobo, N. (2012). Gender dimensions of the world of work in a globalized economy. Recuperado em 30 de março, 2014, de www.ilo.org.
- Rimm, D. C., & Martens, J. C. (1983). *Terapia comportamental: Técnicas e resultados experimentais* (A. F. R. Alves, Trad.). São Paulo, SP: Manole.
- Rodriguez, G., Johnson, S. W., & Combs, D. C. (2001). Significant variables associated with assertiveness among Hispanic college women. *Journal of Instructional Psychology*, 28(3), 184.

- Scherbarth, A. (2002). Dating, assertiveness, and misconceptions of assertion. *Undergraduate Research Journal, 01*. Recuperado em 31 de março, 2011, de <http://www.kon.org/urc/scherbarth.html>.
- Smith-Jentsch, K. A., Salas, E., & Baker, D. P. (1996). Training team performance-related assertiveness. *Personnel Psychology, 49*, 909-936.
- Teixeira, C. M., Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. (2015). *Inventário de Habilidades Assertivas (IHA) para mulheres*. Caderno de aplicação disponível com os autores.
- Teykal, C. M., & Rocha-Coutinho, M. L. (2007). O homem atual e a inserção da mulher no mundo do trabalho. *Psico, 38*(3), 262-268.
- Twenge, J. M. (2001). Changes in Women's Assertiveness in Response to Status and Roles: A Cross-Temporal Meta-Analysis, 1931-1993. *Journal of Personality and Social Psychology, 81*(1), 133-145.
- Yong, F. L. (2010). A study on the assertiveness and academic procrastination of english and communication students at a private university. *American Journal of Scientific Research 9*, 62-72.
- Yoshioka, M. (2000). Substantive differences in the assertiveness of low-income African American, Hispanic, and Caucasian women. *The Journal of psychology, 134*(3), 243-259.

Discussão geral e encaminhamento de pesquisas

Os resultados dos quatro manuscritos apresentados ao longo desta tese foram construídos seguindo um processo no qual cada um criou condições para o encaminhamento dos objetivos dos demais. Neste momento, apresentam-se as principais conclusões e encaminhamentos para futuras pesquisas.

O primeiro manuscrito teve como objetivo identificar e caracterizar a produção acadêmica de estudos nacionais acerca da assertividade, buscando-se determinar o “estado da arte” e descrever o desenvolvimento dessa área de pesquisa, além de identificar lacunas e perspectivas de novos estudos no Brasil. Um dos principais resultados desse manuscrito foi identificar a escassez de estudos acerca da assertividade feminina e indicar alternativas para ampliar a discussão de aspectos conceituais da assertividade. A relevância do produto desse artigo decorre do fato de que o conceito de assertividade passou por inúmeras reformulações desde sua apresentação no final da década de 1940, não havendo na atualidade um consenso entre os pesquisadores sobre este ponto. Isso por sua vez, permite que estudiosos da Psicologia e de outras áreas próximas optem por qual conceito se apropriar.

Dentre os conceitos mais difundidos encontra-se o de Lange e Jakubowski (1976), que entendem a assertividade como a habilidade de expressar sentimentos e desejos de forma apropriada, defender os próprios direitos e respeitar os do outro. Ainda que tal definição pareça dar conta da complexidade que envolve as dimensões desse construto, é uma definição limitada e muitas questões foram tecidas ao longo dessa tese a esse respeito. Na definição de maior destaque, a formulação conceitual de assertividade a considera uma classe das Habilidades Sociais e reúne aspectos específicos que permitem compreender esse fenômeno na sua amplitude, de forma

detalhada e precisa, auxiliando no desenvolvimento de questões teórico-metodológicas. Além disso, na avaliação desse construto deve-se considerar sua característica em várias dimensões como, por exemplo, o nível de desconforto, a avaliação do grupo social e a efetividade da resposta assertiva.

Os dados desse primeiro estudo permitiram também identificar que as pesquisas sobre assertividade em nível nacional se encontram em ascensão, mas que em algumas áreas há necessidade de novas investigações, no caso da assertividade feminina, como já mencionado. Contrastando com o quadro brasileiro, em nível internacional há uma profusão, em especial, de estudos aplicados sobre assertividade e quanto a correlações desse fenômeno com outras variáveis (Brecklin, & Ullman, 2005; Comas-Diaz & Duncan, 1985; Hurlbert, 1991; Soto & Shaver, 1982).

No segundo manuscrito, identifica-se que a literatura da área tem apontado mudanças significativas na assertividade de mulheres, atribuindo-a a fatores de ordem social, econômica e cultural (Twenge, 2001). Isso conduz a se repensar aspectos sobre opressão, restrições de direitos e todo o papel social limitado a que era destinado à mulher. Estes elementos, por sua vez, permitiram a busca da apropriação de conhecimentos da Sociologia sobre gênero, trabalho e contexto social, favorecendo uma abordagem multidisciplinar da asserção feminina e localizou, no recorte teórico sobre controle aversivo, na perspectiva analítico-comportamental (Baum, 2005/2006; Catania, 1998/1999; Sidman, 1989/1995; Skinner, 1953/1994), as bases para a compreensão dos déficits de assertividade.

Argumentou-se que para compreender as mudanças na assertividade feminina é necessária uma análise de contingências históricas e atuais. Concluiu-se que contingências aversivas constituíram um dos fatores determinantes de déficits de assertividade de mulheres, e que contingências atuais, proporcionadas por sua inserção

no mundo do trabalho, têm sido favoráveis ao estabelecimento da asserção. Considerando-se esses aspectos, o produto desse manuscrito instigou a investigação sobre a caracterização da assertividade feminina, em especial de mulheres escolarizadas e inseridas no universo do trabalho.

No terceiro manuscrito, partiu-se do delineamento do estudo de caracterização da assertividade feminina, no qual ficou constatada a carência de instrumentos para avaliação desse construto, e, mais ainda a inexistência sob uma ótica analítico-comportamental, que privilegiasse a análise do fenômeno e dos eventos a ele associado. A Escala de Assertividade Rathus – RAS (Pasquali & Gouveia, 1990), é uma das possibilidades de mensurar a asserção, sendo bastante utilizada por pesquisadores brasileiros, mas mostrou-se limitada em vários aspectos. Diante desses achados, o terceiro manuscrito teve como objetivos construir e validar uma escala multimodal para avaliar assertividade que, para além do indicador de frequência, incluísse indicadores do contexto cultural e de variáveis encobertas enquanto possíveis fatores associados a esse construto.

O principal produto do terceiro manuscrito foi o Inventário de Habilidades Assertivas (IHA). Para sua consolidação utilizou-se o Inventário de Habilidades Sociais (IHS-Del-Prette) e incorporaram-se outros elementos relacionados com a assertividade, como desconforto, efetividade da resposta assertiva, adequação social e adequação pessoal da respondente acerca da resposta assertiva. A versão final do IHA ficou constituída por 16 itens após uma análise fatorial exploratória para o indicador de frequência, que apresentou indicadores de validade excelente e consistência interna ($\alpha=0,82$).

Finalmente, o quarto manuscrito teve o objetivo de caracterizar, com base em avaliação efetuada com o IHA, o repertório assertivo de mulheres inseridas no mercado

de trabalho e verificar a influência de variáveis sociodemográficas sobre o escore geral de assertividade. Participaram da pesquisa 190 mulheres maranhenses, com nível de escolaridade superior e faixa etária de 26 a 69 anos.

Os resultados da pesquisa apontaram maiores médias para as habilidades assertivas *Defender outrem em grupo* e *Pedir ajuda a amigos* e menor média para a habilidade *Abordar para relacionamento sexual*. No que se refere à influência de variáveis sociodemográficas e o escore de assertividade, foram encontradas diferenças significativas na quantidade de cursos de graduação das participantes e no tempo de migração das mesmas para a capital. Esses dados alinham-se com os achados da literatura que apontam a influência da escolaridade na assertividade (Onyezuigbo, 1998; 2003; Rodriquez, Johnson & Combs, 2001; Twenge, 2001).

No quarto manuscrito discute-se ainda a importância de estudos sobre a relação entre variáveis sociodemográficas e culturais para a explicação da assertividade de mulheres. Indica-se a necessidade novas investigações com população feminina com características sociodemográficas e culturais variadas.

De forma sintética, pode-se afirmar que os principais resultados dos quatro manuscritos foram os seguintes: (a) revisão de estudos sobre assertividade no Brasil; (b) análise conceitual da assertividade na interface entre o campo das Habilidades Sociais e a Análise do Comportamento; (c) elaboração de um inventário multimodal de assertividade, com evidências de validade e precisão; (d) dados descritivos sobre a assertividade feminina, incluindo relação com variáveis sociodemográficas; (e) identificação de novas direções de pesquisa sobre assertividade feminina, possibilidades de exploração do IHA para avaliação da assertividade masculina e comparações de gênero.

Não obstante os resultados e produtos obtidos com esses quatro manuscritos, também são reconhecidas as limitações de cada um deles. Ao mesmo tempo, sugerem-se encaminhamentos para futuras pesquisas.

Considera-se que esta tese resultou em produtos relevantes para a comunidade acadêmica, para a atuação profissional do psicólogo em diferentes contextos (saúde, educacional, organizacional e clínico) e para profissionais interessados em estudos sobre questões do universo feminino. Nesse sentido, destacam-se dois pontos: primeiro, a apresentação de uma escala multimodal adaptada para a cultura brasileira (Inventário de Habilidades Assertivas – IHA), que supre uma lacuna da área; segundo, procedeu-se a investigação da asserção feminina em uma perspectiva multidisciplinar, o que vai ao encontro de recomendações de vários grupos de pesquisas, que consideram importante a apropriação de conhecimento de diferentes áreas.

Em termos de recomendações mais concretas sobre novas investigações, indicam-se estudos de revisão bibliográfica, conceituais; empíricos e de validação do IHA para outras populações. Quanto ao primeiro item, o manuscrito inicial de levantamento da produção brasileira dos estudos de assertividade indicou pelo menos quatro possibilidades. A primeira refere-se a levantamentos em um maior número de bases de dados incluindo bases internacionais. A segunda, é um estudo com o objetivo de identificar trabalhos sobre a temática da assertividade inseridos no campo teórico-prático das HS. Os estudos propostos podem ampliar a revisão apresentada nesta tese. Outras possibilidades podem ser sugeridas: relacionar a quantidade e características da produção nacional com a produção mundial, para auxiliar em possíveis estudos comparativos; e identificar publicações de pesquisadores brasileiros em revistas internacionais, com objetivo de expandir o mapeamento de publicações para verificar a consolidação desse campo de investigação.

No plano conceitual, podem-se indicar estudos com os objetivos de: (a) identificar, nos estudos nacionais, quais se apoiam na vertente americana e quais se apoiam na vertente inglesa, analisando questões metodológicas e conceituais desses estudos; (b) analisar as habilidades assertivas enquanto classes de comportamento operante verbal; (c) analisar a assertividade feminina e suas relações com as agências de controle e, (d) apropriar-se dos estudos sobre metacontingências para a compreensão das mudanças em nível cultural acerca da asserção feminina. As três últimas possibilidades de investigação permitem ampliar a interface entre o campo do Treinamento das Habilidades Sociais e a Análise do Comportamento.

A construção do IHA contribui para suprir a lacuna quanto à escassez de instrumentos adaptados para a cultura brasileira. Contudo, para explorar de forma mais generalizada as possibilidades do instrumento, são indispensáveis novas pesquisas visando ampliar o escopo de dados normativos e aprofundar as evidências de validade. Também é importante proceder a análises fatoriais confirmatórias com novas amostras, mais heterogêneas, por exemplo, em termos de escolaridade e classe econômica. Embora não fosse objetivo do presente estudo, uma direção importante de novas pesquisas é a aplicação do IHA em população masculina, verificando-se a validade e precisão do instrumento também junto a esses respondentes e, se constatada, viabilizar estudos nacionais de comparação da assertividade entre gêneros, ampliando um debate controverso na literatura atual.

Por fim, a caracterização do repertório assertivo de mulheres inseridas no mercado de trabalho permitiu apontar para pelo menos mais quatro novas alternativas de investigações: (a) comparar a assertividade de mulheres com curso superior e sem curso superior; (b) avaliar o repertório assertivo diante de demandas afetivo/sexuais; (d) investigar associações entre assertividade e variáveis culturais; e (c) identificar as

variáveis relacionadas à autorrelato de menor frequência de respostas assertivas de mulheres que migraram do meio rural para o meio urbano há mais tempo.

Ao mesmo tempo em que são explicitados os avanços proporcionados pela tese, também são reconhecidas as limitações. Duas delas são destacadas. Na primeira, assumir a multidimensionalidade das habilidades sociais e de suas subclasses, dentre elas a assertividade, implicaria na necessidade de uma avaliação multimodal desse repertório. O que ocorreu parcialmente, somente em termos de diferentes indicadores, porém deteve-se a investigação da assertividade por meio de instrumentos de autorrelatos. Nas palavras de Z. A. P. Del Prette & Del Prette (2013) a avaliação multimodal é “baseada em diferentes instrumentos e procedimentos, junto a vários informantes e contemplando contextos diferenciados de intervenção social [e] é a estratégia mais indicada, porque supre as limitações inerentes a cada um dos recursos de avaliação” (p.199). Alinhando-se à argumentação dos autores, alguns pesquisadores (Bandeira & Quaglia, 2005; McCartan & Hargie, 1990; Nelson, Hayes, Felton, & Jarrett, 1985) têm recomendado a utilização de instrumentos complementares para avaliação da assertividade, uma vez que dados de pesquisa têm apontado resultados diferentes associados a formas diferentes de medir a assertividade dos indivíduos. O que implica em dizer que estudos com delineamentos diferentes, favorecem o entendimento mais abrangente da assertividade feminina.

A segunda limitação repousa no fato da amostra utilizada pertencer somente a um ponto do território brasileiro, que é amplo e diverso. Não se ignora que, na avaliação do repertório assertivo, devem ser consideradas as características sociodemográficas e que a cultura na qual a pessoa está inserida estabelece contingências diferenciadas, principalmente quanto a normas, regras e expectativas de

desempenho social. Indica-se a aplicação do instrumento em amostras com características sociodemográficas e culturais variadas.

Nessa tese, portanto, propôs-se a responder: quais habilidades assertivas são mais e menos frequentes no repertório de mulheres inseridas no mercado de trabalho e quais as relações entre respostas assertivas variáveis sociodemográficas de mulheres com nível de escolaridade superior, inseridas no mercado de trabalho. Entende-se que os produtos obtidos neste estudo poderão contribuir para ampliar as possibilidades de avaliação e descrição do repertório assertivo e para o exame das associações, predições e nexos a ele relacionados, no caso da população feminina, auxiliando, assim, investigações básicas e aplicadas. Espera-se, enfim, que contribuam para o debate de uma temática que tem sido pouco tratada nas investigações psicológicas, em especial, por analistas comportamentais.

Referências

- Adejumo, D. (1981). Sex differences in assertiveness among university students in Nigeria. *Journal of Social Psychology, 113*, 139 – 140.
- Alberti, R. E., & Emmons, M. L. (1978). *Comportamento assertivo: um guia de autoexpressão* (J. M. Corrêa, Trad.). Belo Horizonte, MG: Interlivros. (Trabalho original publicado em 1970).
- Anderson, R.T. (1997). Anxiety or ignorance: the determinants of interpersonal skill display. *Dissertation Abstracts International: Section B: The Sciences and Engineering, 57* (9-B), 595-599.
- Arigbabu, A. A., Ekundayo, O. S. Owolabi-Gabriel, M. A. (2010). Gender, marital status and religious affiliation as factor of assertiveness among Nigerian education majors. *International Journal of Psychology and Counseling, 3*(2), 20-23.
- Bandeira, M., & Quaglia, M. A. (2005). Habilidades Sociais de estudantes universitários: identificação de situações sociais significativas. *Interação em Psicologia, 9*(1), 45-55.
- Barros, R. D. S. (2003). Uma introdução ao comportamento verbal. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 5*(1), 73-82.
- Baum, W. M. (2006). *Compreender o Behaviorismo* (M. T. A. Silva, M. A. Matos, G. Y. Tomanari e E. Z. Tourinho, Trad.). Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 2005).
- Bolsoni-Silva, A. T. (2002). Habilidades sociais: Breve análise da teoria e da prática à luz da análise do comportamento. *Interação em Psicologia, 6*(2), 233-242.

- Bolsoni-Silva, A. T., & Carrara, K. (2010). Habilidades sociais e análise do comportamento: compatibilidades e dissensões conceitual-metodológicas. *Revista em Psicologia, 16*(2), 330-350.
- Bolsoni-Silva, A. T., Del Prette, Z. A. P., Del Prette, G., Montanher, A. R., Bandeira, M., & Del Prette, A. (2006). A área das habilidades sociais no Brasil: Uma análise dos estudos publicados em periódicos. In: M. Brandeira, Z. A. P. Del Prette & A. Del Prette (Orgs.). *Estudos sobre habilidades sociais e relacionamento interpessoal* (pp. 17-47). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Brecklin, L. R., & Ullman, S. E. (2005). Self-defense or assertiveness training and women's responses to sexual attacks. *Journal of Interpersonal Violence, 20*(6), 738-762.
- Carrara, K. (2006). Análise do Comportamento e questões sociais: qual a contribuição das metacontingências? *Anais do II Encontro de Análise do Comportamento de Curitiba*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.
- Chandler, T.A., Cook, B., & Dugovics, D. A. (1978). Sex differences in Self-reported assertiveness. *Psychological Reports, 43*, 395-402.
- Comas-Diaz, L., & Duncan, J. W. (1985). The cultural context: A factor in assertiveness training with mainland Puerto Rican women. *Psychology of Women Quarterly, 9*(4), 463-476.
- Creed, A., & Funder, D. (1998). Social anxiety: from the inside and outside. *Personality and Individual Differences, 25*, 19-33.
- Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. (2013). Comportamentos não verbais e paralinguísticos das habilidades sociais. In: A. Del Prette & Z. A. P. Del Prette (Orgs.). *Psicologia das habilidades sociais: Diversidade Teórica e suas implicações* (pp.149-188). Petrópolis, RJ: Vozes.

- Del Prette, A. (1991). Do estudo de grupos ao estudo dos movimentos sociais: a contribuição possível da psicologia. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, 3, 247-253.
- Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. (2001). Habilidades sociais: Biologia evolucionária, sociedade e cultura. In: H. Guilhardi, M. B. B. P. Madi, P. P. Queiroz & M. C. Scoz (Orgs.). *Sobre comportamento e cognição: Expondo a variabilidade* (Vol 8, pp. 65-75). Santo André, SP: ESETec Editores Associados.
- Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. (2003). Assertividade, sistema de crenças e identidade social. *Psicologia em Revista*, 9(3), 125-136.
- Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. (2010). *Psicologia das relações interpessoais: Vivências para o trabalho em grupo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. (2011). Enfoque e modelos do treinamento de habilidades sociais. In: A. Del Prette & Z. A. P. Del Prette (Orgs). *Habilidades sociais intervenções efetivas em grupo* (pp. 19-56). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (1999). *Psicologia das habilidades sociais: Terapia e educação*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (2001). *Inventário de Habilidades Sociais (IHS-Del-Prette): Manual de aplicação, apuração e interpretação*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (2005). *Psicologia das habilidades sociais na infância: Teoria e prática*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (2010). Habilidades sociais e análise do comportamento: Proximidade histórica e atualidades. *Perspectivas em Análise do Comportamento* 1(2), 38-49.

- Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (2013). Avaliação de habilidades sociais: Bases conceituais, instrumentos e procedimentos. In: A. Del Prette & Z. A. P. Del Prette (Orgs.). *Psicologia das habilidades sociais: Diversidade Teórica e suas implicações* (pp.187-229). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Deltsidou, A. (2009). Undergraduate nursing students' level of assertiveness in Greece: A questionnaire survey. *Nurse education in practice*, 9(5), 322-330.
- Eskin, M. (2003). Self-assertiveness in Swedish and Turkish Adolescents: A Cross cultural comparison. *Scandinavian Journal Psychology*, 44, 7-12.
- Todorov, J. C. & Moreira, M. (2004) Moreira Universidade de Brasília. Análise experimental 95,do comportamento e sociedade: um novo foco de estudo. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(1), 25-29.
- Florian, V., & Zernitsky-Shurka, E. (1987). The effect of culture and gender on self-reported assertive behavior. *International Journal of Psychology*, 22(1), 83-95.
- Fumo, V. M. S., Manolio, C. L., Bello, S., & Hayashi, M. C. P. I. (2009). Produção científica em habilidades sociais: estudo bibliométrico. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, XI(2), 246-266.
- Glenn, S. S. (1986). Metacontingencies in Walden Two. *Behavior Analysis and Social Action*, 5 (1), 2-8.
- Glenn, S.S. (1988). Contingences and metacontingencies: Toward a synthesis of behavior analysis and cultural materialism. *The Behavior Analyst*, 11, 161-179.
- Glenn, S.S. (1991). Contingencies and metacontingencies: Relations among behavioral, cultural, and biological evolution. In: P. A. Lamal (Org.). *Behavioral Analysis of Societies and Cultural Practices* (pp. 39-73). New York: Hemisphere Publishing Corporation.

- Glenn, S.S. (2004). Individual Behavior, Culture, and Social Change. *The Behavior Analyst*, 27, 133-151.
- Gresham, F. M. (2013). Análise do comportamento aplicada às habilidades sociais. In: A. Del Prette & Z. A. P. Del Prette (Orgs.). *Psicologia das habilidades sociais: Diversidade teórica e suas implicações* (pp.17-66). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Halford, K., & Foddy, M. (1982). Cognitive and social skills correlates of social anxiety. *British Journal Clinical Psychology*, 21 (Feb), 17-28.
- Hurlbert, D. F. (1991). The role of assertiveness in female sexuality: A comparative study between sexually assertive and sexually nonassertive women. *Journal of Sex & Marital Therapy*, 17(3), 183-190.
- Ingberman, Y. K., & Löhr, S. S. (2003). Pais e filhos: Compartilhando e expressando sentimentos. In: F. C. Conte & M. Z. S. Brandão (Orgs.). *Falo ou não falo? Expressando sentimentos e comunicando ideias* (pp. 85-95). Arapongas, PR: Mecenias.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011). *Séries Estatísticas*. Recuperado em 19 de março, 2011, de www.ibge.gov.br.
- Kanan, L. A. (2010). Poder e liderança de mulheres nas organizações de trabalho. *O&S: – Salvador*, 17(53), 243-257.
- Kilkus, S. P. (1993). Assertiveness among professional nurses. *Journal of Advanced Nursing*, 18(8), 1324-1330.
- Kimble, C. E., Marsh, N. B., & Kiska, A. C. (1984). Sex, age, and cultural differences in self-reported assertiveness. *Psychological Reports*, 55(2), 419-422.
- Lange, A. J., & Jakubowski, P. (1976). *Responsible Assertive Behavior*. Illinois: Research Press Co.

- Lima, M. J. (1999). Gênero, cultura e sociedade. In: M. Ferreira (Org.). *Mulher, gênero e políticas públicas* (pp. 119-123). São Luís, MA: Salvador Redor.
- Lima, M. V. O. (2000). Assertividade e Frustração: o uso do Teste de Frustração de Rosenzweig na avaliação e desenvolvimentos dos comportamentos assertivos. In: R. R. Kerbary (Org). *Sobre comportamento e cognição: conceitos, pesquisa e aplicação: a ênfase no ensinar, na emoção e no questionamento clínico* (pp. 290-301. Santo André, SP: ESETec.
- Maag, J. W. (2006). Social skills training for students with emotional and behavior disorders: A review of reviews. *Behavioral Disorders, 32*, 5-17.
- MacCartan, P. J., & Hargie, O. D. W. (1990). Assessing assertive behavior in student nurses: a comparison of assertion measures. *Journal of Advanced Nursing, 15*, 1370-1376.
- Malott, M., & Glenn, S. S., (2006). Targets of intervention in cultura and behavior chance. *Behavior and Social Issues, 15*, 31-56.
- Marchezini-Cunha, V. (2004). *Assertividade e auto-controle: Possíveis relações*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará, Belém, PA.
- Marchezini-Cunha, V., & Tourinho, E. Z. (2010). Assertividade e autocontrole: interpretação analítico-comportamental. *Psicologia: Teoria e Prática, 26*(2), 295-304.
- Mathison, D. L. (1986). Sex differences in the perception of assertiveness among female managers. *The Journal of Social Psychology, 126*(5), 599-606.
- McIntyre, L. L., Gresham, F. M., DiGennaro, F. D., & Reed, D. D (2007). Treatment integrity of shool-based interventions with children in *Journal of Applied Behavior Analysis from 1991-2005. Journal of Applied Behavior Analysis from, 40*, 659-672.

- Miguel, C. F., & Garb, G. (2003). Assertividade no trabalho: descrevendo e corrigindo o desempenho dos outros. In: F. C. Conte & M. Z. S. Brandão (Orgs.). *Falo ou não falo? Expressando sentimentos e comunicando ideias* (pp. 129-140). Araçongas, PR: Mecenias.
- Nelson, R. O., Hayes, S. C., Felton, J. L., & Jarrett, R. B. (1985). A comparison of data produced by different behavioral assessment techniques with implications for models of social-skills inadequacy. *Behavioral Research and Therapy*, 23(1), 1-11.
- Niikura, R. (1999). Assertiveness among japanese, malaysian, filipino, and U.S. WhiteCollar Workers. *The Journal of Social Psychology*. 138(6), 690-699.
- Nogueira, C. M. (2004). A feminização no mundo do trabalho. Em *Participação boletim do bloco de esquerda para o trabalho* (10), Nov/Dez. 2004. Lisboa/Porto, Portugal. Recuperado em 19 de março, 2011, de <http://www.espacoacademico.com.br/044/44cnogueira.html>.
- Onyeizugbo, E. U. (1998). The roles of gender, age and educational level in assertiveness and marital adjustment. *Unpublished master's thesis*, University of Nigeria, Nsukka.
- Onyezuigbo, E. U. (2003). Effects of gender, age and education on assertiveness in a Nigerian sample. *Psychology of Women Quarterly*, 27, 12 – 16.
- Ornelas, A. C. C. (2000). *Satisfação sexual feminina: uma questão de assertividade?* Dissertação de mestrado, Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro, RJ.
- Ory, J. C., & Helfrich, L. M. (1976). *A study of individual characteristics and career aspiration*. Paper presented at the Annual Meeting of the American Educational Research Association, San Francisco, April.
- Otobo, N. (2012). Gender dimensions of the world of work in a globalized economy.

- Pasquali, L., & Gouveia, V. V. (1990). Escala de Assertividade de Rathus – RAS: adaptação brasileira. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 6(3), 233-249.
- Rimm, D. C., & Marters, J. C. (1983). *Terapia comportamental: Técnicas e resultados experimentais* (A. F. R. Alves, Trad.). São Paulo, SP: Manole.
- Rodriquez, G., Johnson, S. W., & Combs, D. C. (2001). Significant variables associated with assertiveness among Hispanic college women. *Journal of Instructional Psychology*, 28(3), 184.
- Saconatto, A. T., & Andery, M. A. P. A. (2013). Seleção por metacontingências: Um análogo experimental de reforçamento negativo. *Interação em Psicologia*, 17(1), 1-10.
- Saffioti, H. I. B. (1987). *O poder do macho*. São Paulo, SP: Moderna.
- Scherbarth, A. (2002). Dating, assertiveness, and misconceptions of assertion. *Undergraduate Research Journal*, 01. Recuperado em 31 de março, 2011, de <http://www.kon.org/urc/scherbarth.html>.
- Sidman, M. (1995). *Coerção e suas implicações* (M. A. Andery & T. M. Sério, Trad.). Campinas, SP: Editorial Psy II. (Trabalho original publicado em 1989).
- Sidman, M. (1998). Relações de Equivalência: considerações básicas. *Caderno de Textos de Psicologia*, 02(2), 26-37.
- Sidman, M., & Tailby, W. (1982). Conditional discrimination vs. matching to sample an expansion of the testing paradigm. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 37, 5-22.
- Singhal, A., & Nagao, M. (1993). Assertiveness as communication competence styles of american and japanese students. *Asian Journal of Communication*, 3(1), 1-18.
- Skinner, B. F. (1978). *O comportamento verbal* (M. P. Villalobos, Trad.). São Paulo: Cultrix. (Trabalho originalmente publicado em 1957).

- Skinner, B. F. (1981). Selection by consequences. *Science*, 213, 501-504.
- Skinner, B. F. (1991). *Sobre o behaviorismo* (M. P. Villalobos, Trad.). São Paulo, SP: Cultrix. (Trabalho original publicado em 1974).
- Skinner, B. F. (1994). *Ciência e comportamento humano* (J. C. Todorov & R. Azzi, Trad.). São Paulo, SP: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1953).
- Smith-Jentsch, K. A., Salas, E., & Baker, D. P. (1996). Training team performance-related assertiveness. *Personnel Psychology*, 49, 909-936.
- Soares, P. F., Cabral, P. A., Leite, F. L., & Tourinho, E. Z. (2012). Efeitos de consequências culturais sobre a seleção e manutenção de duas práticas culturais alternadas. *REBAC- Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 8(1), 37-46.
- Soto, E., & Shaver, P. (1982). Sex-role traditionalism, assertiveness, and symptoms of Puerto Rican women living in the United States. *Hispanic Journal of Behavioral Sciences*, 4(1), 1-19.
- Teykal, C. M., & Rocha-Coutinho, M. L. (2007). O homem atual e a inserção da mulher no mundo do trabalho. *Psico*, 38(3), 262-268.
- Twenge, J. M. (2001). Changes in Women's Assertiveness in Response to Status and Roles: A Cross-Temporal Meta-Analysis, 1931-1993. *Journal of Personality and Social Psychology*, 81(1), 133-145.
- Yong, F. L. (2010). A study on the assertiveness and academic procrastination of english and communication students at a private university. *American Journal of Scientific Research* 9, 62-72.
- Yoshioka, M. (2000). Substantive differences in the assertiveness of low-income African American, Hispanic, and Caucasian women. *The Journal of psychology*, 134(3), 243-259

APÊNDICE 1

PROTOCOLO DE ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

Instituição	Ano	Nº Autor(es)	Tipo de Estudo	Categorias de Análise	Subcategorias de contexto na análise dos estudos <i>aplicados</i>	Subcategorias de análise dos estudos de <i>intervenção</i> e <i>caracterização</i> e/ou <i>correlações</i>
				Teóricos <input type="checkbox"/>	Clínico <input type="checkbox"/>	População
		01 <input type="checkbox"/>	Tese <input type="checkbox"/>			Pais e casais <input type="checkbox"/> Profissionais <input type="checkbox"/>
				Aplicados <input type="checkbox"/>	Organizacional <input type="checkbox"/>	Grupos Clínicos <input type="checkbox"/>
				Caracterização e/ou correlações <input type="checkbox"/>	Educativa <input type="checkbox"/>	Universitários <input type="checkbox"/> Crianças <input type="checkbox"/> Adolescentes <input type="checkbox"/> Mistos <input type="checkbox"/>
		02-03 <input type="checkbox"/>	Dissertação <input type="checkbox"/>		Saúde <input type="checkbox"/>	Objetivos
				Intervenção <input type="checkbox"/>		Caracterização da população <input type="checkbox"/> Relacionar variáveis <input type="checkbox"/>
					Afetivo/sexual <input type="checkbox"/>	Caracterizar + relacionar variáveis. <input type="checkbox"/>
		Acima de 04 <input type="checkbox"/>	Cap de livro <input type="checkbox"/>	Outros <input type="checkbox"/>	Relações parentais e (crianças e adolescentes) <input type="checkbox"/>	Caracterizar + elaborar instrumentos <input type="checkbox"/>
					Relações interpessoais diversas <input type="checkbox"/>	Caracterizar + avaliar a efetividade <input type="checkbox"/> Descrever procedimento <input type="checkbox"/>

APÊNDICE 2

FONTE DOCUMENTAL

N	Ano	Autor(es)	Título	Fonte Documental
				Teses e Dissertações
01	1981	Di Nucci, S. H. P.	Análise interna de uma medida comportamental de assertividade	Dissertação
02	1990	Ribeiro, M. J. F. X.	Assertividade: avaliação e desenvolvimento entre universitárias	Tese
03	1994	Ayres, L. S. M.	Uma escala brasileira para a medida da assertividade	Dissertação
04	1997	Fukuda, C. C.	A agressividade e assertividade em estudantes do Distrito Federal	Dissertação
05	1997	Martinez, A.	Assertividade: definição operacional e análise de exemplos oferecidos por terapeutas	Dissertação
06	1998	Dias, R. R.	Stress e psoríase: assertividade e crença irracional	Dissertação
07	2000	Ornelas, A. C. C.	Satisfação sexual feminina: uma questão de assertividade?	Dissertação
08	2001	Barrovin, M. S.	O manejo de repertórios assertivos, passivos e agressivos por uma terapeuta de abordagem analítico-comportamental: uma análise da interação verbal em sessões terapêuticas de um caso de depressão	Dissertação
09	2001	Souza Filho, R. C.	Assertividade e passividade na terapia analítico-comportamental: análise de um atendimento clínico estágio supervisionado	Dissertação
10	2001	Freitas, J. S.	O comportamento assertivo e a motivação dos professores da	Dissertação

			Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná	
11	2003	Alves, C. A.	Estudos para a construção de uma escala de assertividade para crianças	Dissertação
12	2004	Marchezini-Cunha, V.	Assertividade e auto-controle: possíveis relações	Dissertação
13	2004	Martins, V. L. F.	A influência da assertividade na comunicação da empresa com o mercado	Dissertação
14	2005	Pontes, M. L. M	Comunicação e assertividade na cravil no período de setembro a dezembro de 2003	Dissertação
15	2007	Werneck Filho, B. D.	Um olhar interdisciplinar sobre assertividade e a DORT em mulheres trabalhadoras	Dissertação
16	2007	Tôrres, M. T. R.	A assertividade no comportamento gerencial na percepção de líderes e liderados	Dissertação
17	2008	Juang, R. M. M.	Estratégias cognitivas e comportamentais de indivíduos hipertensos frente a demandas de assertividade	Tese
18	2010	Braz, A. C.	Programa de habilidades sociais assertivas com idosos: avaliação sob delineamento placebo	Dissertação

**Capítulo de Livro –
Coleção “Sobre
Comportamento e
Cognição”**

01	2000	Lima, M. V. O.	Assertividade e Frustração: o uso do Teste de Frustração de Rosenzweig na avaliação e desenvolvimentos dos comportamentos assertivos	R.R. Kerbary (Org). <i>Sobre comportamento e cognição: conceitos, pesquisa e aplicação: a ênfase no ensinar, na emoção e no questionamento clínico</i> , (Vol. 05, pp.290-301). Santo André, SP: ESETec.
02	2001	Falcone, E.	Habilidades sócias para além da assertividade	R. C. Wielenska (Org). <i>Sobre comportamento e cognição: questionando e ampliando a teoria e as intervenções clínicas em outros contextos</i> , (Vol. 06, pp.202-212). Santo André, SP: ESETec.
03	2005	Werber, L. N. D., & Sakiyama, R. R.	Relações entre estilos de apego, assertividade e auto-estima	H. J. Guilhardi e N. C. Aguirre (Orgs). <i>Sobre comportamento e cognição: expondo a variabilidade</i> , (Vol. 16, pp.195-214). Santo André, SP: ESETec.
04	2006	Ribeiro, M. J. F. X., Araújo, E. A. S., & Rossi, P. R.	Interações verbais durante o treino de assertividade: análise de comportamento verbal referente a evento privado	H. J. Guilhardi e N. C. Aguirre (Orgs). <i>Sobre comportamento e cognição: expondo a variabilidade</i> , (Vol. 18, pp.166-173). Santo

				André, SP: ESETec.
05	2007	Elias, P. V. O., & Brito, I. A. G. S.	A função da assertividade no relacionamento afetivo	R. R. Starling (Org). <i>Sobre comportamento e cognição: temas aplicados</i> , (Vol. 19, pp.23-26). Santo André, SP: ESETec.
<hr/>				
Capítulo de Livro - Obras de A. Del Prette e Del Prette (2003b; 2003c; 2010; 2011; 2013) e Z. A. P. Del Prette e Del Prette (1999; 2005).				
<hr/>				
06	2003b	Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P.	Habilidades Sociais Assertivas	<i>Habilidades Sociais – O modelo de Jesus</i> (pp. 91-104). São Paulo, SP: Casa do psicólogo
07	2003c	Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. Del Prette	Habilidades Sociais, desenvolvimento e aprendizagem	A. Del Prette e Z. A. P. Del Prette (Orgs). <i>Habilidades Sociais, desenvolvimento e aprendizagem</i> . Campinas, SP: Alínea.
08	2005	Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A.	Habilidades sociais relevantes: análise e intervenção - Assertividade	<i>Psicologia das habilidades sociais na infância: Teoria e prática</i> (pp. 174-194). Petrópolis, RJ: Vozes

09	2010	Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P.	Habilidades sociais para uma nova sociedade		<hr/> <i>Psicologia das relações interpessoais: Vivências para o grupo</i> (pp. 73-85). Petrópolis, RJ: Vozes
10	2011	Braz, A. C., & Del Prette, Z. A. P.	Programa de habilidades sociais assertivas para idosos		A. Del Prette e Z. A. P. Del Prette (Orgs). <i>Habilidades Sociais intervenções efetivas em grupo</i> (pp. 231-260). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo
					<hr/> <p style="text-align: center;">Capítulo de Livro – Conte, F., & Brandão, M. Z. (2003). (Orgs). <i>Falo ou não falo? Expressando sentimentos e comunicando ideias</i>. Araponga, PR: Mecenaz</p>
11	2003	Conte, F., & Brandão, M. Z.	Quero ser assertivo! Buscando um posicionamento sincero entre a passividade e a agressividade nos relacionamentos interpessoais		F. C. Conte e M. Z. S. Brandão (2003). (Orgs). <i>Falo ou não falo? Expressando sentimentos e comunicando ideias</i> (pp. 1-14). Araponga, PR: Mecenaz
12	2003	Mezzaroba, S. M. B., & Silva, V. L. M.	Ah! É... Quando você não fala o que quer ... Ouve o que não gosta		F. C. Conte e M. Z. S. Brandão (2003). (Orgs).

- 13 2003 Delitti, M., & Groberman, S. Respeito é bom e eu gosto: Devo falar ou é melhor me calar
- 14 2003 Wielenska, R. C. Como reagir a agressões: Quando contar até dez não basta
- 15 2003 Starling, R. R. E agora, José? Compra um carro ou anda a pé [Tomando decisões]
- Falo ou não falo?*
Expressando sentimentos e comunicando ideias (pp. 15-22). Araponga, PR: Mecenas
- F. C. Conte e M. Z. S. Brandão (2003). (Orgs).
Falo ou não falo?
Expressando sentimentos e comunicando ideias (pp.23-28). Araponga, PR: Mecenas
- F. C. Conte e M. Z. S. Brandão (2003). (Orgs).
Falo ou não falo?
Expressando sentimentos e comunicando ideias (pp. 29-32). Araponga, PR: Mecenas
- F. C. Conte e M. Z. S. Brandão (2003). (Orgs).
Falo ou não falo?
Expressando sentimentos e comunicando ideias (pp. 33-48). Araponga, PR: Mecenas

- 16 2003 Brandão, F. S., & Derdyk, P. Comportamento assertivo: Um guia para jovens F. C. Conte e M. Z. S. Brandão (2003). (Orgs). *Falo ou não falo? Expressando sentimentos e comunicando ideias* (pp. 49-60). Araponga, PR: Mecenas
- 17 2003 Neno, S., & Tourinho, E. Z. Dizer “eu te amo” também é ser assertivo F. C. Conte e M. Z. S. Brandão (2003). (Orgs). *Falo ou não falo? Expressando sentimentos e comunicando ideias* (pp. 61-70). Araponga, PR: Mecenas
- 18 2003 Otero, V. R. L., & Guerrelhas, F. Saber falar e saber ouvir: A comunicação entre casais F. C. Conte e M. Z. S. Brandão (2003). (Orgs). *Falo ou não falo? Expressando sentimentos e comunicando ideias* (pp. 71-83). Araponga, PR: Mecenas
- 19 2003 Ingberman, Y. K. Pais e filhos: compartilhando e expressando sentimentos F. C. Conte e M. Z. S. Brandão (2003). (Orgs). *Falo ou não falo? Expressando sentimentos e comunicando ideias* (pp. 85-96). Araponga, PR:

- Mecenas
- 20 2003 Vasconcelos, L. A. Quem deseja uma criança que expressa opiniões? F. C. Conte e M. Z. S. Brandão (2003). (Orgs). *Falo ou não falo? Expressando sentimentos e comunicando ideias* (pp. 97-112). Araponga, PR: Mecenas
- 21 2003 Ribeiro, M. J. F. X. Conversas difíceis (ou conversando é que a gente se entende) F. C. Conte e M. Z. S. Brandão (2003). (Orgs). *Falo ou não falo? Expressando sentimentos e comunicando ideias* (pp. 113-120). Araponga, PR: Mecenas
- 22 2003 Hübner, M. M. C. Silêncio! – uma lição da escola que muitos não esquecem F. C. Conte e M. Z. S. Brandão (2003). (Orgs). *Falo ou não falo? Expressando sentimentos e comunicando ideias* (pp. 121-128). Araponga, PR: Mecenas
- 23 2003 Miguel, C. F., & Garb, G Assertividade no trabalho: descrevendo e corrigindo o desempenho dos outros F. C. Conte e M. Z. S. Brandão (2003). (Orgs). *Falo ou não falo? Expressando sentimentos e comunicando ideias* (pp.

- 129-140). Araponga, PR: Mecenias
- F. C. Conte e M. Z. S. Brandão (2003). (Orgs). *Falo ou não falo? Expressando sentimentos e comunicando ideias* (pp. 141-158). Araponga, PR: Mecenias
- 24 2003 Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. Assertividade e religiosidade, muito além de uma rima!
- 25 2003 Neto, F. L., & Savoia, M. G. Dificuldade na expressão de opiniões e sentimentos. Quem não se expressa fica doente
- 26 2003 Souza Filho, R. C., & Tourinho, E. Z. Ser assertivo sempre dá certo?
- F. C. Conte e M. Z. S. Brandão (2003). (Orgs). *Falo ou não falo? Expressando sentimentos e comunicando ideias* (pp. 159-164). Araponga, PR: Mecenias
- F. C. Conte e M. Z. S. Brandão (2003). (Orgs). *Falo ou não falo? Expressando sentimentos e comunicando ideias* (pp. 165-176). Araponga, PR: Mecenias
-
- Artigos**
-
- 01 1978 Del Prette, A. O treino assertivo na formação do psicólogo
- Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada, 30, 53-*

- | | | | | |
|----|------|--|---|--|
| 02 | 1983 | Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. | Análise do repertório assertivo em estudantes de Psicologia | <i>Revista de Psicologia, 1(1), 15-24</i> |
| 03 | 1990 | Pasquali, L., & Gouveia, V. V. | Escala de Assertividade Rathus – RAS: adaptação brasileira | <i>Psicologia: Teoria e Pesquisa, 6(3), 233-249</i> |
| 04 | 1991 | Bittencourt, Y. M. S. | A falta de assertividade como fator de contribuição para o aumento das DSTs | <i>Jornal Brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis, 3, 47-48</i> |
| 05 | 1994 | Gouveia, V. V., & Pereira, C. A. G. | Assertividade e modos de enfrentamento a episódios de doenças: uma comparação dos alunos de psicologia com os de medicina | <i>Psicologia Argumento, 12(14), 41-55</i> |
| 06 | 1994 | Gouveia, V. V., Santos, W. T. M., & Alves, S. M. | Versão brasileira da escala de assertividade Rathus: teste da validação do construto e elaboração de normas diagnósticas | <i>Arquivos Brasileiros de Psicologia, 1/2(46), 162-172</i> |
| 07 | 1996 | Lipp, M. E. N., Haythornthwaite, J., & Anderson, D. E. | Medidas diversas da assertividade em adultos | <i>Estudos de Psicologia (Campinas), 13(1) 19-26</i> |
| 08 | 1996 | Barreto, M. F., Naccarato, A., & Novaes, L. E. | A cultural validation of assertiveness in brazilian children | <i>Estudos em Psicologia (Campinas), 9(3) 31-40</i> |
| 09 | 2002 | Bandeira, M., & Ireno, E. M. | Reinserção social de psicóticos: avaliação global do grau de assertividade, sem situações de fazer e receber críticas | <i>Psicologia: Reflexão e Crítica, 15(3), 665-675</i> |
| 10 | 2002 | Bandeira, M., | Reinserção social de psicóticos: componentes verbais e não- | <i>Psicologia: Reflexão e</i> |

- Machado, E. L., & Pereira, E. A. verbais do comportamento assertivo, em situações de fazer e receber críticas *Crítica*, 15(1), 89-104
- 11 2003 Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. Assertividade, sistema de crenças e identidade social *Psicologia em Revista*, 9(3), 125-136
- 12 2005 Quaglia, M. A. C., Bachetti, L. S., Ferreira, T. L., & Souza, G. G. Comportamento assertivo e sua relação com ansiedade, lócus de controle e autoestima em estudantes universitários *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 22(2), 111-121
- 13 2005 Cerqueira, F. Estudo conscienciométrico da assertividade cosmoética *Conscientia*, 9(4), 354-369
- 14 2008 Galindo, F., Oliveira, A. P., Silva, G. L. S., & Alyrio, R. D. Assertividade de cooperação da negociação de conflitos em agências de pequeno poste *Ciências Sociais em Perspectiva*, 13(7), 21-36
- 15 2009 Honda, G. C., & Brasio, K. M. Comportamento inassertivo e dispepsia funcional *Psicologia: Teoria e Prática*, 11(1), 85-96
- 16 2010 Marchezini-Cunha, V., & Tourinho, E. Z. Assertividade e autocontrole: uma interpretação analítico-comportamental *Psicologia: Teoria e Prática*, 26(2), 295-304
- 17 2010 Rocha, V., Guerra, M. P. & Maciel, M. Dependência tabágica, assertividade e alexitimia em doentes cardíacos *Pandéia*, 20(46), 155-164
- 18 2012 Hübner, S. V. K. Sobre a assertividade e as habilidades sociais *Rer. Fac. Ciênc. Méd. Sorocaba*, 14(1), III
- 19 2013 Comodo, C. N., Silveira, F. F., Del Literatura e assertividade: análise dos comportamentos da personagem Emília em obras de Monteiro Lobato *Interação em Psicologia*, 17(1), 109-116

Prette, A., & Del
Prette, Z. A. P.

- 20 2013 Da Silva Maia, D., & Bortolini, M O desenvolvimento da habilidade de assertividade e a convivência na escola *Psicologia em Revista*, 18(3), 373-388
- 21 2014 Bandeira, M., Tostes, J. G. D. A., Santos, D. C. S., Lima, D. C., & Oliveira, M. S. D. Sobrecarga de familiares cuidadores de pacientes psiquiátricos: relação com assertividade *Psico-USF*, 19(3), 399-409.

APÊNDICE 3

PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO DOS ITENS DO IHS-Del-Prette PARA O IHA

Avaliador: _____

Critérios para inserção dos itens do IHS no IHA a partir das subclasses de respostas de Habilidades Sociais Assertivas

Instruções

- Leia atentamente cada uma das subclasses e sua respectiva definição operacional.
- Leia todos os itens do IHS-Del-Prette e as habilidades que são avaliadas em cada item. Na coluna *subclasse de resposta*, da Folha de Registro, assinale para cada um dos itens, um X no quadradinho que melhor relaciona o item do IHS-Del-Prette a subclasse. Use a seguinte legenda:

Nº	Subclasses da Assertividade
1	Manifestar opinião, concordar, discordar
2	Fazer, aceitar e recusar pedidos
3	Desculpar-se e admitir falhas
4	Estabelecer relacionamento afetivo/sexual
5	Expressar raiva e pedir mudança de comportamento
6	Encerrar relacionamento
7	Interagir com autoridades
8	Lidar com crítica
9	Não mantém correspondência com nenhuma das subclasses

- Obs: quando for analisar os itens que estão com o fraseado na negativa, fique atento(a) a habilidade que está sendo avaliada no item para fazer a relação. Estes itens estão destacados na folha de resposta.

É IMPORTANTE QUE VOCÊ FAÇA A CORRESPONDÊNCIA DE TODOS OS ITENS

Para uso exclusivo da pesquisadora

Número total de itens: _____

Número de subclasses: _____

Especificação dos itens: _____

Nº	Subclasse da Assertividade	Definição Operacional
1	Manifestar opinião, concordar, discordar	<i>Envolve tanto concordar como igualmente discordar das idéias expressas por outras pessoas. As divergências devem ser enfrentadas dentro do princípio do direito à liberdade de expressão e do respeito às diferentes opiniões. Não se trata nesse caso, de convencer o outro ou desqualificá-lo, mas de apresentar as idéias sustentando-as, sempre que possível, com fatos, acontecimentos e referências, dando ao outro a oportunidade de fazer o mesmo.</i>
2	Fazer, aceitar e recusar pedidos	<i>Envolve discriminar a quem, como e quando os pedidos devem ser feitos; Atender pedidos razoáveis e pertinentes, ou seja, aceitar pedidos que não viole valores que considerados imprescindíveis; Recusar pedidos abusivos de maneira apropriada, como dizer não sem se desculpar ou, se necessário, apresentando breve justificativa.</i>
3	Desculpar-se e admitir falhas	<i>Envolve admitir equívocos, desfazer mal-entendidos, diminuir ressentimentos com a função de superar divergências no relacionamento. Essa habilidade se define pura e simplesmente pelo ato de desculpar-se, não inclui justificativas e, menos ainda, promessa de compensação ou de mudança.</i>
4	Estabelecer relacionamento afetivo/sexual	<i>Envolve discriminar os sinais verbais e não verbais de interesse do outro para aproximação; Habilidade de conversação (identificação, autorrevelação e dar e aproveitar informações livres); Autocontrole da ansiedade e o automonitoramento das próprias ações e de seus efeitos sobre o(a) possível parceiro(a); Recusar sexo inseguro e; Falar abertamente sobre medos e expectativas.</i>
5	Expressar raiva e pedir mudança de comportamento	<i>Envolve fazer referência ao comportamento do outro que esta o incomodado e não à sua pessoa, especificando claramente o foco do desagrado; Expressar os próprios sentimentos diante dos comportamentos considerados inconvenientes do outro; Descrever claramente o comportamento que gostaria que o outro emitisse, solicitando pequenas mudanças de cada vez; Apresentar consequências reforçadoras diante das eventuais mudanças do comportamento na direção solicitada.</i>
6	Encerrar relacionamento	<i>Envolve discriminar os sinais de deterioração da relação; Habilidades de empatia e expressão honesta de sentimentos e opiniões, de avaliação, de negociação e compreensão de perdas e de revisão de planos e expectativas; Habilidade de automonitoramento, análise e autocrítica das próprias ações e ainda identificar os comportamentos prejudiciais à qualidade da relação, estabelecer metas comuns de mudanças e incentivar tentativas na direção estabelecida por ambos.</i>
7	Interagir com autoridades	<i>Envolve compreender o papel do outro e a legitimidade da posição de autoridade do interlocutor; Controlar respostas de ansiedade; Clareza e fluência verbal para expor os objetivos do contato; Flexibilidade para alterar o próprio comportamento em função de alterações imprevisíveis na situação.</i>
8	Lidar com crítica	<i>Envolve receber e fazer críticas. Na habilidade de receber crítica - identificar se a crítica foi feita em cima de um fato, se foi feita de forma apropriada, no melhor momento com a função de solicitar mudança de comportamento e não simples desabafo. Para a habilidade de fazer crítica - dirigir-se diretamente à pessoa, excluindo aquelas não diretamente envolvidas com a situação, orientar-se ao comportamento e não a pessoa em si; controlar a emoção excessiva, evitando o tom de desabafo, adequar-se as condições de receptor (ser feita em particular e com o cuidado de não provocar excessivo desconforto).</i>
9	Não mantém correspondência com nenhuma das subclasses	-

FOLHA DE RESPOSTA

Item do IHS	Habilidade avaliada no item	Subclasse de resposta								
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	Manter conversa com desconhecido	1	2	3	4	5	6	7	8	9
2	Pedir mudança de conduta	1	2	3	4	5	6	7	8	9
3	Agradecer elogios	1	2	3	4	5	6	7	8	9
4	Interromper a interrupção do outro	1	2	3	4	5	6	7	8	9
5	Cobrar dívida de amigo	1	2	3	4	5	6	7	8	9
6	Elogiar outrem	1	2	3	4	5	6	7	8	9
7	Apresentar-se a outra pessoa	1	2	3	4	5	6	7	8	9
8	Participar de conversação	1	2	3	4	5	6	7	8	9
9	Falar a público desconhecido	1	2	3	4	5	6	7	8	9
10	Expressar sentimentos positivos	1	2	3	4	5	6	7	8	9
11	Discordar de autoridade	1	2	3	4	5	6	7	8	9
12	Abordar para relacionamento sexual	1	2	3	4	5	6	7	8	9
13	Reagir a elogios	1	2	3	4	5	6	7	8	9
14	Falar a público conhecido	1	2	3	4	5	6	7	8	9
15	Lidar com críticas injustas	1	2	3	4	5	6	7	8	9
16	Discordar do grupo	1	2	3	4	5	6	7	8	9
17	Encerrar conversação	1	2	3	4	5	6	7	8	9
18	Lidar com crítica dos pais	1	2	3	4	5	6	7	8	9
19	Abordar autoridade	1	2	3	4	5	6	7	8	9
20	Declarar sentimento amoroso	1	2	3	4	5	6	7	8	9
21	Devolver mercadoria defeituosa	1	2	3	4	5	6	7	8	9
22	Recusar pedidos abusivos	1	2	3	4	5	6	7	8	9
23	Fazer pergunta a desconhecido	1	2	3	4	5	6	7	8	9
24	Encerrar conversa ao telefone	1	2	3	4	5	6	7	8	9
25	Lidar com críticas justas	1	2	3	4	5	6	7	8	9
26	Pedir favores a desconhecidos	1	2	3	4	5	6	7	8	9
27	Expressar desagrado a amigos	1	2	3	4	5	6	7	8	9
28	Elogiar familiares	1	2	3	4	5	6	7	8	9
29	Fazer perguntas a conhecidos	1	2	3	4	5	6	7	8	9
30	Defender outrem em grupo	1	2	3	4	5	6	7	8	9
31	Cumprimentar desconhecido	1	2	3	4	5	6	7	8	9
32	Pedir ajuda a amigos	1	2	3	4	5	6	7	8	9
33	Negociar o uso de preservativo	1	2	3	4	5	6	7	8	9
34	Recusar pedido abusivo	1	2	3	4	5	6	7	8	9
35	Expressar sentimento positivo	1	2	3	4	5	6	7	8	9
36	Manter conversão	1	2	3	4	5	6	7	8	9
37	Pedir favores a colegas	1	2	3	4	5	6	7	8	9
38	Lidar com chacotas	1	2	3	4	5	6	7	8	9

APÊNDICE 4

ITENS SELECIONADOS DO IHS-DEL-PRETTE PARA COMPOREM O IHA

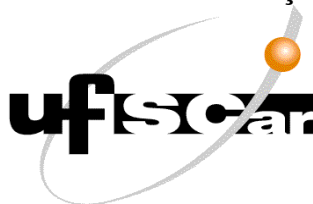
Tabela 15

Itens selecionados do IHS-Del-Prette para comporem o IHA

Itens do IHS	HS avaliada no item	Índice de Concordância
2	Pedir mudança de conduta	100%
4	Interromper a interrupção do outro	80%
7	Apresentar-se a outra pessoa	80%
11	Discordar de autoridade	100%
12	Abordar para relacionamento sexual	100%
15	Lidar com críticas injustas	90%
16	Discordar do grupo	100%
18	Lidar com crítica dos pais	100%
19	Abordar autoridade	100%
20	Declarar sentimento amoroso	90%
22	Recusar pedidos abusivos	100%
25	Lidar com críticas justas	100%
26	Pedir favores a desconhecidos	70%
27	Expressar desagrado a amigos	100%
30	Defender outrem em grupo	90%
32	Pedir ajuda a amigos	90%
33	Negociar o uso de preservativo	90%
34	Recusar pedido abusivo	100%
37	Pedir favores a colegas	90%

APÊNDICE 5

CARTA DE APRESENTAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Via Washington Luís, Km. 235 - Caixa Postal 676 E-

mail: ppgpsi@power.ufscar.br

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Senhor (a) Diretor (a),

Vimos por meio desta solicitar autorização de vossa senhoria para realizar coleta de dados nesta Instituição referente a pesquisa intitulada “Habilidades assertivas, variáveis situacionais, sociodemográficas e culturais: um estudo com mulheres inseridas no mercado de trabalho”. O trabalho tem como objetivo geral: Caracterizar a assertividade feminina e suas relações com situações antecedentes e consequentes e com variáveis sociodemográficas e culturais de mulheres inseridas no mercado de trabalho, e será desenvolvido pela aluna Catarina Malcher Teixeira, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Zilda Del Prette.

As possíveis participantes serão abordadas de forma aleatória, e estando dentro dos critérios estabelecidos para a amostra, serão convidadas a participarem da pesquisa. A coleta propriamente dita consiste: assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; preenchimento de um Protocolo de Caracterização Individual (PCI) e de um Inventário de Habilidades Assertivas (IHA), este último contendo 19 itens apenas para marcar.

A pesquisadora disponibiliza-se para realizar quaisquer esclarecimentos sobre o trabalho.

Desde já agradecemos pela sua colaboração!

São Luís ____ de _____ de 2013.

Msc. Catarina Malcher Teixeira (pesquisadora)
(16) 81832187 CRP: 02270

Prof^a. Dr^a. Zilda Del Prette (Orientadora)

Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação

APÊNDICE 6

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Via Washington Luís, Km. 235 - Caixa Postal 676 E-

mail: ppgpsi@power.ufscar.br Tel:

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, concordo com a participação, como entrevistada, no estudo “Habilidades assertivas, variáveis situacionais, sociodemográficas e culturais: um estudo com mulheres inseridas no mercado de trabalho”. O trabalho tem como objetivo geral: Caracterizar a assertividade feminina e suas relações com situações antecedentes e consequentes e com variáveis sociodemográficas e culturais de mulheres inseridas no mercado de trabalho, e será desenvolvido pela discente Catarina Malcher Teixeira, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Zilda Del Prette.

Declaro ter sido informada do seguinte:

- a) Minha participação na pesquisa consiste em respostas a um inventário. Caso sinta-me desconfortável ou incomodada, por qualquer motivo, poderei interromper a participação na pesquisa a qualquer momento, sem nenhum tipo de penalidade ou prejuízo;
- b) Não haverá qualquer remuneração ou gratificação por parte da pesquisadora ou qualquer pessoa envolvida na pesquisa;
- c) Terei assegurado meu anonimato e a pesquisadora ficará à disposição para eventuais esclarecimentos;
- d) O benefício que esse trabalho poderá trazer não é direto nem imediato. Os resultados alcançados poderão contribuir para esclarecer questões ligadas às relações de gênero de maneira geral, e problemas específicos relativos à assertividade feminina;
- e) Receberei uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço institucional da pesquisadora principal e do Comitê de Ética em Pesquisa⁶.

Considerando estes elementos, autorizo a divulgação dos dados coletados referentes à minha participação.

São Luís ____ de _____ de 2013.

Msc. Catarina Malcher Teixeira (pesquisadora)
(16) 81832187 - CRP: 02270

Assinatura da participante

⁶ A pesquisadora me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNITAU, que funciona na Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade de Taubaté, localizada na Rua Visconde do Rio Branco, 210, Centro Taubaté – SP, CEP: 12-020-040. Tel: (12) 3625.4143 – 3635. 1233.

ANEXO 1

DECLARAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA



PRPPG-Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
Comitê de ética em Pesquisa
Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro Taubaté-SP 12020-040
Tel.: (12) 3625.4143 – 3635.1233 Fax: (12) 3632.2947
cepunitau@unitau.br

DECLARAÇÃO Nº 565/11

Protocolo CEP/UNITAU nº 467/11 (Esse número de registro deverá ser citado pelo pesquisador nas correspondências referentes a este projeto)

Projeto de Pesquisa: *Um estudo com mulheres de nível superior inseridas no mercado de trabalho brasileiro no início do século XXI*

Pesquisador(a) Responsável: Catarina Malcher Teixeira

Pesquisador(es) Aluno(s): Catarina Malcher Teixeira

O Comitê de Ética em Pesquisa, em reunião de **09/12/2011**, e no uso das competências definidas na Resolução CNS/MS 196/96, considerou o Projeto acima **Aprovado**.

Taubaté, 15 de dezembro de 2011

Prof. Robison Baroni

Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté

ANEXO 2

Critério de Classificação Econômica Brasil⁷



CRITÉRIO
DE CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA
BRASIL

ABEP
associação brasileira de empresas de pesquisa

Alterações na aplicação do Critério Brasil, válidas a partir de 01/01/2013

A dinâmica da economia brasileira, com variações importantes nos níveis de renda e na posse de bens nos domicílios, representa um desafio importante para a estabilidade temporal dos critérios de classificação socioeconômica. Em relação ao CCEB, os usuários têm apresentado dificuldades na manutenção de amostras em painel para estudos longitudinais. As dificuldades são maiores na amostragem dos estratos de pontuação mais baixa.

A ABEP vem trabalhando intensamente na avaliação e construção de um critério que seja fruto da nova realidade do país. Porém, para que os estudos produzidos pelos usuários do Critério Brasil continuem sendo úteis ao mercado e mantenham o rigor metodológico necessário, as seguintes recomendações são propostas às empresas que tenham estudos contínuos, com amostras em painel:

- A reclassificação de domicílios entre as classe C2 e D deve respeitar uma região de tolerância de 1 ponto, conforme descrito abaixo:
 - Domicílios classificados, no momento inicial do estudo, como classe D --> são reclassificados como C2, apenas no momento em que atingirem 15 pontos;
 - Domicílios classificados, no momento inicial do estudo, como classe C2 --> são reclassificados como D, apenas no momento em que atingirem 12 pontos;
 - O momento inicial de estudos desenvolvidos a partir de amostra mestra é o da realização da amostra mestra;
 - O momento inicial de estudos desenvolvidos sem amostra mestra é o da primeira medição (onda) do estudo.

IMPORTANTE: As alterações descritas acima são apenas para os estudos que usem amostras contínuas em painéis. Estudos *ad hoc* e estudos contínuos, com amostras independentes, devem continuar a aplicar o Critério Brasil regularmente.

⁷ ABEP - Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa – 2012 – www.abep.org – abep@abep.org Dados com base no Levantamento Sócio Econômico 2011 – IBOPE

Outra mudança importante no CCEB é válida para todos os estudos que utilizem o Critério Brasil. As classes D e E devem ser unidas para a estimativa e construção de amostras. A justificativa para esta decisão é o tamanho reduzido da classe E, que inviabiliza a leitura de resultados obtidos através de amostras probabilísticas ou por cotas, que respeitem os tamanhos dos estratos.

A partir de 2013 a ABEP deixa de divulgar os tamanhos separados destes dois estratos. Finalmente, em função do tamanho reduzido da Classe A1 a renda média deste estrato deixa de ser divulgada. Assim, a estimativa de renda média é feita para o conjunto da Classe A.

O Critério de Classificação Econômica Brasil, enfatiza sua função de estimar o poder de compra das pessoas e famílias urbanas, abandonando a pretensão de classificar a população em termos de “classes sociais”. A divisão de mercado definida abaixo é de **classes econômicas**.

SISTEMA DE PONTOS

Posse de itens

	Quantidade de Itens				
	0	1	2	3	4 ou +
Televisão em cores	0	1	2	3	4
Rádio	0	1	2	3	4
Banheiro	0	4	5	6	7
Automóvel	0	4	7	9	9
Empregada mensalista	0	3	4	4	4
Máquina de lavar	0	2	2	2	2
Videocassete e/ou DVD	0	2	2	2	2
Geladeira	0	4	4	4	4
Freezer (aparelho independente ou parte da geladeira duplex)	0	2	2	2	2

Grau de Instrução do chefe de família

Nomenclatura Antiga	Nomenclatura Atual	
Analfabeto/ Primário incompleto	Analfabeto/ Fundamental 1 Incompleto	0
Primário completo/ Ginasial incompleto	Fundamental 1 Completo / Fundamental 2 Incompleto	1
Ginasial completo/ Colegial incompleto	Fundamental 2 Completo/ Médio Incompleto	2
Colegial completo/ Superior incompleto	Médio Completo/ Superior Incompleto	4
Superior completo	Superior Completo	8

CORTES DO CRITÉRIO BRASIL

Classe	Pontos
A1	42 - 46
A2	35 - 41
B1	29 - 34
2	23 - 28
C1	18 - 22
C2	14 - 17
D	8 - 13
E	0 - 7

PROCEDIMENTO NA COLETA DOS ITENS

É importante e necessário que o critério seja aplicado de forma uniforme e precisa. Para tanto, é fundamental atender integralmente as definições e procedimentos citados a seguir.

Para aparelhos domésticos em geral devemos:

Considerar os seguintes casos

Bem alugado em caráter permanente

Bem emprestado de outro domicílio há mais de 6 meses

Bem quebrado há menos de 6 meses

Não considerar os seguintes casos

Bem emprestado para outro domicílio há mais de 6 meses

Bem quebrado há mais de 6 meses

Bem alugado em caráter eventual

Bem de propriedade de empregados ou pensionistas

Televisores

Considerar apenas os televisores em cores.

Televisores de uso de empregados domésticos (declaração espontânea) só devem ser considerados caso tenha(m) sido adquirido(s) pela família empregadora.

Rádio

Considerar qualquer tipo de rádio no domicílio, mesmo que esteja incorporado a outro equipamento de som ou televisor. Rádios tipo walkman, conjunto 3 em 1 ou microsystems devem ser considerados, desde que possam sintonizar as emissoras de rádio convencionais. Não pode ser considerado o rádio de automóvel.

Banheiro

O que define o banheiro é a existência de vaso sanitário. Considerar todos os banheiros e lavabos com vaso sanitário, incluindo os de empregada, os localizados fora de casa e os da(s) suite(s). Para ser considerado, o banheiro tem que ser privativo do domicílio. Banheiros coletivos (que servem a mais de uma habitação) não devem ser considerados.

Automóvel

Não considerar táxis, vans ou pick-ups usados para fretes, ou qualquer veículo usado para atividades profissionais. Veículos de uso misto (lazer e profissional) não devem ser considerados.

Empregado doméstico

Considerar apenas os empregados mensalistas, isto é, aqueles que trabalham pelo menos 5 dias por semana, durmam ou não no emprego. Não esquecer de incluir babás, motoristas, cozinheiras, copeiras, arrumadeiras, considerando sempre os mensalistas. Note bem: o termo empregados mensalistas se refere aos empregados que trabalham no domicílio de forma permanente e/ou contínua, pelo menos 5 dias por semana, e não ao regime de pagamento do salário.

Máquina de Lavar

Considerar máquina de lavar roupa, somente as máquinas automáticas e/ou semiautomática. O tanquinho NÃO deve ser considerado.

Videocassete e/ou DVD

Verificar presença de qualquer tipo de vídeo cassete ou aparelho de DVD.

Geladeira e Freezer

No quadro de pontuação há duas linhas independentes para assinalar a posse de geladeira e freezer respectivamente. A pontuação será aplicada de forma independente:

Havendo geladeira no domicílio, independente da quantidade, serão atribuídos os pontos (4) correspondentes a posse de geladeira;

Se a geladeira tiver um freezer incorporado – 2^a.

porta – ou houver no domicílio um freezer independente serão atribuídos os pontos (2) correspondentes ao freezer.

As possibilidades são:

Não possui geladeira nem freezer	0 pt
Possui geladeira simples (não duplex) e não possui freezer	4 pts
Possui geladeira de duas portas e não possui freezer	6 pts
Possui geladeira de duas portas e freezer	6 pts
Possui freezer mas não geladeira (caso raro mas aceitável)	2 pt

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

Este critério foi construído para definir grandes classes que atendam às necessidades de segmentação (por poder aquisitivo) da grande maioria das empresas. Não pode, entretanto, como qualquer outro critério, satisfazer todos os usuários em todas as circunstâncias. Certamente há muitos casos em que o universo a ser pesquisado é de pessoas, digamos, com renda pessoal mensal acima de US\$ 30.000. Em casos como esse, o pesquisador deve procurar outros critérios de seleção que não o CCEB.

A outra observação é que o CCEB, como os seus antecessores, foi construído com a utilização de técnicas estatísticas que, como se sabe, sempre se baseiam em coletivos. Em uma determinada amostra, de determinado tamanho, temos uma determinada probabilidade de classificação correta, (que, esperamos, seja alta) e uma probabilidade de erro de classificação (que, esperamos, seja baixa). O que esperamos é que os casos incorretamente classificados sejam pouco numerosos, de modo a não distorcer significativamente os resultados de nossa investigação.

Nenhum critério, entretanto, tem validade sob uma análise individual. Afirmarções freqüentes do tipo “... *conheço um sujeito que é obviamente classe D, mas*

pelo critério é classe B...” não invalidam o critério que é feito para funcionar estatisticamente. Servem porém, para nos alertar, quando trabalhamos na análise individual, ou quase individual, de comportamentos e atitudes (entrevistas em profundidade e discussões em grupo respectivamente). Numa discussão em grupo um único caso de má classificação pode pôr a perder todo o grupo. No caso de entrevista em profundidade os prejuízos são ainda mais óbvios. Além disso, numa pesquisa qualitativa, raramente uma definição de classe exclusivamente econômica será satisfatória.

Portanto, é de fundamental importância que todo o mercado tenha ciência de que o CCEB, ou qualquer outro critério econômico, não é suficiente para uma boa classificação em pesquisas qualitativas. Nesses casos deve-se obter além do CCEB, o máximo de informações (possível, viável, razoável) sobre os respondentes, incluindo então seus comportamentos de compra, preferências e interesses, lazer e hobbies e até características de personalidade.

Uma comprovação adicional da conveniência do Critério de Classificação Econômica Brasil é sua discriminação efetiva do poder de compra entre as diversas regiões brasileiras, revelando importantes diferenças entre elas

Informações referentes ao LSE 2011

9 RMs – IBOPE Mídia

Classes	Renda média bruta familiar no mês em R\$
Classe A	9.263
Classe B1	5.241
Classe B2	2.654
Classe C1	1.685
Classe C2	1.147
Classe DE	776

Classes	Gde. FORT	Gde. REC	Gde. SALV	Gde. BH	Gde. RJ	Gde. SP	Gde. CUR	Gde. POA	DF	9 Grandes Áreas
Classe A1	0,6	0,4	0,4	0,4	0,1	0,7	0,6	0,9	0,8	0,5
Classe A2	3,5	2,8	1,6	3,6	3,2	4,0	7,2	6,3	7,7	4,0
Classe B1	4,5	6,5	6,1	9,6	10,4	10,7	14,6	10,4	15,7	10,0
Classe B2	9,5	13,0	12,5	21,9	20,0	26,2	26,8	25,9	24,9	21,8
Classe C1	17,0	20,6	21,9	26,7	28,3	28,4	24,0	28,4	24,9	26,3
Classe C2	30,6	28,1	31,6	23,5	23,8	19,6	17,0	19,4	16,3	22,5
Classe DE	34,3	28,6	25,9	14,3	14,2	10,4	9,8	8,7	9,7	14,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0